



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ANA PAULA DE ALBUQUERQUE SILVA**

**PRODUÇÃO FUMAGEIRA:  
FAZENDAS E LAVRADORES NO RECÔNCAVO DA BAHIA 1774-1830**

Salvador  
2015

**ANA PAULA DE ALBUQUERQUE SILVA**

**PRODUÇÃO FUMAGEIRA:  
FAZENDAS E LAVRADORES NO RECÔNCAVO DA BAHIA 1774-1830**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Rapassi Mascarenhas

Coorientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Almico

Salvador  
2015

---

S586 Silva, Ana Paula de Albuquerque  
Produção fumageira: fazendas e lavradores no recôncavo da Bahia 1774-1830 / Ana Paula de Albuquerque Silva. – Salvador, 2015.  
120 f.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Rapassi Mascarenhas  
Coorientação: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cassia da Silva Almico  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015.

1. Fumo. 2. Mão de obra agrícola. 3. Cruz das Almas (BA). I. Mascarenhas, Maria José Rapassi. II. Almico, Rita de Cássia da Silva. III. Universidade Federal da Bahia. IV. Título.

CDD – 331.4

---

**ANA PAULA DE ALBUQUERQUE SILVA**

**PRODUÇÃO FUMAGEIRA:  
FAZENDAS E LAVRADORES NO RECÔNCAVO DA BAHIA 1774-1830**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada em 31 de março de 2015

**BANCA EXAMINADORA**

Maria José Rapassi Mascarenhas – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP  
Universidade Federal da Bahia

Rita de Cássia da Silva Almico – Coorientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF  
Universidade Federal Fluminense

Ana Paula Medicci \_\_\_\_\_  
Doutora em História pela Universidade de São Paulo – USP  
Universidade Federal da Bahia

Aos meus pais e a Uelton, os meus amores.

## AGRADECIMENTOS

Sempre que leio as teses e dissertações percebo a expectativa dos autores por esse momento. É, realmente, muito prazeroso poder agradecer a todos que fizeram parte da construção e desenvolvimento desse projeto. Não foram poucas as pessoas que me ajudaram, por isso mesmo faço questão de pedir desculpas caso eu venha a esquecer de alguém.

Agradeço primeiramente a Deus. Sou imensamente grata aos meus pais, Ezequias e Simone, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado, nunca me permitiram desistir dos meus sonhos e sempre acreditaram em um futuro melhor para mim. Agradeço por terem me oferecido tudo o que vocês têm de melhor, pelo amor dedicado; pela estrutura que me proporcionaram, principalmente, durante os anos dessa pesquisa, o que me permitiu trabalhar com tranquilidade; por me apontarem o estudo como o melhor caminho a seguir. Saibam que vocês foram os meus primeiros professores. Obrigada por tudo, eu amo vocês!

Tive muita sorte de ter tido duas orientadoras muito compreensivas e carinhosas. A professora Maria José Rapassi, sempre disposta a ouvir, a ensinar, me recebeu muitas vezes em sua casa, e não foram poucas as reuniões. Obrigada por tudo Zezé, por cada leitura e pela paciência! A Rita Almico, agradeço por ter participado desde o início, quando me orientou na graduação. Com Rita aprendi a pesquisar, aprendi a importância da História Econômica e a ela tenho muito a agradecer, por ser tão disposta a contribuir, por sempre ter me recebido com muito carinho. Obrigada, minha querida!

Muitos professores foram importantes na leitura e contribuição da pesquisa. Não posso deixar de agradecer a Luiz Fernando Saraiva, por toda atenção e carinho que sempre me dispensou. Ao Luiz Antônio Araújo pelo incentivo. Pela leitura atenciosa do projeto e por acompanhar os primeiros passos desta dissertação, sou grata ao professor Antônio Guerreiro. Agradeço a Ana Paula Medici pela leitura e anotações muito cuidadosas. Por fim, sou agradecida ao professor Milton Moura por ter me acolhido no tirocínio docente e pelas horas de conversas que me fizeram aprender bastante.

Deixo aqui a minha gratidão à equipe dos funcionários do Arquivo Regional da Cachoeira, d. Angélica, d. Bete, d. Rita e d. Jace, sempre muito atenciosas. Obrigada também aos funcionários do Arquivo Público da Bahia, Pedro, Reinaldo e Lílian, bastante solícitos e dispostos a contribuir. E aos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional.

Agradeço profundamente ao Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, a todos os professores com quem cursei disciplina no decorrer do mestrado, a

coordenação e a Gilvan pela enorme disponibilidade. Agradeço também a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, local onde a pesquisa nasceu. Aos queridos professores desta instituição e a Lélia pelo enorme carinho dispensado. Aproveito para agradecer o apoio financeiro da CAPES durante os dois anos de mestrado. Só um pesquisador sabe o quanto é importante uma bolsa.

Muito obrigada a Uriálisson Queiroz pelo desenvolvimento do mapa que utilizo nesta dissertação, agradeço a atenção e disponibilidade. Sou grata a Aline Alves pela leitura atenciosa e carinho que teve comigo.

Muitos amigos foram extremamente necessários para tornar essa caminhada mais leve. Jurema, minha amiga de uma vida inteira, obrigada por sempre me ouvir, por compreender a minha ausência em tantos momentos. É sempre bom contar com você! Zeca, Juliana, Camilinha, Lílian e Augusto, amigos que a História me presenteou, obrigada por fazerem parte da minha vida. A d. Gil, mãe de Camilinha, obrigada pela hospedagem durante os meses de pesquisa em Cachoeira, pelas conversas sempre divertidas acompanhadas pelos cafezinhos.

Agradeço, sinceramente, a todos os colegas da turma do mestrado, pela companhia nos eventos, por compartilharem este momento tão importante. Obrigada a Dimas Catai e Bruno Verás com quem cursei praticamente todas as disciplinas, a Thiago Alberto e Wlamir Júnior por terem feito parte de todo o processo desde a seleção e pela disponibilidade em sempre compartilhar informações. Sou grata também as minhas colegas da graduação que foram as primeiras a me aturarem falando sobre a vontade de realizar esse estudo: Ane, Darlane, Lara, Nadja e Alessandra, tenho muita saudade de vocês!

Sou muito grata a minha família pelo carinho que sempre tiveram comigo. Os meus avós, meus tios(as), todos os primos(as) e os meus sogros.

Por último, agradeço ao meu amigo, companheiro, noivo, colega de graduação, colega de mestrado, a pessoa que aturou os meus medos, as minhas angústias, aquele que comemora cada vitória minha, que chora junto comigo, que sempre tem uma palavra de conforto. Que leu o projeto e cada página que era construída no desenvolvimento desta dissertação e contribuiu em cada etapa. Obrigada Uelton, meu amor!

Sonhar mais um sonho impossível  
Lutar quando é fácil ceder  
Vencer o inimigo invencível  
Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável  
Romper a incabível prisão  
Voar num limite improvável  
Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão  
Virar esse mundo, cravar esse chão  
Não me importa saber  
Se é terrível demais  
Quantas guerras terei que vencer  
Por um pouco de paz

E amanhã se esse chão que eu  
beije  
for meu leito e perdão  
vou saber que valeu  
Delirar e morrer de paixão

E assim, seja lá como for  
Vai ter fim a infinita aflição  
E o mundo vai ver uma flor  
Brotar do impossível chão

Chico Buarque



## RESUMO

Nesta dissertação, estudamos as regiões que eram produtoras de tabaco, as fazendas dedicadas a este tipo de produção e os lavradores de fumo, no Recôncavo da Bahia, no período de 1774 a 1830. Nesse sentido, destacamos as questões ligadas à terra, à produção, assim como ao perfil econômico, social e organizacional de seus agentes. Entendemos aqui como proprietários, homens e mulheres livres com terras próprias ou arrendadas voltadas para tal produção. Os espaços privilegiados neste estudo são a Vila da Cachoeira e as freguesias que a compunham e que produziam para o comércio no momento estudado: a Vila da Cachoeira, São José das Itaporocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo e Santo Estevão do Jacuípe. Os documentos utilizados foram os inventários *post-mortem*, o *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia*, a *Lista de enroladores de tabaco de 1809*, além de representações, petições e pareceres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tabaco. Produção. Cachoeira.

## **ABSTRACT**

In this master thesis, we studied the regions that produced tobacco, the farms that were dedicated to this kind of production and the tobacco farmers in the Recôncavo da Bahia in between 1774 to 1830. In this sense, we highlighted issues related to land, production, as well as economic, social and organizational profile of its agents. We understand here as owners, free men and women with their own or leased lands geared towards such production. The privileged areas in this study are the Vila da Cachoeira and the parishes that were part of it and produced for the trade in the researched time: Vila da Cachoeira, São José das Itapororocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo and Santo Estevão do Jacuípe. The documents used were the post-mortem inventories, the lists of farms and farmers of the Recôncavo of Bahia, the tobacco winders list from 1809, besides the representations, petitions and opinions.

**KEYWORDS:** Tobacco. Production. Cachoeira.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de fabricação do tabaco – parte I .....	47
Figura 2 – Processo de fabricação do tabaco – parte II .....	47
Figura 3 – Mapa do Recôncavo da Bahia e a Cachoeira produtora de tabaco - 1774 a 1830....	52

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Preço médio das casas dos pequenos lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	79
Gráfico 2 – Preço médio das casas dos pequenos lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	79
Gráfico 3 – Preço médio das casas dos grandes lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	80
Gráfico 4 – Preço médio das casas dos lavradores de tabaco muito grandes, 1774-1831 .....	80
Gráfico 5 – Preço médio das casas dos lavradores de tabaco entre as categorias, 1774-1831 .....	81
Gráfico 6 – Média dos preços das fazendas dos pequenos lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	83
Gráfico 7 – Média dos preços das fazendas dos médios lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	84
Gráfico 8 – Média dos preços das fazendas dos grandes lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	84
Gráfico 9 – Média dos preços das fazendas dos lavradores de tabaco muito grandes, 1774-1831 .....	84
Gráfico 10 – Preço médio das fazendas dos lavradores de tabaco entre as categorias, 1774-1831 .....	85
Gráfico 11 – Preço médio dos armazéns de fabricar tabacos, 1774-1831 .....	87
Gráfico 12 – Preço médio dos escravos dos lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	90
Gráfico 13 – Sexo dos escravos dos lavradores de tabaco, 1774-1831 .....	92

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Especificações de uma das casas de fabricar tabaco de Teotonio Cerqueira do Couto (1827) .....	42
Tabela 2 – Composição do preço da arroba de fumo num rolo de oito arrobas (1710) .....	50
Tabela 3 – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco da Vila da Cachoeira 1774 a 1830 .....	55
Tabela 4 – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em São José das Itaporocas 1774 a 1830 .....	57
Tabela 5 – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em São Gonçalo dos Campos 1774-1830 .....	58
Tabela 6 – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em São Pedro da Muritiba 1774 a 1830 .....	60
Tabela 7 – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em Santo Estevão do Jacuípe 1774 a 1830 .....	61
Tabela 8 – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em Outeiro Redondo 1774 a 1830 .....	62
Tabela 9 – Acesso à terra dos lavradores fumageiros (1774-1830) .....	65
Tabela 10 – Transmissão das propriedades .....	65
Tabela 11 – Médias de filhos dos lavradores de tabaco (1774-1830) .....	67
Tabela 12 – Classificação dos lavradores de tabaco em Cachoeira, 1774-1831 .....	69
Tabela 13 – Classificação dos lavradores de tabaco por escravos, 1774-1792 .....	74
Tabela 14 – Valor dos ativos dos lavradores de tabaco, 1774-1792 .....	75
Tabela 15 – Classificação dos lavradores de tabaco por escravos, 1793-1811 .....	75
Tabela 16 – Valor dos ativos dos lavradores de tabaco, 1793-1811 .....	76
Tabela 17 – Classificação dos lavradores de tabaco por escravos, 1812-1831 .....	77
Tabela 18 – Valor dos ativos dos lavradores de tabaco, 1812-1831 .....	77
Tabela 19 – Preço médio dos instrumentos, 1820 .....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pedidos da Petição dos lavradores de tabaco do Recôncavo da Bahia, em 1807 .....	103
Quadro 2 – Relação de doadores da <i>Lista de enroladores de 1809</i> .....	106

## LISTA DE SIGLAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
ARC	Arquivo Regional da Cachoeira
BN	Biblioteca Nacional
CU	Conselho Ultramarino
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
JAT	Junta da Administração do Tabaco
JDC	Junta do Comércio do Brasil
JT	Junta do Tabaco
NRAT	Novo Regimento da Alfândega do Tabaco

## **PESOS E MOEDAS**

**Arroba @** – 32 arráteis ou libras (aproximadamente 14,7 Kg).

**Arrátel** =  $12\frac{1}{2}$  onças =  $\frac{25}{32}$  libras (ibéricas) = 0,3596 kg

**Conto de réis** – um milhão de réis, grafado por 1:000\$000.

**Réis** – plural da unidade monetária de Portugal, Brasil e outros países do Império português no momento estudado e em outros períodos da história.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>CAPÍTULO I: ENTRE AREIAS, SALÕES E MASSAPÊS: A LAVOURA DE TABACO NOS CAMPOS DA CACHOEIRA</b> .....	36
1.1 O RECÔNCAVO DA BAHIA E A CACHOEIRA PRODUTORA DE TABACO ..	36
1.2 A PRODUÇÃO DE TABACO .....	45
1.3 AS FREGUESIAS PRODUTORAS DE FUMO NO RECÔNCAVO .....	51
1.3.1 A produção de tabaco na Vila da Cachoeira .....	52
1.3.2 A produção de tabaco na freguesia de São José das Itapororocas .....	56
1.3.3 A produção de tabaco na freguesia de São Gonçalo dos Campos .....	58
1.3.4 A produção de tabaco na freguesia de São Pedro da Muritiba .....	59
1.3.5 A produção de tabaco na freguesia de Santo Estevão do Jacuípe .....	60
1.3.6 A produção de tabaco na freguesia de Outeiro Redondo .....	62
1.4 O ACESSO À TERRA: USO E TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE .....	63
<b>CAPÍTULO II: OS PRODUTORES E AS FAZENDAS: QUEM ERAM OS FUMAGEIROS E COMO E QUAIS ERAM OS SEUS BENS</b> .....	67
2.1 O PERFIL ECONÔMICO .....	68
2.2 LAVRADORES DE TABACO: CASAS, FAZENDAS, ARMAZÉNS E ESCRAVOS .....	78
<b>CAPÍTULO III: ORGANIZAÇÃO DOS LAVRADORES DE TABACO: OS PEDIDOS DE MELHORIAS</b> .....	94
3.1 OS PRIMEIROS SINAIS DE INSATISFAÇÕES: AS QUEIXAS DOS LAVRADORES FUMAGEIROS .....	96
3.2 O BLOQUEIO CONTINENTAL E A AJUDA FINANCEIRA DOS FUMAGEIROS À COROA PORTUGUESA .....	104
3.3 A VOZ COLONIAL: O PEDIDO DE MELHORIAS DOS LAVRADORES .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>LISTA DE FONTES</b> .....	116

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

A produção de fumo, objeto de estudo desta dissertação, proporcionou alta lucratividade e chegou a gerar a receita da Coroa portuguesa, entre 1796 e 1811, ganhos de 103,74%<sup>1</sup> em relação às tributações cobradas sob forma de impostos em cima dos valores passados pelos comerciantes coloniais. Tornou-se um dos gêneros mais cobiçados pelos negociantes e contrabandistas, o que causou constante insegurança por parte da administração portuguesa devido à comercialização ilegal que não gerava taxaço para o governo. Como alternativa para evitar o contrabando dessa mercadoria estabeleceram-se leis, disposições, resoluções, decretos, todos com o objetivo de regulamentar a saída deste gênero da Bahia<sup>2</sup>. O controle era realizado pela Junta Administrativa do Tabaco, um órgão localizado em Lisboa, responsável pela fiscalização administrativa, alfandegária e comercial. No Brasil, a fiscalização estava dividida entre a Superintendência do Tabaco, a Casa da Arrecadação e o Contrato do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. E, através de todas essas formas de controle, o fumo tornou-se monopólio do Estado e significativa para a política mercantilista europeia.

O tabaco de origem americana era fumado pelos índios nas Américas Central, Meridional Sul e do Norte, e mascado pelos tupi-guaranis no Brasil. Com a chegada dos europeus no continente americano, não demorou para que fizessem a descoberta dessa planta como erva utilizada pelos nativos para diversos fins religiosos e medicinais. No século XVI, o fumo já era consumido pelos marinheiros e soldados na Europa, o que contribuiu para a sua difusão também na África e Índia. A demanda crescente pressionava para que a produção se tornasse comercial e, dessa forma, tendeu a aumentar constantemente. O consumo de tabaco foi introduzido na Europa em um movimento “de baixo para cima”, ou seja, atingindo primeiro as camadas menos abastadas até chegar às classes mais altas da sociedade<sup>4</sup>. Enquanto no continente africano a sua fácil aceitação esteve relacionada a questões religiosas, como na

---

<sup>1</sup>ARRUDA, José Jobson. A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 3-21, dez. 1988.

<sup>2</sup>Sobre a Junta Administrativa do Tabaco, ver: NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 81-86; KIRSCHNER, Tereza C. A administração portuguesa no espaço Atlântico: a Mesa de Inspeção da Bahia (1751-1808). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005. Lisboa, *Actas...* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de História de Além-Mar, 2005. 18 p. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza\\_cristina\\_kirschner.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza_cristina_kirschner.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2013; LOPES, Gustavo Acioli. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>3</sup>NARDI, Jean Baptiste. op. cit., p. 81-86.

<sup>4</sup>Idem., p. 23-28.

América<sup>5</sup>. No Brasil colonial, as principais zonas de produção desta cultura eram: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão<sup>6</sup>.

O Brasil, já no século XVII, era produtor em larga escala de açúcar, o grande gerador da riqueza de Portugal, sendo os escravos africanos a mão de obra empregada em massa nessa cultura. O fumo, por sua vez, era a principal moeda de troca para a aquisição desses escravos. Não foram em todas as zonas mencionadas anteriormente que a produção foi realizada para o comércio externo, mas o tabaco da Bahia, além de ter sido produzido para abastecer o mercado europeu, alcançou elevados níveis de exportação através do comércio com a Costa da Mina, pois serviu de incremento para o tráfico de escravos<sup>7</sup>. Apesar do tabaco da Bahia ter sido a principal moeda de troca, o abastecimento de escravos não era apenas para o mercado baiano, mas para outras localidades da própria América portuguesa e também as demais colônias atlânticas de Portugal.

O progresso da cultura do tabaco na Bahia, durante o século XVIII, foi o principal fator para o estabelecimento do ciclo do tráfico na Costa da Mina. Não seria demais insistir sobre o papel exercido pelo tabaco no sentido de ligar comercialmente a Bahia com aquela parte da costa africana.<sup>8</sup>

A região do Recôncavo da Bahia atendeu às características geográficas que essa cultura necessitava para a sua produção em larga escala. A temperatura entre 17° e 27°, umidade, solo permeável e argiloso e terras arenosas<sup>9</sup>. Somado a esses fatores, contava com o rio Paraguaçu, importante para o transporte dessa e de outras mercadorias, e com o incentivo por parte da Coroa portuguesa, que favoreceu o desenvolvimento da cultura. Tal incentivo foi dado não apenas à Bahia, mas a outras partes do Império. Produtores de tabaco da Bahia foram enviados para outras regiões pelo Marquês de Lavradio (1779), a fim de ensinarem as técnicas das várias etapas da produção que envolviam a dinâmica produtiva fumageira e para melhorar as condições de cultivo em demais localidades da colônia<sup>10</sup>. Isto indica que a cultura do fumo na Bahia deu certo, e, devido à prosperidade dessa cultura e aos lucros gerados, foram incentivadas

<sup>5</sup> ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Barcelona: Ariel, 1973. p. 170.

<sup>6</sup> Idem., p. 30-50.

<sup>7</sup> VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo*. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 38-44; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; LOPES, Gustavo Acioli. op. cit.

<sup>8</sup> VERGER, Pierre. op. cit., p. 38.

<sup>9</sup> NARDI, Jean Baptiste. op. cit., p. 51.

<sup>10</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 254-255.

e criadas condições para ampliação desse gênero na colônia por parte do próprio Estado português.

Este trabalho estuda as fazendas de fumo, a produção e seus lavradores, no Recôncavo da Bahia, entre 1774 e 1830. O espaço principal é a Vila da Cachoeira e as freguesias que a compunham neste quadro temporal, além da Vila, Cachoeira abrangia as freguesias de São José das Itaporocas, São Pedro da Muritiba, São Gonçalo dos Campos, Outeiro Redondo, Santo Estevão do Jacuípe e Santiago do Iguape, sendo que essa última área não será trabalhada por nós, pois a produção reinante era a cana-de-açúcar.

O primeiro marco temporal, definido pela segunda metade do século XVIII, foi por ser nesse período que a agricultura baiana passava por um momento de diversificação e expansão, tanto pelo declínio da mineração como por outros fatores, como o aumento da população europeia, importante para o mercado consumidor. Instante também de aumento do mercado mundial e valorização dos produtos ocasionados pela Revolução Industrial, esse acontecimento foi denominado por Caio Prado como o “Renascimento da agricultura”<sup>11</sup>. A produção de tabaco nas Américas se insere nesse contexto. O ano especificadamente de 1774 como data inicial para a dissertação justifica-se por ser nesse momento que as fazendas passaram a ser recenseadas pelo *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia*<sup>12</sup>, uma das fontes utilizadas, o que demonstra a importância que a produção de fumo passou a ter para a Coroa portuguesa. O ano de 1830, nosso marco temporal final da pesquisa, é o momento que marca a queda abrupta da exportação de fumo ocasionado por dois fatores endógenos. A seca que atingiu o Recôncavo e uma praga que ficou popularmente conhecida como “mal-triste”, que dizimou em massa os gados da região, criação que tanto servia ao adubo do tabaco como era um componente importante da riqueza dos maiores produtores de tabaco da região estudada.

A produção do tabaco entre os anos de 1774 e 1830 representa momento de expansão na produção e exportação. Nardi dividiu a história do tabaco no período colonial em seis fases, considerando os anos desde 1571:

1. Fase preliminar (1571-1674): anos em que se estabeleceram os primeiros passos de uma “estrutura básica da produção”. Momento também em que foram formados os *Campos da Cachoeira* e o mercado do tabaco. O autor considera a hipótese de o comércio do tabaco ter iniciado em 1551.

<sup>11</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>12</sup> Censo realizado no Recôncavo da Bahia apenas com os lavradores fumageiros, com pretensão de identificar e controlar quem cultivava o tabaco da região.

2. Perturbações (1675-1698): momento em que o Estado monopoliza o comércio do tabaco através de uma administração voltada para o fumo, o que acarretou em um freio no comércio e desencadeou uma crise de 24 anos com muitas oscilações nas exportações e queda nos preços. A exportação variava entre 80 mil e 125 mil arrobas. O tabaco brasileiro competia com o da Virgínia que crescia constantemente na produção.
3. Expansão e estagnação relativa (1699-1727): as exportações de tabaco progrediram, consequência do comércio com a Costa da Mina. As exportações totais encontravam-se entre 170 mil e 190 mil arrobas. O comércio recuperou-se e começou o funcionamento da Superintendência do Tabaco agindo como fiscalizadora das exportações. O comércio com a África ampliou-se ainda mais pela dependência da mão de obra escrava.
4. Estagnação prolongada (1728-1774): momento em que as exportações estiveram estagnadas em cerca de 260 mil arrobas, 170 mil com saída para Portugal e 90 mil para a Costa da Mina. A fiscalização das frotas, os empecilhos ao comércio com a Costa da Mina, a baixa qualidade do tabaco e a conjuntura internacional, nesse momento crescia a produção de tabaco anglo-americano, foram apontados como responsáveis.
5. Arrancada (1775-1807): crescimento ocasionado pela falta de fumo na Virgínia e pela autorização para expansão do tabaco de terceira qualidade na metrópole. Entre 1781 e 1785 já exportavam 444.289 arrobas.
6. Última fase (1808-1830): crescimento abrupto das exportações, no primeiro quinquênio desse período já estavam em 674.165 mil arrobas. O comércio com a metrópole foi restringido em 1822 a 90 mil arrobas, mas foi compensado com o comércio com a Costa da Mina em 320.250 arrobas<sup>13</sup>.

O papel desempenhado pelo tabaco na economia portuguesa não é uma novidade. Importantes trabalhos foram produzidos com objetivos e perspectivas diferentes. Todos esses estudos nos servem de base e referência acerca do que já se tem e do quanto ainda falta ser abordado na história do tabaco no Brasil.

Durante anos, a obra *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, escrita por Antonil, foi a principal referência para historiadores e pesquisadores dedicados ao tabaco. O cronista descreveu a empresa colonial brasileira, em princípios do século XVIII. Seu trabalho foi dividido em quatro partes, compreendendo: a cultura do açúcar, do tabaco, a mineração e a criação de gado<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Essas seis fases foram apontadas por NARDI, Jean Baptiste. op. cit., p. 335-343.

<sup>14</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

A parte da obra dedicada à cultura do fumo recebe o título *Cultura e opulência do Brasil na lavra do tabaco* e divide-se em 12 capítulos. A lavoura fumageira é esmiuçada em seus pormenores, desde o princípio das suas plantações até o momento onde o produto se tornou valorizado e promotor de “cabedais”. Antonil relata as etapas da plantação com seus respectivos procedimentos e as pessoas inseridas neste processo. Por fim, aborda a saída do tabaco da alfândega da Bahia, seu valor, lucro gerado e o intenso contrabando existente devido à alta lucratividade. Essa obra será importante em nosso trabalho, principalmente pelos detalhes que aborda das fases da produção do fumo, informações valiosas para compreensão do universo produtivo<sup>15</sup>.

José Roberto do Amaral Lapa<sup>16</sup> chamou atenção para a pouca importância dada pelos pesquisadores ao tabaco. Isto, segundo ele, pode ser comprovado na falta de trabalhos e nas muitas lacunas existentes. Entre os vários questionamentos feitos por este autor está a falta de pesquisas relacionadas a questões do comércio com a Europa, África e Ásia, a forma de transporte, flutuações dos índices de consumo e suas determinantes. São ainda necessários estudos delineadores da mão de obra, desde a colaboração dos escravos, a do trabalhador livre e o regime de divisão do trabalho. Também há lacunas quanto ao tamanho das propriedades e à forma de produção. Entre as principais ausências que o autor cita está o relacionamento entre tráfico de escravos e a produção, uma janela fundamental de ser elucidada<sup>17</sup>.

Pierre Verger se dedicou a uma das lacunas apontadas por Lapa, a questão da relação do fumo com o tráfico transatlântico de escravos. Segundo Verger, a primeira razão determinante nas relações entre a costa da Mina e a Baía de Todos os Santos foi a saída encontrada pelos comerciantes para o fumo de terceira qualidade ou de refugo, o comércio desta categoria era proibido em Portugal. Assim, o tabaco foi um dos protagonistas na relação entre essas duas regiões. Por fim, aborda como se dava o controle realizado por Portugal sobre esta mercadoria<sup>18</sup>. A análise dessa obra para a nossa pesquisa é importante, principalmente, pela questão de o comércio com a Costa da Mina ter favorecido a consolidação e o crescimento da produção de tabaco em Cachoeira.

---

<sup>15</sup> Idem., p. 183-210.

<sup>16</sup> LAPA, Amaral. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. *Afroasia*, Salvador, n. 6-7, p. 83-85, jun./dez. 1968.

<sup>17</sup> Idem., p. 83-85.

<sup>18</sup> VERGER, Pierre. op. cit.

Catherine Lugar se dedicou ao perfil dos produtores de fumo. Em *The Portuguese Tobacco Growers of Bahia in the Late Colonial Period*<sup>19</sup>, ela destacou, entre outros aspectos, o caráter social da vida dos fumicultores do Recôncavo baiano, no que diz respeito ao estado civil, à etnia, idade, às características da família, etc. Lugar utilizou registros locais dos lavradores de tabaco em Cachoeira, mais especificamente fez um estudo parcial do *Rol de fazendas e lavradores* do período entre 1798 até 1814. Esta autora não abordou a produção e as relações econômicas envolvidas nas fazendas devido ao limite imposto pela sua documentação. Neste sentido, o nosso trabalho pretende, com a utilização dos inventários *post-mortem*, compreender mais detidamente questões relacionadas à plantação e seus produtores, através dos bens inventariados dos produtores de tabaco.

O fumo também foi objeto de estudo da dissertação de mestrado de Catherine Lugar, contudo, essa autora não teve como objeto a questão da produção. No trabalho de título *O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no século XVII*<sup>20</sup>, dedicou-se às questões relativas ao comércio, administração e arrecadação referentes ao fumo a partir da metrópole.

Analisar aspectos políticos, econômicos e sociais, dedicando-se, principalmente, à agricultura, ao comércio e à administração do tabaco em todo o Brasil é o objetivo de Jean Baptiste Nardi. O documento intitulado *O Rol de fazendas e lavradores da Cachoeira (1783-1799)* também deu base à parte das afirmações realizadas em sua pesquisa para a região produtora do Recôncavo da Bahia. Esta fonte lhe possibilitou classificar uma série de informações sobre os produtores de tabaco: etnia, estado civil, estatuto da propriedade (arrendada ou própria), tipo de solo e uso de esterco. O seu trabalho foi baseado em 324 fazendas de fumo das 1.962 que o documento traz. Com base nesses 324 lavradores, o autor conclui que o perfil de um lavrador de fumo era um homem livre, casado e branco, sendo que este resultado corresponde a 60% do total analisado. Diz que a média de cativos era em torno de 4 por propriedade<sup>21</sup>. Barickman apontou que a presença da mão de obra escrava foi mais significativa do que a deduzida por Nardi. Por trabalharmos com o *Rol*, e através dos inventários *post-mortem*, temos acesso aos bens que pertenciam aos lavradores. Desse modo, complementaremos as análises de Nardi e Barickman.

---

<sup>19</sup> LUGAR, C. The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (ed.). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Florida: University Press of Florida, 1977, p. 26-70.

<sup>20</sup> CHEIS, Maria da Conceição J. F. *O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII*. 1967. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1967.

<sup>21</sup> NARDI, Jean Baptiste. op. cit., p. 69.



Bert Barickman, em estudo sobre o Recôncavo, tem como principal tese a afirmação de que a *plantation* não inviabilizou a agricultura de abastecimento interno. Propõe reexaminar as generalizações realizadas pela historiografia como, por exemplo, a ideia da não existência de nenhum mercado rural no Brasil, sendo os próprios latifundiários produtores da sua subsistência<sup>22</sup>. Através da comparação da posse da terra, da mão de obra escrava e das três lavouras (açúcar, fumo e mandioca), o autor mostra como tanto o grande como o pequeno proprietário “adaptavam o uso da terra e as práticas agrícolas não só às exigências de lavouras específicas [...], mas também às condições locais e à expansão do mercado interno”<sup>23</sup>. Sua obra foi inspirada no livro *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*<sup>24</sup>.

Gustavo Acioli realiza uma revisão de antigas abordagens em diálogo com a recente produção historiográfica. Como conclusão, evidencia caminhos de pesquisas ainda em aberto sobre o fumo no Brasil<sup>25</sup>. Para ele, o tabaco desenvolveu o papel de “primo pobre na historiografia nacional”, apesar de ter representado uma peça chave na reprodução da sociedade escravista. O problema central, na visão de Acioli, é compreender como uma lavoura de pequenos produtores, considerados pobres, foi um dos pilares da acumulação escravista, enquanto os lavradores não conseguiram ascender tanto socialmente quanto economicamente<sup>26</sup>. Acreditamos que, comparado aos senhores de engenho, os lavradores de tabaco realmente não acumularam nada parecido, mas, em nossa pesquisa nesse trabalho, pudemos verificar que o lavrador de fumo do Recôncavo da Bahia não era tão pobre como foi apontado até o momento pela historiografia.

Apesar da existência de trabalhos que abordam as temáticas envolvendo a produção de tabaco e seus aspectos no Brasil, sentimos a ausência de estudos que se dediquem sobre os aspectos produtivos desse gênero em Cachoeira. Como compreender mais detidamente a composição econômica dos lavradores de tabaco e como atuaram para o melhoramento da produção e comércio justifica o objeto desta dissertação. Além disso, o tema é relevante pela possibilidade de perceber como as lavouras de fumo estavam inseridas na economia local e internacional, haja vista a importância que o fumo teve para o incremento do tráfico de escravos no Brasil no período em foco<sup>27</sup>. Pretendemos, assim, preencher esta lacuna.

---

<sup>22</sup> BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 30.

<sup>23</sup> Idem., p. 31.

<sup>24</sup> ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Barcelona: Ariel, 1973.

<sup>25</sup> LOPES, Gustavo Acioli. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa, um balanço historiográfico. *Saeculum*, João Pessoa, n. 12, p. 22-37, jan. / jun. 2005.

<sup>26</sup> Idem., p. 33.

<sup>27</sup> Hebert Klein demonstra que, entre 1780 e 1850, o tráfico de escravos irá crescer de maneira absurda. Ver: KLEIN, Hebert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2004. p. 210-211.

Se pesquisas são formadas a partir de perguntas, podemos dizer que as questões que buscamos responder aqui são: como era realizada a produção de tabaco no Recôncavo da Bahia? Quem eram os lavradores? Como era composto os seus bens? Quem eram os trabalhadores envolvidos na produção? Quais os bens necessários para a produção? Uma vez que Cachoeira abrangia no período colonial diversas freguesias, as fazendas, os lavradores e a produção eram uniformes ou diversificadas nestas áreas? Qual o papel do fumo nessas regiões? Os lavradores buscavam se organizar para o benefício do tabaco? Reivindicavam melhorias? Quais eram essas melhorias? Entre outras, essas perguntas foram o ponto de partida para a investigação que empreendemos.

Neste trabalho, dialogamos com a História Econômica e a História Agrária. Temos como ambiente de estudo a região do Recôncavo da Bahia, interligando esta região com os aspectos mais gerais, sejam da América Portuguesa, Europa e África. Isso não significa que não nos preocuparemos com os aspectos sociais, culturais ou políticos, mas trata-se do eixo principal do estudo. Partilhamos do pensamento de que não há como separar a História Econômica ou Agrária de aspectos políticos e sociais, uma vez que estão diretamente imbricados.

Naturalmente que, notadamente com a historiografia marxista e outras preocupadas com a dimensão social da História, considera-se que o sistema de produção está em inseparável interface com a organização social e política de uma sociedade. Daí que, para este tipo de história econômica, é imprescindível caminhar conjuntamente com a História Social e com a História Política [...].<sup>28</sup>

A História Econômica, campo principal em que nos enquadrados, enquanto disciplina constituiu-se entre 1879 e 1899, nos países de língua alemã e na Grã-Bretanha, a partir das influências da Escola Histórica Alemã e do marxismo<sup>29</sup>. O contato com as Ciências Sociais, e a partir da importância do estruturalismo linguístico, antropológico e demográfico da escola de Chicago, possibilitou aos historiadores, e em particular aos historiadores econômicos, a partir de 1930, o interesse pelos fatos recorrentes e pelas conjunturas de longa ou curta duração, além de perceber que a vida econômica influencia na vida social dos indivíduos<sup>30</sup>. Hoje, a História Econômica é um campo histórico bem definido, dispõe de uma relativa autonomia, tendo seus métodos e técnicas próprias, que foram influenciadas e incorporadas através da

<sup>28</sup> BARROS, José D'Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História*. São Paulo, n. 11, jan. 2008. p. 38.

<sup>29</sup> SZMRECSÁNY, Tamás. *Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da História Econômica*. Unesp: Araraquara, 1999. p. 8-9.

<sup>30</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 3. ed., 1983, p. 24.

interdisciplinaridade permitida pelos *Annales*. Pretendemos, a partir dos métodos da História Econômica, perceber as transformações estruturais<sup>31</sup> da economia e da sociedade do Recôncavo baiano, a partir da produção tabaqueira. Nossa intenção é a compreensão do presente, o qual provocou dúvidas e inquietações que buscamos nesta pesquisa. Concordamos com Tamás Szmrecsány, quando ele diz:

[...] Mas, o presente também é fundamental, pois, ao constituir um produto do passado, ele nos permite chegar a uma interpretação do mesmo. E, qualquer que seja seu ponto de partida, o conhecimento histórico não se restringe apenas a determinado período, nem é livremente utilizável para testar ou justificar teorias elaboradas fora do contexto.<sup>32</sup>

A História Agrária, na qual também se insere este trabalho, teve como principal introdutor Marc Bloch, que, em sua obra *La historia rural francesa: caracteres originales*<sup>33</sup>, trouxe a este campo tanto o método comparativo das paisagens agrárias, que traçaremos nas regiões produtoras de Cachoeira, como também junto a Escola Francesa trouxe a abordagem regional e local. Buscaremos utilizar, ainda, a Geografia Humana<sup>34</sup>, que a partir da observação também do presente tenta perceber a ação do homem no espaço. Entre os objetos da História da Agricultura estão os produtos, as técnicas, a mão de obra, a propriedade da terra, o sistema de exploração, as experiências, com êxito ou não<sup>35</sup>. Iremos percorrer boa parte desses caminhos. Desta maneira, podemos perceber que o estudo da produção se insere tanto entre os objetos da História Econômica quanto da História Agrária.

A partir dos anos de 1970, a historiografia brasileira passa a se preocupar com as análises dos recortes regionais. O foco deixa de ser, portanto, os grandes esquemas que visavam dar conta de uma história generalizante<sup>36</sup>. A História Regional é considerada por José D'Assunção Barros como uma modalidade historiográfica, pois tem um campo de observação específico eleito como ponto de partida para o seu trabalho, que é a região<sup>37</sup>. Com a preocupação da

<sup>31</sup> O termo *estrutura* será compreendido aqui como conjunto de relações. Nesse sentido ver: SZMRECSÁNY, Tamás. op. cit., p.3.

<sup>32</sup> SZMRECSÁNY, Tamás. op. cit., p. 3.

<sup>33</sup> BLOCH, Marc. *La historia rural francesa: caracteres originales*. Barcelona: Crítica, 1978.

<sup>34</sup> Com a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em que Braudel foi um dos principais representantes, a aproximação da História com a Geografia, assim como com as demais ciências humanas, foi estabelecida. Acerca disso, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região e Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

<sup>35</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. 1991. p. 8.

<sup>36</sup> NUNES, Francivaldo Alves. Fontes para estudos da História Agrária no Brasil oitocentista: caso dos Autos de Medição de Terra. *Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré*, Sumaré-SP, n. 2, 9. p. 2009. Disponível em: <[http://www.sumare.edu.br/Arquivos/1/raes/02/raesed02\\_artigo06.pdf](http://www.sumare.edu.br/Arquivos/1/raes/02/raesed02_artigo06.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2013.

<sup>37</sup> BARROS, José D'Assunção. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007. Disponível em:

regionalização dos estudos, novas fontes passaram a ser consultadas. Hoje, muitas destas fontes já foram olhadas para determinadas regiões, como é o caso de algumas que trataremos aqui. Mas, cada temática pode fazer necessária a revisão destas fontes com novos olhares.

Utilizaremos como métodos de pesquisa as análises quantitativa e serial, por nos possibilitar perceber as transformações que a produção de fumo passou durante o momento estudado e a sua dinamicidade. A seriação dos dados obtidos nas fontes estudadas permitiu analisar quantitativamente como se comportou o nosso objeto de análise, ou seja, as transformações que construíram o processo histórico pelo qual passou a produção. Para a seriação foi necessário determinar um conjunto de fontes que apresentassem uma continuidade e que pertencessem a mesma natureza. Foram analisados, para a parte serial deste trabalho, inventários *post-mortem* de lavradores fumageiros e o *Rol de fazendas e lavradores*. O uso da metodologia quantitativa não significa a dispensa da abordagem qualitativa. Concordamos com Jobson Arruda quando ele defende o uso do quantitativo como um instrumento para aplicação do qualitativo<sup>38</sup>.

Para respondermos a outras questões do nosso trabalho tivemos que recorrer a fontes que não necessitam da análise quantitativa. Entre as perguntas estavam: como saber se os lavradores estudados que ofertaram donativos à Coroa pediram algo em troca? Como saber se foram respondidos? É nesse sentido que a *Lista de enroladores de tabaco de 1809*, além das petições, requerimentos, pareceres e representações das três instâncias (colonos/lavradores – poder administrativo/câmara – coroa/governador/rei) encontradas na Biblioteca Nacional e no Arquivo Regional da Cachoeira dão conta de nos elucidar sobre estas questões. São expressas nestes documentos os descontentamentos e o que desejavam mudar ou obter nas melhorias de transporte, nas taxações e estoque das mercadorias. Tocavam, também, nas relações de negociação com os que detinham a autorização para realizar o comércio do produto e nas transações administrativas que envolviam o processo desde a saída do Porto da Cachoeira até o momento da saída do Porto de Salvador. Como dissemos acima, os lavradores utilizaram a câmara, principal órgão de poder intermediador entre a colônia e a metrópole, para dialogar sobre as suas ditas necessidades e foram respondidos pelos documentos, também já citados.

As fontes selecionadas, acreditamos, dão conta de responder os objetivos que nos propomos neste trabalho. Assim como a metodologia serial e quantitativa nos permite perceber as conjunturas do período abordado, os anos entre 1774 e 1830.

---

<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/275/237>>. Acesso em: 20 out. 2013.

<sup>38</sup> ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. p. 60.

Entre os documentos consultados para este estudo esteve os inventários *post-mortem* dos lavradores fumageiros, que nos oferecem a possibilidade de saber sobre a vida econômica dos indivíduos que compõem o grupo aqui estudado, uma vez que é listado tudo o que acumularam durante a vida e ainda possuíam quando faleceram. Consultamos também o *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia (1774-1831)*<sup>39</sup>, uma espécie de censo, realizado pela Coroa portuguesa a fim de listar as propriedades e lavradores de tabaco da Cachoeira e saber quem eram os proprietários, como usavam a terra e onde se localizavam as fazendas. A *lista de enroladores de tabaco de 1809*<sup>40</sup>, documento que listou um grupo de lavradores de tabaco que realizaram doação voluntária de dinheiro para Portugal, durante a guerra em que este manteve com a França. Todos esses documentos estão sob a guarda do Arquivo Regional da Cachoeira (ARC). Por fim, para o cruzamento com a última fonte citada, pesquisamos petições, representações e pareceres trocados entre os representantes dos lavradores, a câmara, o governo e a Coroa Portuguesa que tratam das negociações entre os lavradores fumageiros e os governantes para busca de melhoramentos na produção, comercialização e transporte do tabaco. Essas últimas fontes estão localizadas na Biblioteca Nacional.

O *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia (1773-1831)* foi realizado em dois cadernos: o primeiro de 1773 até 1799 e o segundo de 1799 até 1831. Contudo, trabalhamos a partir do ano de 1774, por ser a partir desse momento que as fazendas passaram a ser recenseadas. É um documento que se assemelha a um censo, pois tem como objetivo conhecer um determinado grupo, que é o dos lavradores. O primeiro Rol contém um total de 1.962 listados entre fazendas, lavradores e negociantes cadastrados e nós trabalharemos apenas com o primeiro Rol, pois a grande maioria das fazendas foram listadas nos cinco primeiros anos, o que nos impossibilita de uma análise periodizada dessa fonte. Dessa forma, consideramos o número de fazendas apresentadas no primeiro livro suficiente para a pesquisa. Além disso, a configuração territorial de produção de fumo não mudou durante todo o nosso período estudado. Registrar esse documento foi uma das maneiras de controle por parte da Coroa portuguesa para saber quem produzia o fumo na região, e acreditamos que assim poderia ter uma média da produção já que conseguiria saber uma quantidade de fazendas e lavradores. Apesar de não constar no título e descrição do documento, os negociantes de tabaco também foram cadastrados neste levantamento, também com intuito de deixar claro quem estava realizando a atividade, e mais uma vez a Coroa criou estratégias de manter o domínio de suas possessões e riquezas.

---

<sup>39</sup> ARC. Documentos Avulsos: *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia (1773-1831)*.

<sup>40</sup> ARC. Documentos Avulsos: *Lista de enroladores de tabaco de 1809*.

As informações possíveis de encontrar no Rol começam por um número de identificação dado a cada proprietário. Esta mesma numeração é utilizada em outros registros, como por exemplo, nos rolos de tabaco produzidos, nas listas de transportes internos e de exportação e na mesa de inspeção do tabaco. Assim, torna-se possível saber a procedência do tabaco em suas várias fases. Em seguida, aparecem os nomes dos proprietários, lavradores que não eram proprietários e negociante e, caso tenha algum título ou patente, também é relatado, seguido pelo nome das fazendas ou moradia e das freguesias onde estavam localizadas.

É possível, ainda, saber se o produtor utilizava ou não esterco de gado. Além de ser uma importante informação acerca da técnica de produção, ela nos indica a possibilidade de existência da pecuária nas terras. O tipo de terra vem em seguida (se areia, terra de mato ou salões orientais). Fornece-nos a etnia do proprietário (se preto, pardo, crioulo ou branco) e o estado civil (solteiro ou casado), destaca ainda quando é eclesiástico. Por fim, é informada a data em que foi realizada a catalogação. Caso haja procurador, este é citado. Também é indicado se houve morte e a terra foi herdada, se houve venda, recebimento da fazenda como dote ou qualquer forma de transferência de propriedade.

Os negociantes de tabaco que foram cadastrados receberam uma numeração, como os produtores, e tiveram seus endereços listados, a etnia e o estado civil. Desta maneira, para esta categoria, poucas informações são possíveis retirar a partir do Rol. No entanto, mais uma vez, assim como no caso dos produtores, pode-se perceber o controle por parte do Estado em determinar quem realizava este tipo de comércio na colônia portuguesa.

Confeccionamos um banco de dados o qual recebeu todas essas informações. O *Rol* foi dividido por freguesias e os dados foram analisados em porcentagens. A parte conjuntural do nosso trabalho será possível através da próxima fonte listada, os inventários.

Foram excluídos de nossa análise do Rol todos os cadastrados que não tiveram a possibilidade de leitura devido ao desgaste do tempo, aqueles cuja freguesia não é citada, ou que através do endereço não foi possível realizar sua identificação e os que faltam mais de três informações das que consideramos essenciais (nome, etnia, estado civil, endereço, freguesia, uso de esterco e tipo de solo). Assim, dos 1.962 foram retirados 492, ficando um total de 1.463. Essa fonte terá as suas informações cruzadas com as fontes a seguir.

No corpo documental de nossa pesquisa estão também os **inventários *post-mortem***. Essa fonte fornece informações referentes à vida econômica e social do lavrador. Possibilitando dimensionar quem são esses proprietários, quais são casados ou não, quantos membros compõem sua família, a residência, a categoria econômica (pequeno, médio ou grande

proprietário), seu Monte-mor, sob quais formas estavam investindo os seus bens, se a sua atividade era diversificada, caso fosse, podemos saber se o fumo era a principal atividade.

Três etapas principais permearam o desenvolvimento da coleta das informações. Na primeira, selecionamos dados correspondentes à localização do documento no arquivo: numeração, caixa e estante, assim como a data de abertura e o Monte Mor que corresponde à quantia total que o inventariado acumulou ao longo de sua vida. Na segunda etapa, buscamos os dados do inventariado, a naturalidade, endereço (rural/urbano), profissão, quantidade de filhos, a data da morte, e a qual categoria social pertencia. Conseguimos, seguindo esses passos, nos aproximar mais de quem eram os lavradores, como eram as suas famílias e onde viviam.

Por fim, na terceira parte, compilamos e descrevemos os bens que o inventariado possuía: imóveis, móveis, semoventes (animais e escravos), plantações, construções, equipamentos e instrumentos para a produção, ferramentas, objetos pessoais, utensílios e a parte financeira como dinheiro guardado e dívidas ativas e passivas. Nesta etapa, estaremos mais ligados às informações da lavoura e da produção, nosso objeto central. Nos *Imóveis*, o valor da propriedade e suas descrições como tamanho e estado físico descrito, em caso de casa ou sobrado o material de que foi feito.

Nos *Semoventes*, encontramos o plantel de escravos especificando o nome, valor, idade, gênero, condição de saúde (quando doente ou em bom estado), caso haja são listados os parentescos, as suas especializações também são postas, nos dimensionando, em caso de mais de uma atividade como a pecuária, por exemplo, quantos eram os cativos voltados para o trabalho com o fumo. Ainda nesta categoria, encontramos os animais que os lavradores possuíam tornando possível percebermos a relação ou não com a pecuária. Nas *Benfeitorias*, aparecem os instrumentos de produção do lavrador, as ferramentas de trabalho e as construções nas propriedades destinadas à produção, além das construções em suas propriedades, como armazéns, senzalas, etc. Outras informações referentes à vida econômica do proprietário ainda são possíveis, como as suas dívidas ativas e passivas, nos permitindo saber se havia ou não financiamento à lavoura através do crédito<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> A metodologia deste trabalho seguiu a proposta de análise do projeto de Iniciação Científica, cujo objetivo era o levantamento e construção do banco de dados dos inventários *post-mortem* sob custódia do *Arquivo Regional da Cachoeira* (ARC), conforme SILVA, Ana Paula de Albuquerque. *Produção fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia (1773-1831)*. Relatório de Iniciação Científica: UFRB, 2010. Os inventários *post-mortem*, pela riqueza de informações que trazem em seu corpo documental, já foi e continua sendo muito utilizado na historiografia. Trabalhos com diferentes tipos de metodologia buscaram, a partir dos inventários, compreender o universo econômico de grupos em diferentes momentos da História. Nesse sentido, ver as obras: MATTOSO, Kátia. *Bahia, Século XIX: uma província Império*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal, em Juiz de Fora, 1870-1914*. 2001. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e*

São 988 inventários disponíveis para o período, no ARC. Desse total, 182 fazem referência à produção de fumo. Excluímos os inventários desgastados pelo tempo e manuseio, devido à impossibilidade de leitura. Foram excluídos também aqueles que não dispunham de informações que consideramos imprescindíveis, devido a folhas soltas e perdidas como, os bens, nomes e datas. Também retiramos da pesquisa os inventários que, mesmo apresentando alguns itens relacionados ao tabaco, não tinham informações suficientes para afirmar que se tratava de um lavrador de fumo. Dessa forma, ficaram para a nossa análise 141 inventários de produtores de tabaco. Essa fonte apresenta o retrato da vida econômica e social na hora da morte.

A **Lista de enroladores de tabaco de 1809** é um documento que também se encontra no Arquivo Regional da Cachoeira, segundo o qual um grupo de lavradores desta Vila e seu termo juntaram-se e voluntariamente ofereceram a Coroa portuguesa em donativo quantias que variavam de \$200 a 1\$000 por cada rolo aprovado ou refugado na Inspeção da Bahia, assim a doação acontecia apenas no momento de exportação do tabaco. Essa “ajuda” voluntária iniciou-se em 1º de janeiro de 1809 e na própria fonte é dito que duraria até a recuperação de Portugal, não nos informa a data exata na qual foi encerrado esse auxílio. São no total 132 lavradores envolvidos e na fonte aparecem os seus nomes e valores doados. É nosso interesse saber quais foram as suas intenções, quais as pretensões em troca de suas ações, a maneira encontrada de tentar se fazer ouvir.

O nosso período de estudo pode ser considerado de efervescência na história da América Portuguesa, pois se trata de uma fase de transformações, consolidação econômica e rupturas políticas. E será sobre esse momento e os contextos anteriores que levaram às conjunturas desse período que trataremos a seguir.

Estamos tratando do momento em que Novais definiu como o “sistema colonial do mercantilismo”<sup>42</sup>, em que havia um conjunto de mecanismos integrando as economias coloniais com as europeias. Entre as principais funções da colônia estava a de proporcionar a dinamização econômica da metrópole. Nas palavras de Novais, a sua função era ser constituidora de excedentes, cumprindo a função de possibilitar a metrópole acumulação primitiva de capital. O pacto colonial ou o exclusivo metropolitano foi o que possibilitou a grande arrecadação dos

---

Riqueza em Salvador 1760-1808. 1998. 386 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998; MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006; entre outros.

<sup>42</sup> NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 57-106.



lucros gerados pelas produções garantidas pelas colônias. A Coroa portuguesa apropriava-se desta maneira do excedente e uma menor parcela permaneceria na colônia<sup>43</sup>.

A produção de tabaco estava justamente voltada para atender a essas necessidades da metrópole e para isso foi montado um aparato administrativo a fim de atender a externalização do excedente para a metrópole. Contudo, o comércio do fumo e o contrabando existente através do tráfico entre a Bahia e a África foi um importante mecanismo no jogo da internalização da acumulação.

Amaral Lapa apontou o século XVIII e início do XIX como um período marcado pela prevenção ao contrabando, quando o comércio do tabaco foi um dos principais responsáveis por essa prevenção devido ao grande tráfico, principalmente, voltado para a África e o Oriente<sup>44</sup>. Esse contrabando, apesar de ter sido impulsionado pelos ingleses, era realizado também por americanos, franceses, dinamarqueses, entre outros. Essa fissura no exclusivo metropolitano já demonstrava a abertura dos portos de uma maneira informal<sup>45</sup>.

O contrabando, na reflexão balizada de Ernest Pijnig, incluía um amplo leque de atividades consideradas ilegais. Assim era o comércio com os estrangeiros, com mercadorias estancadas, ou o pagamento de taxas alfandegárias abaixo dos valores estipulados pela pauta de referência.<sup>46</sup>

Foi também no século XVIII que o Brasil colonial alcançou uma significativa diversificação econômica, além de aumentar a atenção dos seus próprios colonizadores passou a ser cobiçado pelos ingleses, holandeses e franceses. Em 1800, o contrabando tornou-se incontrolável, e em 1808 realizou-se a abertura dos portos oficialmente. Isto demonstra o significado econômico que a América portuguesa conseguiu conquistar.

Esse momento que nos dedicamos, a transição do século XVIII para o XIX, marcou o reflorescimento agrícola e a prosperidade da economia, principalmente a açucareira da Bahia. A tendência de elevação dos preços do açúcar, favorecidos pela conjuntura externa, como a independência dos Estados Unidos e os conflitos nas Antilhas favoreceu os comerciantes e produtores baianos. Os preços dos escravos caíram devido à crise na mineração e aos conflitos no Caribe, o que também contribuiu para os produtores baianos. Esse momento favorável foi marcado pelo aumento de construções de engenhos na Bahia<sup>47</sup>.

<sup>43</sup> Idem., p. 57-106.

<sup>44</sup> LAPA, José R. do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000. p. 13.

<sup>45</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p. 112-113.

<sup>46</sup> Idem. p. 113.

<sup>47</sup> MASCARENHAS, Maria José Rapassi. op. cit., p. 5-6; ARRUDA, José Jobson; *O Brasil no comércio colonial* op. cit., p. 612; FERLINE, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 105.

Em função das guerras traçadas pela França com as principais potências econômicas europeias, e entre elas Portugal, a Coroa portuguesa, com o objetivo de evitar o que já se via acontecer com as casas reinantes que estavam sendo fechadas, transfere a Corte para o Brasil. Esse momento é de notável importância para nós, tanto por todo o significado que teve o evento, como pela atuação dos produtores de fumo do Recôncavo da Bahia que resolveram contribuir financeiramente a fim de ajudar a Coroa durante toda a guerra traçada com a França e depois buscar recompensa dessa ação.

O ano de 1808 foi considerado por Jobson Arruda como um momento único, pois mesmo apresentando uma sensação de continuidade, representava uma ruptura. O que houve foi uma inversão histórica, o centro político e administrativo do Império estava concentrado na colônia. O pacto colonial não cumpria, desta forma, o seu papel. O Brasil tornou-se o centro decisório, passava a canalizar internamente riqueza, além das geradas e arrecadadas na própria colônia, mas também as arrecadadas na metrópole<sup>48</sup>. Assim, o pacto colonial, apesar de ainda não ter sido rompido oficialmente, mais uma vez não se fazia por completo. Luiz Felipe de Alencastro na obra *O Trato dos Viventes* também destaca como este rompimento do pacto já vinha ocorrendo desde o século XVII<sup>49</sup>.

Outras interpretações da economia brasileira foram propostas por autores como Amaral Lapa<sup>50</sup> e por João Fragoso<sup>51</sup>. Para esses autores, é necessário prestar atenção na dinâmica interna da economia colonial brasileira, que não pode deixar de ser considerada, e cujos estudos são fundados em pressupostos e teorias metodológicas diversas. Essa questão é muito importante para a região estudada, pois além de produtora de mercadorias para a exportação, produzia também para o mercado interno. O nosso objeto de estudo, o fumo, adquiriu uma importância única no contexto. Era produzido para exportar, mas também para trazer escravos para produzir mais artigos exportáveis e de subsistência. Desta forma, provavelmente o fumo resistiu “melhor” às flutuações internacionais, dada sua importância na reprodução do sistema escravista colonial, posto que se apoiava nos dois mercados.

Amaral Lapa chamou atenção para a necessidade de revisão sobre as teses já consagradas que tratavam do sistema colonial, em que acabavam por desfavorecer o mercado interno existente na colônia. Criticou a interpretação que entendeu a colonização como um

---

<sup>48</sup> Idem., p. 15-16.

<sup>49</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>50</sup> LAPA, José R. do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. Primeiros voos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>51</sup> FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

sentido e que este sentido esteve inteiramente voltado para o mercado externo, em que exaltava a existência de um mercado consumidor inteiramente voltado para a dimensão externa. Demonstrou um sistema permanente de trocas que passaram por oscilações e que estavam ligadas direta ou indiretamente ao mercado externo, mas que havia peculiaridades regionais envolvidas no âmbito organizacional da produção<sup>52</sup>.

Essa afirmação não pretende, em momento algum, descondicionar, como um todo, a economia colonial dos mercados europeus. Antes, procura mostrar que no seu interior é possível localizar sistema de trocas que, pela quantidade e qualidade dos produtos locais comercializados, pelo volume de força de trabalho recrutada, pelo montante de capitais mobilizados, pelo processo de acumulação primitiva que ensejaram, pelo complexo de comercialização que envolveram, não podem ser simplesmente negados com uma penada.<sup>53</sup>

A historiografia brasileira, anterior aos trabalhos de Lapa<sup>54</sup>, formulou os modelos explicativos que permitiram a compreensão da relação colônia/metrópole no tocante a prevalecer os interesses metropolitanos, mas cabe também destacar que esses autores já chamavam atenção para questões relativas ao mercado interno. A recente produção historiográfica, mais do que enfatizar os modelos explicativos, tem buscado ressaltar a compreensão das especificidades da economia colonial valorizando os estudos regionais. Com os escritos de Lapa devemos perceber que nem toda a riqueza foi captada para a metrópole, uma parte que não pode ser desprezada foi acumulada internamente na colônia. A produção de abastecimento não pode ser considerada radicalmente determinada apenas pela demanda externa, havia a existência dessa dinâmica interna tão apontada por Lapa e seguida por grande parte da historiografia recente. E, principalmente, nos aspectos ligados ao tabaco, perceberemos como Portugal procedeu.

O fumo, assim como o açúcar e outros produtos fizeram parte da política de incentivo e investimento da Coroa para extrair os seus lucros através do exclusivismo metropolitano. O governo buscou diretrizes de melhoramento da agricultura, o provimento da mão de obra, o incentivo da manutenção desse sistema, como a obrigatoriedade por parte dos senhores de engenho e dos pequenos proprietários em produzir gêneros de abastecimento como a mandioca. Houve a tentativa de garantir, através dos aparelhos burocráticos, o cumprimento do pacto colonial. Sabemos que o monopólio, mesmo tendo sido muitas vezes garantido, foi também de diversas maneiras quebrado, tendo sido o contrabando o mais eficiente meio de resistência.

<sup>52</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. op. cit., p. 36-50.

<sup>53</sup> Idem, p. 42-43.

<sup>54</sup> Caio Prado Júnior, Fernando Novais e Celso Furtado.

A Coroa tentou controlar cada etapa da economia colonial, desde a concessão do direito de produzir ao controle de quem, de fato, estava ligado às fazendas produtoras, como foi o caso do censo realizado especificadamente com os produtores de fumo, e que tinha o poder de comercializar a mercadoria. Além disso, através dos impostos e dos dízimos obteve o máximo de lucro gerado por esse comércio. E eram os indivíduos autorizados pela Coroa que exportavam a mercadoria.

Os caminhos que percorremos nesta dissertação são os ligados à questão produtiva do tabaco, no Recôncavo da Bahia. O Capítulo 1, *Entre areias, salões e massapês: a lavoura de tabaco nos campos da Cachoeira*, tratará da região produtora de tabaco, suas características, como a produção estava estabelecida em cada localidade, o perfil econômico dos lavradores de cada área, já que se trata de várias freguesias. Por fim, abordaremos o uso e transmissão da propriedade.

No Capítulo 2, *Os produtores e as fazendas: quem eram os fumageiros e quais eram os seus bens*, apresentaremos o perfil social e econômico dos lavradores. Esse capítulo será dedicado às questões relacionadas à estrutura da fazenda e suas características, à casa de fabricar tabaco e aos acessórios de fazê-lo, às ferramentas e instrumentos da produção e dos trabalhadores envolvidos na lavoura, como quantidade e gênero. Além disso, os preços dos bens dos lavradores serão analisados nessa etapa da dissertação.

Por fim, no Capítulo 3, *Organização dos lavradores de tabaco: os pedidos de melhorias*, trataremos da existência de uma organização por parte dos produtores de fumo de Cachoeira. Será apresentada também a maneira encontrada por eles para demonstrar ao governo as suas insatisfações e pedir melhorias que favorecessem os aumentos dos seus lucros.

**CAPÍTULO I:**  
**ENTRE AREIAS, SALÕES E MASSAPÊS: A LAVOURA DE TABACO NOS  
 CAMPOS DA CACHOEIRA**

1.1 O RECÔNCAVO DA BAHIA E A CACHOEIRA PRODUTORA DE TABACO

Cachoeira está localizada no Recôncavo da Bahia, área costeira, com pouco mais de 10.000 km<sup>2</sup> de terras emersas<sup>55</sup>, no entorno da Baía de Todos os Santos. O Recôncavo era plural em sua essência e isso pode ser verificado com a diversificação produtiva ali encontrada<sup>56</sup>. Foi historicamente marcada pela produção da cana-de-açúcar, do fumo, da pecuária e da mandioca, além da produção de diversos alimentos, abrangendo dessa forma, tanto o mercado externo quanto o mercado interno – pautado na utilização da mão de obra escrava<sup>57</sup>.

Sua extensão em linha reta é de 70 quilômetros, que se adentram da Barra Falsa à Vila de São Francisco, e outros tantos distam, na direção Este-Oeste, de Periperi à foz do Rio Paraguaçu, que nela desemboca.<sup>58</sup>

Essa região manteve estreita ligação com sua grande praça de escoamento, para o mercado internacional, a cidade de Salvador e também com o Sertão, em que se abasteciam de carne, couro e sebo. Assim, Cachoeira desempenhou o papel de entreposto comercial entre o interior e o litoral<sup>59</sup> e, concomitante com a consolidação político-econômica da Vila, houve um desenvolvimento urbano, ajudando Cachoeira a se consolidar como forte centro comercial. Além disso, Salvador manteve relações com o Recôncavo desde o início de sua ocupação por ser em sua *hinterlândia* que obtinha alimentos para consumo interno<sup>60</sup>.

A capital não pode ser dissociada da baía, da qual é ciosa guardiã, mas também não o pode ser de sua hinterlândia, esse Recôncavo celeiro de açúcar e de farinha. O gado pode vir de longe, já que se locomove. Mais que qualquer outra cidade, a da Bahia

<sup>55</sup> MATTOSO, Kátia. op. cit., p. 53.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX*. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000, p. 49.

<sup>57</sup> Os inventários *post-mortem* têm nos possibilitado perceber estas produções, que já haviam sido indicadas pela historiografia, como por exemplo o estudo realizado por Barickman. BARICKMAN, B. J. op. cit.

<sup>58</sup> COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 103-104.

<sup>59</sup> MATTOSO, Kátia. op. cit., p. 51.

<sup>60</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 79.

está ligada à sua imediata hinterlândia agrícola, pois é seu mercado e seu elo com o mundo exterior. Não há uma só família na cidade que não tenha laços com uma família no interior; não há tempestade na baía que não faça subir as águas dos rios do Recôncavo; não há má colheita lá que não cause pobreza aqui [...].<sup>61</sup>

O Recôncavo foi beneficiado pela sua vasta rede hidrográfica, tendo como principal rio o Paraguaçu, importante para o seu desenvolvimento pelo intenso fluxo fluvial por onde eram transportados parte das mercadorias. O Paraguaçu tem a sua nascente na serra da Chapada Diamantina, em Rio de Contas. Separa a bacia do rio São Francisco das bacias mais limitadas dos rios da costa<sup>62</sup>. Suas águas se juntam com a ribeira Cochó e a Encantada, e incorpora o rio Uná, o que lhe oferta outras tonalidades mais escuras. Junta-se ainda aos rios Capibari, Peixe e Jacuípe. Percorre as vilas de Cachoeira e Maragogipe e desagua no lado ocidental da Baía de Todos os Santos. Além do comércio e da agricultura, o rio foi importante para a pesca local<sup>63</sup>.

Além do fluxo fluvial Cachoeira também foi beneficiada com caminhos e estradas, que facilitavam a comunicação e o transporte de pessoas e mercadorias. Um exemplo é a “Estrada das Minas”, um emaranhado de caminhos que seguiam as margens do Paraguaçu e levavam às áreas mineradoras do território da capitania, depois Província de Minas Gerais. Outra via importante era a da “Estrada Real das Boyadas” que ligava Salvador e Cachoeira ao Norte e Noroeste do Recôncavo<sup>64</sup>. Havia ainda as estradas de Muritiba, Belém e Capoeiruçu, destacados caminhos na região interna do Recôncavo<sup>65</sup>.

O clima e demais características geográficas são uns dos responsáveis por uma unidade do que é o Recôncavo da Bahia. A umidade do mar chega nessa região em forma de chuva. O relevo é diverso e os vales formam corredores abertos para as influências do Atlântico. As terras junto às costas são relativamente baixas. Contudo, é cercada por terras mais altas formando os elevados taboleiros e colinas com altitudes médias de 200 metros<sup>66</sup>.

Os séculos de exploração pela ação humana, em conjunto com o regime das chuvas, não proporcionaram ao Recôncavo a possibilidade de manter as mesmas características geográficas, como é o caso das espécies tropicais atlânticas que passaram por profundas transformações. Os solos argilosos são os preferidos das matas, justamente o tipo de solo que caracteriza boa parte

<sup>61</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. op. cit., p. 51.

<sup>62</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. 1812-1884*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 57.

<sup>63</sup> ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. *Memória topográfica, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia*. Salvador: Fundação Maria América da Cruz/IHGB/FCDB, 1998. p. 24-27.

<sup>64</sup> ANDRADE, Adriano Bittencourt. A espacialização da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009. Ouro Preto, *Anais...* Ouro Preto: UFMG, 2009, p. 7-9.

<sup>65</sup> IPHAN-UFBA (Convênio). *Evolução urbana de Cachoeira – séculos XIX e XX*. Salvador, 1979. p. 21.

<sup>66</sup> MATTOSO, Kátia. op. cit., p. 51-54.

do Recôncavo, e ali se encontravam palmeiras, cocos-vagem e madeiras preciosas, como uma das mais utilizadas nos móveis de melhor qualidade, o jacarandá<sup>67</sup>.

Tanto as suas produções como a geografia entendem-se em termos de paisagem natural, o Recôncavo nunca foi uniforme. A produção de açúcar não reinou solitária. São Francisco do Conde, Santo Amaro e Cachoeira foram os principais centros açucareiros, porém em torno deles surgiram propriedades cultivadoras de produtos para os mercados externo e interno, reproduzindo o “complexo econômico” do engenho<sup>68</sup>.

A região que vai da atual Conceição da Feira até Feira de Santana (no momento estudado era denominada São José das Itaporocas) é compreendida como agreste. Uma transição entre o litoral úmido e o semiárido. Existe ainda no Recôncavo uma faixa litorânea proporcionada por uma variedade de vegetais, formada pelos manguezais e pela vegetação do litoral arenoso. O solo dos mangues oferecia argilas para as olarias e para a purgação do açúcar<sup>69</sup>.

Quatro tipos de massas de ar se estabelecem no Recôncavo, sendo que duas predominam, a dos ventos alísios de sudeste e as de noroeste. Os outros dois são as dos ventos alísios de retorno nordeste e noroeste. Sendo os meses de junho a setembro os que apresentam menores temperaturas<sup>70</sup>.

[...] Porém, o que mais se vê é brincarem, sobre a baía, ventos instáveis, que resultam de movimentos ondulatórios e chegam sem prevenir, com a velocidade de um cavalo em disparada. São a voz irada de Iemanjá, exigente amiga do podo do mar baiano. Nascem quando a frente polar atlântica de ar frio encontra o ar quente que vem das regiões do norte equatorial. No Recôncavo, as máximas pluviométricas de abril a junho frequentemente coincidem com essas frentes de instabilidade decorrentes da luta entre o anticiclone atlântico e a massa equatorial continental.<sup>71</sup>

Sobre a fertilidade do solo do Recôncavo, a literatura explorou bastante e destacando sempre sua característica fundamental, o solo massapê que favoreceu a plantação de cana-de-açúcar: o ouro do Recôncavo! A nossa área de estudo, os campos da Cachoeira, também possui o solo massapê, predominante, principalmente, na zona que não é de nossa alçada, o Iguape. Os tipos de solo que encontramos na localidade que vamos nos aprofundar são as areias e os salões predominantemente.

<sup>67</sup> Idem., p. 55.

<sup>68</sup> BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 32.

<sup>69</sup> MATTOSO, Kátia. op. cit., p. 55-56.

<sup>70</sup> Idem., p. 55-56.

<sup>71</sup> Idem., p. 56.

A diversidade produtiva foi proporcionada pela abundância fluvial, pelo rico solo e clima favorável às culturas. E a produção em larga escala foi possível devido à implantação da mão de obra escrava africana. O Recôncavo, em sua grande área territorial foi produtor de um ou mais gêneros, açúcar, tabaco, mandioca, café, algodão, vários alimentos (frutos, feijão, milho etc.) e ainda a criação de gado, movimentaram sua economia.

[...] havia o Recôncavo da cana, do fumo, da subsistência e dos materiais de construção, da lenha e da pecuária, que subia até Pojuca, Catu, Mata de São João e mesmo Alagoinhas. Primeira rede urbana a escala regional implantada nas Américas, formaram-se aí o mais extenso parque de arquitetura barroca do país, um importante núcleo de cultura lusa e a mais vigorosa comunidade africano-brasileira, um complexo histórico-cultural que traduz e representa muito da própria formação histórica do Brasil.<sup>72</sup>

De todas as suas produções, a cana-de-açúcar foi detentora da maior parte da riqueza gerada no Recôncavo. O fumo foi a cultura que mais se aproximou, mas ainda assim permaneceu longe dos números produtivos do primeiro gênero. Mesmo nas épocas consideradas “más” por pouca demanda ou preços baixos, o Recôncavo continuou sendo um importante produtor de açúcar e fumo<sup>73</sup>. A pecuária também foi notadamente significativa para a economia. Outras culturas, de menor importância econômica nos anos a que nos dedicamos, também fizeram parte da diversificação produtiva. O algodão e o café também foram produzidos entre os anos finais do século XVIII e os iniciais do XIX, em Cachoeira, porém, em quantidades e rendimentos muito inferiores ao açúcar e ao tabaco. Do próprio solo do Recôncavo se extraía os gêneros alimentícios capazes de suprir em parte as necessidades dos moradores da região e da cidade da Bahia. A mandioca apesar de ser produzida em praticamente todas as propriedades fumageiras exigia pouco investimento, apresentava-se também como uma produção necessária para a manutenção do sistema escravista, e fundamental para as atividades mais lucrativas. Além da mandioca, como produção de alimentos, cultivava-se feijão, milho, outras raízes e um pomar diversificado também voltados para a subsistência e pequeno comércio.

A importância da farinha de mandioca é, pois, indiscutível. Presente tanto nas mesas dos ricos, como nas dos pobres, e nas cuias e baldes que os escravos usavam à falta de pratos, constituía a base da dieta comum.<sup>74</sup>

<sup>72</sup> BRANDÃO, Maria de Azevedo. op. cit., p. 32.

<sup>73</sup> SCHWARTZ, Stuart B. op. cit., p. 94.

<sup>74</sup> BARICKMAN, J. B. op. cit., p. 96.



Barickman analisou a farinha de mandioca tanto pelo aspecto de importância alimentícia quanto pela demanda comercial. Havia necessidade de seu consumo no mercado local urbano tanto de Salvador como do próprio Recôncavo. A população pobre tinha nesse alimento uma de suas principais bases, “sobreviviam, de um dia para o outro, com os alimentos mais baratos: carne-seca, bacalhau e, sobretudo, farinha”<sup>75</sup>. Além disso, os negociantes do comércio entre Brasil-África abasteciam as embarcações para suprir os escravos durante a travessia de volta da África, o que levou esse gênero a contar também nas pautas de exportações baianas<sup>76</sup>.

Não foi apenas nas fazendas de tabaco que a plantação de mandioca e o fabrico de farinha existiu, os senhores de engenho e os lavradores de cana também estabeleceram essa produção em suas terras. O motivo para tal produção era tanto o de abranger o abastecimento local quanto por uma preocupação com o que poderia acontecer caso houvesse uma escassez, “a Coroa e as autoridades locais tentaram mais de uma vez garantir uma oferta adequada de gêneros alimentícios através de legislação”<sup>77</sup>. Plantar mandioca era necessário para os lavradores para atender as necessidades de subsistência dos moradores, mas principalmente da mão de obra que existia em massa, os escravos, além de haver um mercado local e internacional<sup>78</sup>.

A produção de maior destaque e volume do Recôncavo, a cana-de-açúcar, na nossa área de estudo, se deu principalmente na freguesia de Santiago do Iguape. Situada aproximadamente 5 léguas de distância de Santo Amaro da Purificação e 3 de Cachoeira. Possui o rio Guaí com possibilidade de navegação de 3 léguas e o Paraguaçu de mais de meia légua. O solo é o massapê, também conhecido como terra negra, o mais adequado para a plantação que tornou próspera a região: a cana-de-açúcar<sup>79</sup>.

A história da região em torno da Baía de Todos os Santos se confunde com a da plantação de cana-de-açúcar, desde o século XVI. As dificuldades econômicas aparecem, desta maneira, com as complicações deste produto no comércio externo e nas intempéries internas. No século XVII, com a invasão holandesa, sua instalação e expulsão de Pernambuco, fez com que se relocassem nas Antilhas, mexeram nos preços do açúcar. Essa depressão vai até os finais do século XVIII. Entre as três últimas décadas do final do século XVIII e as três iniciais do seguinte, a economia recuperou-se dada a situação de crescimento do mercado interno e externo. Este se ampliou devido às complicações das Antilhas com os conflitos napoleônicos.

---

<sup>75</sup> BARICKMAN, J. B. op. cit., p. 53.

<sup>76</sup> Idem., p. 101.

<sup>77</sup> Idem., p. 105.

<sup>78</sup> Idem., p. 271-278.

<sup>79</sup> ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. op. cit., p. 39-40.

Na década de 1820, a concorrência do açúcar de beterraba, as pressões pelo fim do tráfico são problemas no cenário externo; enquanto que, internamente, as lutas pela independência, os movimentos contra carestia, a descoberta de ouro e diamante na Chapada Grande da Bahia e a falta de crédito denotam o embaraço interior<sup>80</sup>.

Os engenhos eram pomposos e consideravelmente mais elevados em termos financeiros do que as propriedades de fumo. As técnicas de produção exigiam equipamentos mais sofisticados e caros do que os voltados para o tabaco, isso pode ser facilmente verificado através dos inventários dos produtores. Isto gerava também fortunas incomparáveis aos que se dedicavam aos dois tipos de produção, sendo os senhores de engenho muito mais abastados.

É possível verificar essa dissonância comparando proprietários dessas duas produções. Os lavradores de tabaco eram menos abastados, possuíam um número inferior de cativos e os investimentos em suas casas de fabricar tabaco eram menores do que os pomposos engenhos. Escolhemos para comparação um dos maiores lavradores de tabaco entre aqueles que haviam listado entre os seus bens armazém para fabrico de fumo, e cujos bens exemplificassem de maneira bastante completa os instrumentos, as benfeitorias e a mão de obra das plantações de tabaco dos campos da Cachoeira e um senhor de engenho.

Teotônio Cerqueira do Couto, lavrador de tabaco, assim como outros plantadores desse gênero, articulou o seu plantio com a lavoura de mandioca e a criação de gados bovinos e caprinos. Morava na freguesia de São Gonçalo dos Campos, em uma das suas propriedades, a Fazenda Candial. Faleceu em 1827 e em julho do mesmo ano foi aberto o seu inventário. Ao morrer, sua fortuna total foi avaliada, no dito processo em mais de dezoito contos de réis, um cabedal considerável para um lavrador de tabaco. Dentro da nossa amostra constituiu o terceiro mais rico proprietário. Com a soma da riqueza desse indivíduo era possível comprar, na década de 1820, aproximadamente 6 sobrados nas ruas principais da Vila da Cachoeira. O processo com mais de 280 folhas revelou o que os herdeiros, a sua cômputo e outros sete filhos dividiram entre bens<sup>81</sup>.

Esse lavrador possuía um total de três fazendas e uma terra anexa ao local que residia. Das três propriedades deixadas por ele, duas eram voltadas para a produção de tabaco e mandioca, e os gados eram utilizados para o benefício do tabaco. A terceira propriedade era de criação de cabras, sendo que havia ainda animais, como gado *vacum*, em uma quarta fazenda que não foi listada enquanto bem do casal<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> BRANDÃO, Maria de Azevedo. op. cit., p. 35-36.

<sup>81</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 02/202/202/2268.

<sup>82</sup> Idem.

Em imóveis, entre casas e terras acumulou 4:312\$000 (quatro contos, trezentos e doze mil réis). Na categoria de semoventes, constavam 58 escravos trabalhando nas duas propriedades produtoras de tabaco, demonstrando um resultado encontrado em nossa pesquisa, que as propriedades que conciliavam as três produções tinham os escravos voltados majoritariamente para o cultivo do fumo, pois a criação de gado é extensiva e a produção de mandioca não requer cuidados tão específicos como a do fumo. Contudo, vale salientar que esse número de cativos não foi comum nas fazendas de tabaco, aproximou, neste caso dos números presentes nos inventários que continham engenhos. O valor total dos 58 escravos perfazia 9:920\$000 (nove contos, novecentos e vinte mil réis). Em gado, entre cavalos, animais para auxílio do fumo, gado *vacum* e caprino somavam 2:822\$600 (dois contos, oitocentos e vinte dois mil e seiscentos réis) <sup>83</sup>.

As benfeitorias consistiam em construções, ferramentas e instrumentos para as produções. Nas construções apareceram senzalas, cercados e armazéns, além de duas casas de fabricar tabaco, somando o valor total de 773\$000 (setecentos e setenta e três mil réis). Desse total, 259\$000 (duzentos e cinquenta e nove mil réis) correspondiam às duas casas de fabricar tabaco. Abaixo especificamos uma dessas casas:

**Tabela 1** – Especificações de uma das casas de fabricar tabaco de Teotonio Cerqueira do Couto (1827)

<b>Casa de fabricar tabaco de Teotonio Cerqueira do Couto (1827)</b>
Duas portas
Quatro janelas
Gangorras
Viradores
Bancos
Dois engenhos
Estribaria
Mangedora

Fonte: ARC. Poder Judiciário: *Inventário post-mortem*. Processo: 02/202/202/2268.

Entre as ferramentas encontravam-se: machados, foices, cavadores etc., e somaram o total de 28\$700 (vinte e oito mil e setecentos réis). Os instrumentos voltados para as produções,

<sup>83</sup> Idem.

última categoria das benfeitorias, compunham-se de tachos, rodas de ralar, gangorras etc., totalizaram um valor de 78\$400 (setenta e oito mil e quatrocentos réis). Com exceção das construções, esses equipamentos não dispensavam grandes investimentos, mas representavam componentes importantes para a vida agrária<sup>84</sup>.

Apesar dos rendimentos dos lavradores serem provenientes das plantações, também não é nesse item que encontramos a maior parte dos somatórios, pelo contrário, na grande maioria dos casos, vamos reconhecer que o inventário trata de um lavrador de tabaco por aparecer escravos que desempenhavam a profissão de fumeiro, muitos escravos “da lavoura”, ou pela casa de fabricar tabaco e os instrumentos. A plantação nem sempre foi listada nos inventários e era necessário estar no momento de colheita ou ainda não ter vendido o que haviam produzido para aparecer fumo colhido entre os bens. No caso do inventariado Teotonio, além da plantação de alimentos, havia fumo colhido e plantado. Essas plantações representaram o valor de 424\$600 (quatrocentos e vinte quatro mil e seiscentos réis), desse total havia nove bolas de tabaco de corda ainda cru, somando trinta e seis arrobas, o que correspondeu a 57\$600 (cinquenta e sete mil e seiscentos réis) e vinte e cinco mil pés de tabaco plantados e tirado as primeiras folhas o que totalizava 25\$000 (vinte e cinco mil réis)<sup>85</sup>.

O restante dos investimentos realizados durante a vida de Teotonio Cerqueira do Couto, e que deixou como herança aos seus filhos e esposa, estava dividido em móveis, carros e joias. Os móveis compunham-se de mesas, cadeiras, oratórios e etc., somaram 205\$760 (duzentos e cinco mil e setecentos e sessenta réis). Foram arrolados três carros, dois em bom uso e um já velho, avaliados em 48\$000 (quarenta e oito mil réis). Por fim, nas joias foram listados colar, broche, brinco, pedras preciosas, esses itens em ouro e prata, os quais acumularam 311\$720 (trezentos e onze mil e setecentos e vinte réis). O inventário foi encerrado em 17 de dezembro de 1832, cinco anos depois da abertura, pois uma das filhas herdeiras faleceu, deixando quatro menores como seus herdeiros, nesses casos, os processos costumam atrasar para o encerramento. Outro motivo que favoreceu a demora do processo foi o fato de haver muitas propriedades para visitação e avaliação dos bens<sup>86</sup>.

Apesar do caso que acabamos de mostrar não condizer com a média encontrada nas fortunas dos produtores de fumo, consideramos importante a comparação com ele, pois assim é possível, de fato, verificarmos que, mesmo nos casos de “grande montante”, não apresentavam as médias encontradas entre produtores de açúcar. Salientamos que, apesar de

---

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Idem.

serem poucos os casos, este exemplo não é único. Outros lavradores conseguiram atingir uma média maior ou próxima à do lavrador Teotonio do Couto.

Pedro Garcia de Aragão, senhor de engenho, morador na Freguesia de Santiago Iguape, na Vila de Cachoeira, é o caso o qual iremos comparar com Teotonio do Couto. Ele faleceu no início do século XIX. Residente no Engenho São José, dessa tradicional freguesia açucareira do Recôncavo da Bahia, seu inventário foi aberto em 1813. À sua esposa, d. Maria Rosa Joaquina de Santana, coube o papel de inventariante do processo e ela dividiu com mais sete filhos legítimos a herança. Sua fortuna foi calculada em Rs. 44:033\$920 (44 contos, trinta e três mil e novecentos e vinte réis)<sup>87</sup>. Com esse valor era possível adquirir 20 sobrados nas mesmas condições exemplificadas no caso do lavrador de tabaco.

Seus haveres incluíam nos imóveis o Engenho São José, e a Fazenda Lages, além de uma casa. Diferente do primeiro caso, em que a casa de fabricar tabaco veio separadamente do valor dos imóveis, neste caso o valor do engenho já apareceu somado ao valor de uma de suas terras, esse montante compreendeu 22:757\$000 (vinte e dois contos, setecentos e cinquenta e sete mil réis). Portanto, esse valor foi consideravelmente maior do que o do lavrador de tabaco, mesmo se somado com a casa de fabricar fumo, e ainda considerar que entre os anos analisados houve inflação<sup>88</sup>.

Seus escravos formavam parte considerável do patrimônio, somavam setenta e um indivíduos. Havia, entre eles, cativos do serviço doméstico, mariscadores, alfaiates e a maioria exercia ocupações relacionadas à lavoura e ao beneficiamento da cana-de-açúcar. O montante contabilizou 9:830\$000 (nove contos, oitocentos e trinta mil réis). Os animais que o senhor Pedro Garcia tinha em seu espólio eram bois mansos, vacas de leite, bezerros, novilhos e cavalos e atingiram o valor de 5:494\$800 (cinco contos, quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos réis)<sup>89</sup>.

As benfeitorias foram mais modestas do que a do fumageiro, contudo, é preciso levar em conta que praticamente todos os equipamentos do senhor de engenho foram somados com os imóveis, principalmente os engenhos, perfazendo um grande valor. As construções apareceram em forma de cerca e currais e somaram 238\$000 (duzentos e trinta e oito mil réis). As ferramentas representaram 22\$400 (vinte e dois mil e quatrocentos réis), entre foices,

---

<sup>87</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/39/39/380.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Idem.

machados, cavadores e enxadas<sup>90</sup>. Os instrumentos para a produção, como balança, rodas, carros e acessórios, somaram 300\$600 (trezentos mil e seiscentos réis)<sup>91</sup>.

As plantações relatadas consistiam, exclusivamente, em cana, sendo novas, de rego, de rego para o corte, de rego para a soca ou de rego limpa. Foram plantadas em 31½ tarefas. Todos os seus valores somaram 1:369\$000 (um conto, trezentos e sessenta e nove mil réis). Como os senhores de engenho arrecadavam mais e, conseqüentemente, tinham um maior poder de acumulação, os móveis, joias, utensílios, objetos etc. apareciam em quantidades e valores superiores às do mencionado lavrador. Os móveis deste senhor de engenho foram avaliados em 289\$720 (duzentos e oitenta e nove e setecentos e vinte mil réis). Acumulou também em utensílios, que são objetos para o lar e nesse caso apareceu muita prataria, com um valor de 2:201\$300 (dois contos, duzentos e um mil e trezentos réis). Por fim, apareceram as joias, que totalizaram 1:631\$00 (um conto, seiscentos e trinta e um mil réis)<sup>92</sup>.

Os senhores de engenho representavam a elite econômica da região. A nossa intenção foi dimensionar a situação de um grande lavrador de tabaco e o quão perto ou longe estava este lavrador de um senhor de engenho. Como podemos verificar um caso comum de um senhor de engenho, sem ser representante das maiores posses, conseguia acumular pelo menos o dobro, uma década anterior, do que um produtor de tabaco abastado. Mesmo que os valores acumulados pelos fumageiros fossem bastante inferiores aos dos senhores de engenho, os lavradores conseguiam um plantel considerável de escravos e montavam uma fortuna o suficiente para não ser considerado um “homem pobre”.

## 1.2 A PRODUÇÃO DE TABACO

Toda a lavoura e cultura do tabaco consiste, por sua ordem, em semear, plantar, alimpar, capar, desfolhar, colher, espinicar, tocer, virar, ajuntar, enrolar, encourar e pisar [...].<sup>93</sup>

O fumo exigia várias e demoradas etapas para a sua produção. Era necessário, primeiramente, a preparação do terreno e a estercação, para depois realizar a preparação do solo em regos com espaços suficientes para o desenvolvimento da planta, de aproximadamente distâncias de cinco palmos entre cada rego. Após essa fase transplantavam as mudas, que já

---

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> ANTONIL, André. op. cit., p. 184.

havia sido feitas e levavam mais de dois meses até chegarem ao ponto de plantar. Só depois de quatro ou cinco semanas, já com o nascimento de uma boa quantidade de folhas, retiravam os brotos que começavam a nascer a cada oito dias, durante quatro meses, para o seu melhor desenvolvimento<sup>94</sup>.

Havia durante todo esse período forte controle para evitar pragas. Somente depois de quatro meses, após o plantio começavam as colheitas, nos meses de julho, agosto e setembro. Nesses meses as folhas sempre que retiradas cresciam novamente, retirava-se três ou quatro vezes as folhas, sendo que a cada vez que esse processo fosse realizado o valor e a qualidade tornavam-se inferiores. Depois de todo o processo da plantação, cuidados e colheita, chegava a fase da secagem e fabricação dos rolos, que mais uma vez exigiam cuidados para não fermentar<sup>95</sup>.

As folhas eram quebradas rente a haste com o talo e colocadas na casa de beneficiamento do tabaco para “descanso”, por aproximadamente vinte e quatro horas. Depois eram separadas de duas em duas folhas e colocadas para secar no telhado entre as palhas, pois deveriam receber vento para a secagem, mas não podiam ser expostas ao sol. No chão, o talo era retirado com cuidado para que as folhas não rasgassem nesse processo. As melhores eram separadas para enrolar as cordas, utilizando uma roda e um torcedor, além de rapazes para a realização do trabalho<sup>96</sup>. As imagens 1 e 2 representam o processo de fabricação pelo qual passava o fumo nas fazendas.

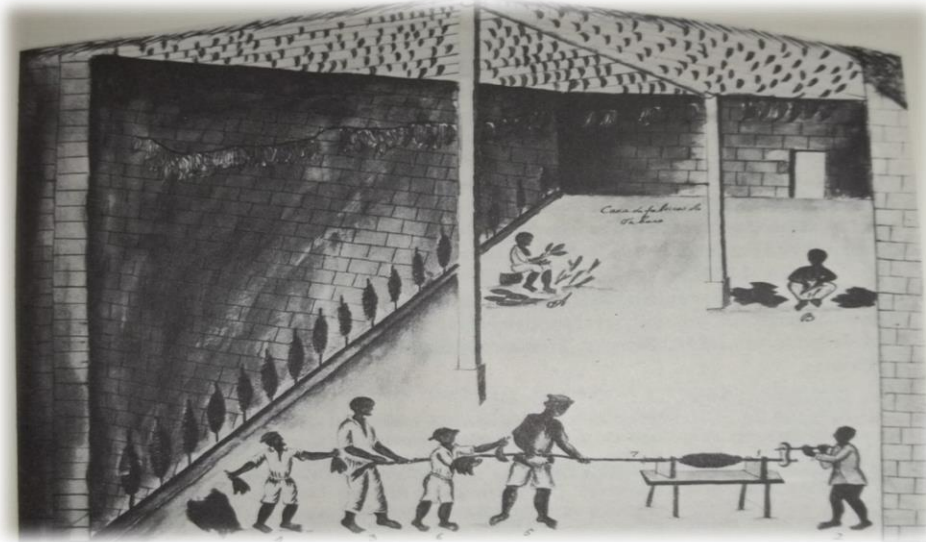
---

<sup>94</sup> Idem., p. 181-199.

<sup>95</sup> Idem., p. 181-199.

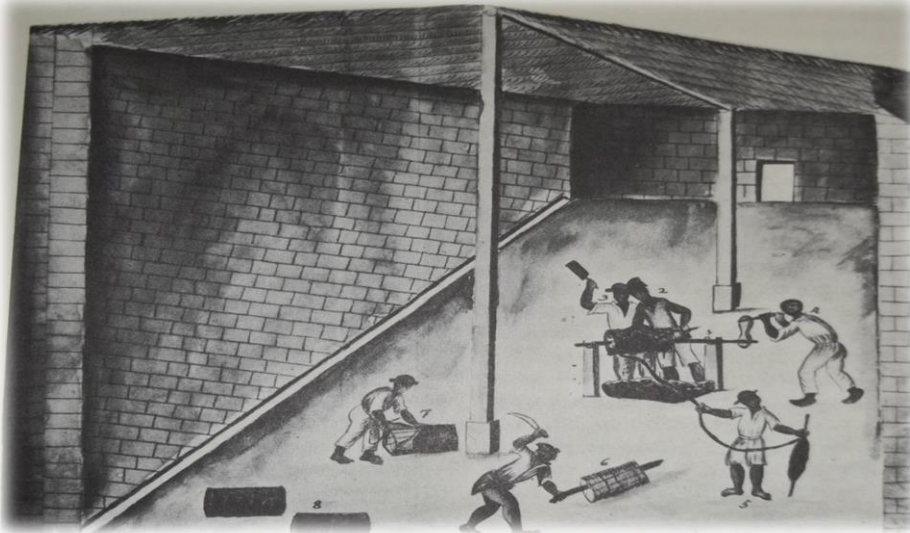
<sup>96</sup> Idem., p. 181-199.

**Figura 1** – Processo de fabricação do tabaco – parte I



Fonte: LUGAR, C. The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period. In: Alden, Dauril e Dean, Warren (Orgs.). *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil e Portuguese India*. Florida: University Presses of Florida, 1977, p. 30. Retirado da *Arents Collection*, New York Public Library.

**Figura 2** – Processo de fabricação do tabaco – parte II



Fonte: LUGAR, C. The portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period. In: Alden, Dauril e Dean, Warren (Orgs.). *Essays concerning the socioeconomic history of Brazil e Portuguese India*. Florida: University Presses of Florida, 1977, p. 31. Retirado da *Arents Collection*, New York Public Library.

Com as cordas feitas e enroladas em um pau, torciam e apertavam brandamente uma vez por dia e esse processo durava entre quinze e vinte dias. Depois eram enroladas em formas de bolas e guardadas em andaimes altos até o momento de receber o último beneficiamento, a calda com cheiros de ervas e misturadas com mel e açúcar para a aromatização e conservação.



Após essa fase, os rolos eram cobertos com folhas de caravatá secas, amarradas com embira e recebiam uma capa de couro cozida com a marca do dono para a comercialização<sup>97</sup>.

Caso a terra e os beneficiamentos utilizados fossem bons, era possível a retirada de mais duas ou três colheitas e, da mesma forma descrita acima, todo o processo de cuidados era realizado. Existia assim, o tabaco de primeira, segunda, terceira e até quarta qualidade, sendo que o considerado melhor era o da primeira colheita, era o que durava mais e que servia para cachimbo, mascar e pisar<sup>98</sup>.

O fumo pisado deveria ser feito com as melhores folhas, essas tinham que estar bastante secas e essas secagens podiam ser realizadas no sol, em bacias ou fornos de cobres, porém não deveriam queimar. Mexiam continuamente e depois pisavam e peneiravam até reduzir ao pó. “O tabaco que se pisa no Brasil vai sem mistura, singelo, e, por isso tanto se estima [...]”<sup>99</sup>.

O tabaco de menor qualidade também conseguia uma saída, principalmente para a Costa da Mina. O estreitamento das relações entre Bahia e Costa da Mina começou no final do século XVII, a partir desse momento, os navegantes portugueses buscavam o abastecimento de escravos para a sua colônia. Os navegantes da Bahia tiveram papel destacável nesse transporte. Todavia, foi no século XVIII que o comércio se intensificou. A procura pelo “negro mina” cresceu. Essa relação ligou durante muito tempo a Bahia à Costa da Mina. É justamente por esse comércio que o fumo ganhou mercado na África. Os negociantes da Bahia enviavam para essa região o fumo dito de terceira categoria, ou seja, de qualidade inferior, ou refugo. O escoamento desse tabaco ajudou na ampliação da importação de africanos para a Bahia e outras regiões da América portuguesa bem como o equilíbrio econômico<sup>100</sup>.

Curiosamente, o fumo de qualidade inferior era muito bem aceito e desejado pelos africanos. O “tabaco da Bahia” tinha fama de qualidade sendo preferido inclusive ao de Pernambuco. “O agradável aroma que soltava [...] era inimitável e tornar-se-ia o principal fator de sucesso dos negociantes da Bahia naquela parte da Costa da África”<sup>101</sup>.

Em 1699, houve várias tentativas por parte do governo Português de incentivar os lavradores de fumo a produzirem mais e de impedir o comércio com a Costa da Mina, devido ao fato de que havia muito contrabando de tabaco na comercialização voltada para essa região, como não conseguiam impedir esse comércio foi permitido que apenas o fumo de terceira qualidade fosse enviado e com limite. Os impostos nesse período aumentavam constantemente.

---

<sup>97</sup> Idem., p. 181-199.

<sup>98</sup> Idem., p. 181-199.

<sup>99</sup> Idem., p. 181-199.

<sup>100</sup> VERGER, Pierre. op. cit., p. 37-38.

<sup>101</sup> Idem., p. 39-40.

Muitos lavradores abandonaram as plantações, pois eram os principais prejudicados. O maior problema ocorreu com a qualidade do produto, alguns lavradores fabricavam de propósito o fumo de má qualidade para o comércio com a Costa da Mina, pois os lucros eram mais vantajosos<sup>102</sup>.

Em 1712, foi liberado o comércio para essa região da África, conseqüentemente o comércio de Portugal ficou prejudicado, uma vez que os cofres da coroa lucravam menos com o fumo de refugio. Na tentativa de diversificar a produção, melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de tabaco, o governo português incentivou os lavradores a produzir o fumo em folha, como produzido em Cuba e na Virgínia, com outras técnicas, mas não deu certo<sup>103</sup>. Em 1739, houve uma forte queda de preços devido a fatores como variações climáticas, grande quantidade de fumo de má qualidade e pressões por parte dos compradores. Todos estes fatores juntos mais a descoberta do ouro em Minas Gerais e a alta demanda de escravos favoreceram o comércio com a Costa da Mina.

Além do contrabando que desviava os lucros que deveriam ser obtidos pela Coroa portuguesa e dos menores ganhos com o tabaco de terceira qualidade, havia outro problema nas questões que envolviam esse comércio: o transporte. As frotas brasileiras representavam uma dificuldade para o comércio do fumo. Demorava cerca de 84 dias entre a Bahia e Lisboa, enquanto outros navios chegavam em 72 dias. Até os melhores fumos geralmente estragavam, isto prejudicava tanto os lavradores como os comerciantes. O transporte entre o Recôncavo e Salvador também era inadequado, geralmente não conseguiam levar toda a mercadoria. As conseqüências eram perdas em quantidade e qualidade<sup>104</sup>.

Os gastos com o transporte encareciam significativamente o valor final do produto, como podemos ver a seguir na tabela da composição do preço da arroba do fumo, em 1710. Além de gastos com o aluguel de armazém, descarregamento, direito sobre a balança, cisa, dízimo, donativo, pagamento ao consulado, havia diversas despesas voltadas ao transporte. Um rolo de oito arrobas saía das fazendas custando 1:063\$075 (um conto, sessenta e três mil e setenta e cinco réis) e ao ser embarcado o valor subia para 3:779\$500 (três contos, setecentos e setenta e nove mil e quinhentos réis).

---

<sup>102</sup> Nardi. Jean Baptiste. op. cit.

<sup>103</sup> Idem., p. 114-116.

<sup>104</sup> Idem., p. 116-122.

**Tabela 2** – Composição do preço da arroba de fumo num rolo de oito arrobas (1710)

Detalhes	Réis	Subtotal
Fumo	901,25	1.063,75
Couro	162,5	
<b>Frete até o porto de Cachoeira</b>	<b>68,75</b>	
Aluguel do armazém de Cachoeira	5	
Dízima a Deus	45	
Frete até Salvador	10	
Descarregamento no armazém de Salvador	2,5	
Aluguel do armazém de Salvador	5	1.200
<b>Transporte até a balança</b>	<b>1,25</b>	
Pesagem e saída do armazém	1,25	
Direito sobre a balança	3	
Donativo	8,75	
<b>Transporte até o navio da frota</b>	<b>2,5</b>	1.216,75
<b>Frete</b>	<b>426</b>	1.642,75
Direito de entrada	1.600	
Dízima	140	
Frota de guerra	110	
Consulado	30	
Cisa	6,25	
Donativo	6,25	
<b>Frete</b>	<b>12,5</b>	
Escrivão	3,75	3.551,5
Direito de saída	100	
Consulado	128	3.551,5
<b>TOTAL</b>	<b>3.779,5</b>	<b>3.779,5</b>

Fonte: NARDI, Jean Baptiste. op. cit., p. 109.

Toda a venda do fumo era, na medida do possível, controlada por Portugal, uma das principais medidas de efetivar o monopólio foi a criação do Contrato Geral do Tabaco. Apenas os contratadores tinham a autorização para realizar o comércio, que era regido por um contrato. Para esses indivíduos era garantida a exclusividade da atividade. Assim, qualquer comercialização fora do contrato estava sujeito a multa e prisão. O mesmo acontecia com os que fabricassem sem autorização<sup>105</sup>.

O Contrato Geral do Tabaco de Portugal durante a primeira metade do século XVIII também passou por grandes problemas, o contrato era arrematado pelo sistema de leilão, foram vários os contratadores e a maioria deles acabava com dívidas com a Fazenda Real, outros presos. Os aparentes lucros eram bastante cobiçados, mas acabavam, muitas vezes, recorrendo

<sup>105</sup> Idem., p. 286-287.

ao desvio de fumo para não pagar os impostos e, dessa forma, conseguiam dinheiro para administrar o estanco. A partir de 1719 até 1749 apenas às grandes sociedades de negociantes era concedido arrematar o estanco<sup>106</sup>.

Muitos conflitos envolveram os contratadores e os negociantes de Tabaco de Lisboa. Os contratadores eram beneficiados antes dos exportadores que ficavam muitas vezes sem produtos, devido às diversas brigas entre contratadores e negociantes os privilégios acabaram sendo extintos. Os exportadores também se queixavam do monopólio do Contrato do comércio com a Espanha, e os preços aumentavam constantemente, apesar de, em 1713, o preço ter sido reduzido de 1.600 para 1.200 réis, várias casas exportadoras comerciais faliram em 1721<sup>107</sup>.

Em 1728, foram vários os pedidos feitos por parte dos negociantes à Junta do Tabaco: aumento da tara, redução de 50% dos impostos, autorização do comércio com a Costa da Mina, maior prazo de pagamento dos direitos, liberdade para enviar navios de licença para o Brasil, permissão para exportar à Espanha e reforma dos preços do Contrato. Aos poucos, os pedidos foram recebendo atenção e sendo concedidos<sup>108</sup>.

### 1.3 AS FREGUESIAS PRODUTORAS DE FUMO NO RECÔNCAVO

As áreas que compreendiam os campos da Cachoeira no período estudado eram as freguesias de São Gonçalo dos Campos, São José das Itaporocas, São Pedro da Muritiba, Santo Estevão do Jacuípe, Outeiro Redondo, Santiago do Iguape e a Vila da Cachoeira. Cachoeira era a maior Vila do Recôncavo Sul<sup>109</sup>. A única freguesia que não faz parte de nosso estudo refere-se à zona produtora de açúcar, Santiago do Iguape, todas as outras compunham o que ficou conhecido como os campos da Cachoeira e eram produtoras majoritariamente de tabaco.

---

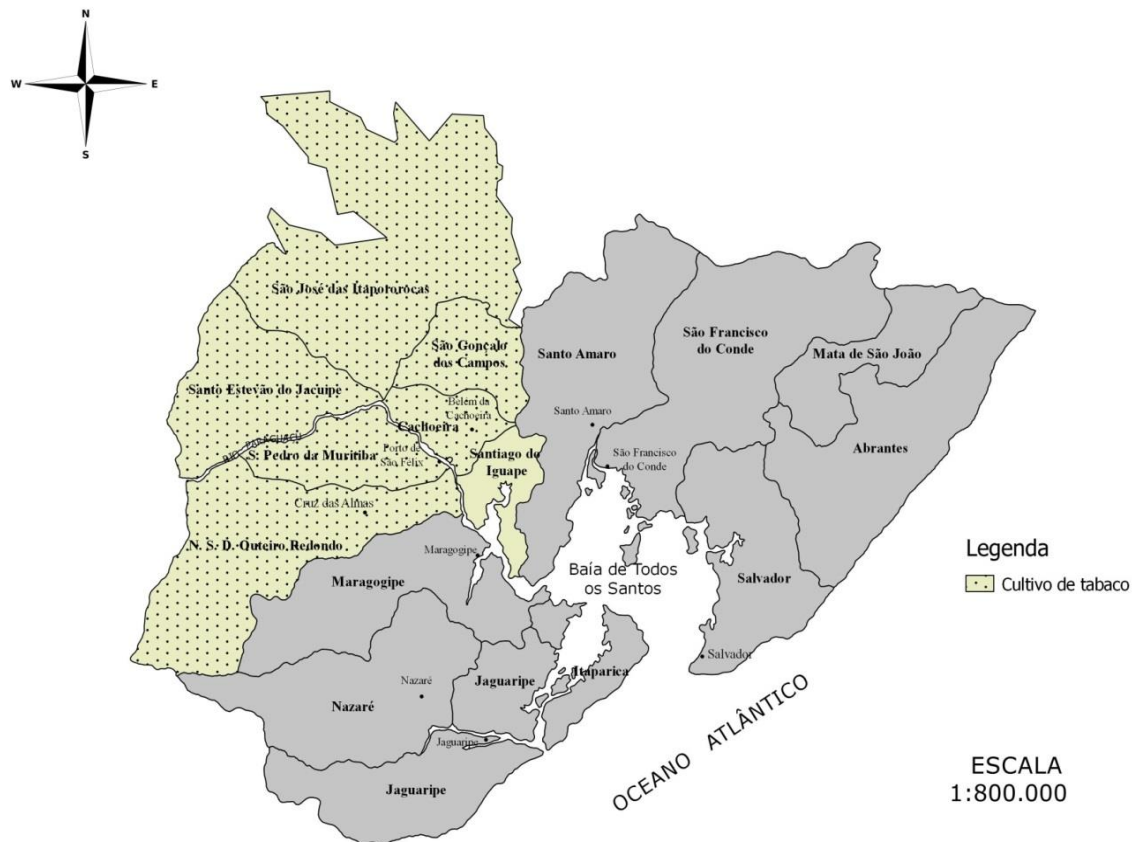
<sup>106</sup> Idem., p. 122-124.

<sup>107</sup> Idem., p. 110-127.

<sup>108</sup> Idem., p. 125-128.

<sup>109</sup> OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888*. v. 1. Salvador: Bigraf, 1996. p. 28.

**Figura 3** – Mapa do Recôncavo da Bahia e a Cachoeira produtora de tabaco 1774 a 1830<sup>110</sup>



Fonte: Adaptado de Barickman (2003, p. 40).

### 1.3.1 A produção de tabaco na Vila da Cachoeira

Desde o início do século XVI, incrementou-se o povoamento e ocupação econômica de Cachoeira e adjacências com a agricultura e a pecuária. Cachoeira deixou a categoria de povoamento e foi elevada a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira em 1698<sup>111</sup>. A Vila e seu entorno muito representou para a Bahia, sobretudo devido à sua localização privilegiada. Compreende-se que desempenhou funções comerciais ainda durante o século XVIII, sendo centro distribuidor de mercadorias regionais, tendo como destino a exportação, além de distribuidora de produtos internos também produzidos na região.

<sup>110</sup> A construção desse mapa foi possível a partir da adaptação do mapa dos *Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do século XIX*, de BARICMAN, Bert J. op. cit. p. 40. A adaptação foi realizada com base nas freguesias apresentadas no *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia*. Todo o trabalho técnico foi realizado por Uriáilsson Matos Queiroz.

<sup>111</sup> MOREIRA, Virilene Cardoso. *Entre a Baía e os Sertões. A dinâmica comercial do Recôncavo baiano: São Félix (1857-1889)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002, p. 22.

A conquista do Recôncavo e de Cachoeira, mais especificadamente, teve início no governo Duarte da Costa. Foi o seu filho D. Alvaro da Costa que, por mercê de serviços prestados à Coroa, recebeu em 16 de janeiro de 1557, através de carta de sesmaria, terras entre os rios Paraguaçu e Jaguaripe. Essa doação teve a confirmação régia em 12 de março de 1562 e foi elevada à capitania do Paraguaçu em 1566<sup>112</sup>.

[...] Da parte da barra do rio Peroassú da parte do sul, até a barra do rio Jaguaripe pela costa 4 léguas para o sertão pelos dous rios acima dez léguas, indo confinar no Aporá, na Serra Guararú, entrando dentro delas todas as ilhas que estiverem ao longo da costa desta dada, e água do Iguassú que está pelo rio de Peroassú dentro do lado do sul, com todas as entradas e saídas, pastos, maltos e logradouros.<sup>113</sup>

A povoação não ocorreu de maneira amistosa. O “gentio da terra” lutou, em várias ocasiões, com os colonos estabelecidos nos termos de Cachoeira e adjacências. Mem de Sá foi quem, auxiliado com uma tropa com “índios de paz” e brancos, “conquistou” as margens do Paraguaçu, sete ou oito léguas adentro<sup>114</sup>.

Na forma de ocupação por intermédio das sesmarias, Mem de Sá doou terras para indivíduos cuja situação econômica permitisse a ocupação da região. A sesmaria de “Peroassu” coube a D. Álvaro da Costa que a subdividiu em unidades menores realizando o arrendamento no último quartel do século XVI<sup>115</sup>.

Em Cachoeira, no final do século XVI, habitavam poucas pessoas, mesmo com o afastamento dos ataques indígenas, após a chegada de Álvaro Rodrigues Adorno. No início do século XVII, houve novos ataques combatidos pelos colonos. Somente na metade do referido século a guerra com os índios foi contida<sup>116</sup>.

O capitão Gaspar Dias Adorno, responsável pelo estabelecimento da paz na região, recebeu terras entre os ribeiros Caquende e Pitanga. Nessa área habitavam ainda poucas pessoas. Seu filho, João Rodrigues Adorno, se estabeleceu no sítio da atual cidade da Cachoeira. O capitão estabeleceu um engenho na beira do riacho Pitanga usando a força da água para a moagem da cana e, na desembocadura do mesmo riacho, construiu um alambique. Nas bordas desse engenho se concentrava cada vez um maior número de colonos, plantando cana-de-açúcar

<sup>112</sup> IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 63, 1937, p. 75-77.

<sup>113</sup> Idem., p. 77-78.

<sup>114</sup> UFBA. *Introdução ao Estudo da Evolução Urbana de Cachoeira-Ba*. v. 1, Salvador: UFBA. 1989, p. 12-18.

<sup>115</sup> Idem., p. 12.

<sup>116</sup> Idem., p. 13.

ou gêneros de subsistência. O aglomerado populacional levava o nome de Porto da Cachoeira<sup>117</sup>.

A ocupação das freguesias de Cachoeira ocorreu de diferentes formas, tanto por vias fluviais quanto terrestres. Neste capítulo vamos abordar tanto a ocupação dessas localidades quanto buscaremos perceber como se constituíram enquanto regiões produtoras de tabaco, possibilitando a formação que ficou compreendida como os campos da Cachoeira.

No ano de 1698, Cachoeira tornou-se, efetivamente, Vila. Com o nome de Vila de Nossa senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Foram anexadas à Vila muitas áreas contíguas e distantes. A região do Iguape, São Pedro da Muritiba, Santo Estevão do Jacuípe são exemplos disso<sup>118</sup>.

No século XVIII, José Antônio Caldas realizou um censo populacional de Cachoeira, contendo pelo menos 5.814 pessoas. Esses dados comparados com os encontrados no “Mapa da enumeração da gente e povo desta capitaneada Bahia” do ano de 1780 revelou um grande salto demográfico. No final do século XVIII, a Vila já contava com 28.428 almas e 3.642 fogos. Esse aumento revela a dinamicidade econômica da área<sup>119</sup>. Nesse tempo, Cachoeira contava com mais de 317 propriedades, na região do Jacuípe, voltadas para a atividade pecuarista e no Iguape já havia mais de 14 engenhos. A Vila possuía o maior povoamento do Recôncavo, havia a Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a Casa de Câmara e Cadeia e um Hospital como grandes edificações<sup>120</sup>.

A diversidade da Vila de Cachoeira fica expressa na nossa documentação. Os inventários localizados no Arquivo Regional da Cachoeira têm demonstrado uma pluralidade de pessoas morando na Vila, habitantes de sobrados suntuosos, ou residentes em casas modestas, desempenhando as mais variadas atividades. Pessoas realizando atividades liberais, mercantis ou lavrando as terras. As lavouras como as de tabaco foram predominantes nos povoados.

Pertencia à Zona da Vila os povoados de Açu, Serra da Conceição, Belém, Outeiro da Varge, Capueiruçu, entre outros. Era uma região com um número considerável de propriedades voltadas ao cultivo do fumo. Das 1.463 fazendas listadas no *Rol*, todas voltadas para a produção de tabaco, eram 260 fazendas localizadas na Vila e seus entornos, o que representava 17,68% da soma das terras. Os solos de tipo areia predominaram nessa área, representando 53%. Os

---

<sup>117</sup> Idem., p. 14-15.

<sup>118</sup> Idem., p. 14-15.

<sup>119</sup> Idem., p. 18.

<sup>120</sup> Idem., p. 20.

misturados estavam em seguida com 35% das terras, 4% era de salão, as terras tipo mato foram 2% e os 6% restantes possuíam mais de um tipo de solo na mesma propriedade. A grande maioria das propriedades utilizava esterco de gado, 57% do total, 19% não utilizava nenhum tipo de esterco, 20% não apresentou a informação e 4% estercava sem frequência. A maioria das terras utilizavam esterco, esta foi uma tendência de todas as regiões, isto demonstra que além da criação de gado nas localidades, mesmo quando não se tratava de uma atividade pecuarista, havia investimento em uma modesta quantidade, entre quatro e dez cabeças para a técnica do beneficiamento e transporte<sup>121</sup>.

Os inventários apontaram que os produtores dessa localidade possuíam médias de monte-mores bastante diversificadas de acordo com os anos, como podemos ver na tabela 3. Praticamente todos os lavradores diversificavam a atividade. Do total das propriedades, apenas 18,75% plantavam só o fumo em Cachoeira, 37,5% cultivavam o tabaco em conjunto com a mandioca, seguidos por 31,25% que plantavam tabaco, mandioca e criavam gado, enquanto que a atividade pecuarista apenas com a produção de fumo representou a menor forma de diversificação com 12,5%. Como a grande maioria plantava algum tipo de alimento voltado para a subsistência, não analisamos as diversificações. Todos os lavradores de tabaco apresentaram o saldo positivo, isso significa que conseguiram acumular mais do que os saldos devedores. Vamos ver como o montante acumulado pelos fumageiros se comportou nos anos estudados:

**Tabela 3** – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco da Vila da Cachoeira 1774 a 1830

Ano	Monte-Mor	Nº de inventários
1774/1780	---	0
1781/1790	---	0
1791/1800	1:122\$133	1
1801/1810	3:708\$428	7
1811/1820	18:737\$052	3
1821/1830	10:664\$483	4
<b>Total</b>	<b>34:232\$096</b>	<b>14</b>

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Nas povoações da Vila da Cachoeira havia plantações de tabaco. Os lavradores dessa localidade não foram encontrados na nossa amostra documental nos períodos iniciais de 1774

<sup>121</sup> ARC. Documentos Avulsos: *Rol de Fazendas e Lavradores do Recôncavo da Bahia (1773-1799)*.



até 1790. Na última década do século XVIII, registrou o primeiro caso de plantador cuja riqueza média ultrapassou um conto e duzentos mil reis. Nos vinte anos seguintes, a média sofreu um grande aumento. Entre 1811 e 1820, encontramos o maior valor médio de todo o quadro tempo, valor superior a dezoito contos e setecentos mil r[eis]. Por fim, na última década estudada, houve uma baixa em relação ao momento anterior somando mais de dez contos e quinhentos mil reis.

### 1.3.2 A produção de tabaco na freguesia de São José das Itapororocas

São José das Itapororocas abrangia grande parte do atual território de Feira de Santana. Entre os locais que faziam parte dessa freguesia estavam as povoações de Conceição de Bento Simões, Campo Grande, Campos, Pojuca, Subaé, Humildes, Jacuípe, Cágado, Quilombo e Cabaças. Nessa área havia muitas fazendas ligadas ao cultivo do tabaco e, em proporções de tamanho, era a maior de toda a região estudada. Dos 1.463 lavradores listados, 541 tinham fazendas apenas nessa região e 4 em São José das Itapororocas e em outras freguesias, o que somavam 36,80% do total das propriedades<sup>122</sup>.

De todas as propriedades dessa localidade, 64,11% eram em solo de areia. Em seguida, com 10,35% estavam as terras de salão, as de mato representaram 7,78% das terras produtoras, as de taboleiros e catingas dividiam 1,10%, uma vez que somavam apenas 6 propriedades dessa área. As demais fazendas possuíam terras misturadas tendo de dois a três tipos de solos, o que resultava em 16,66%<sup>123</sup>.

Todas as terras que receberam esterco dessa área foram de gado, provavelmente por ser também uma localidade pecuarista. A grande maioria realizava a prática de estercar o solo, o que somou um total de 62,38%. As que utilizavam com pouca frequência foram 2,56%. Algumas não estercavam, o que somou 19,89%. Não foram apresentadas informações em 15,17% das propriedades pesquisadas. Nas fazendas dessa área encontramos uma variedade de produção de alimentos para o mercado interno e subsistência, possibilitadas pela fertilidade do solo em conjunto com os rendimentos da criação de gado, que podem ter sido reinvestidos na produção de tabaco e no uso de adubo.

Os inventários de São José das Itapororocas mostraram que a grande maioria dos proprietários, de fato, diversificavam suas atividades, apenas 27,27% do total tinham sua produção voltada exclusivamente para o fumo. A mandioca, como nas outras regiões, foi a

<sup>122</sup> ARC. Documentos Avulsos: *Rol de Fazendas e Lavradores do Recôncavo da Bahia (1773-1799)*.

<sup>123</sup> Idem.

atividade que apareceu concomitantemente com a produção de fumo, representando 43,63%. Apesar de ser uma área pecuarista, essa atividade estava presente nas propriedades fumageiras conciliada com a mandioca, as três juntas significavam 23,63%. Enquanto que as propriedades de tabaco combinadas com a criação de gado foram apenas 5,47%. O que reforça a ideia já colocada da lavoura de mandioca como elemento de subsistência e de venda.

Todos os lavradores de São José das Itapororocas apresentaram, como em Cachoeira, saldo positivo. A média das fortunas variaram entre 1:265\$396 (um conto, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos e noventa e seis réis) até 5:549\$138 (cinco contos, quinhentos e quarenta e nove mil e cento e trinta e oito réis) no decorrer dos anos, como podemos ver na tabela 4. Para termos uma ideia desses valores, tentaremos estabelecer uma comparação. Nos anos iniciais da nossa pesquisa ter um escravo de boa saúde, jovem (idade entre 16 e 30 anos), homem, africano custava cerca de 80\$000 (oitenta mil réis), nos anos finais, devido às inflações, esse valor estava por volta de 160\$000 (cento e sessenta mil réis), no Recôncavo. Uma casa na Vila, com uma porta, duas janelas, de pedra e cal e em boa conservação nos anos iniciais da pesquisa era uma média de 100\$000 (cem mil réis) e nos finais 300\$0000 (trezentos mil réis). Contudo, apresentaremos a variação média das acumulações por década, no intuito de saber se houve grandes transformações nas fortunas de um período para o outro, sendo que teremos que ter em mente que houve também a inflação nos anos aqui tratados.

**Tabela 4** – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em São José das Itapororocas 1774 a 1830

Ano	Monte-mor	Nº de inventários
1774/1780	1:265\$396	4
1781/1790	1:725\$459	2
1791/1800	3:390\$652	5
1801/1810	1:605\$483	11
1811/1820	4:158\$961	9
1821/1830	5:549\$138	5
<b>Total</b>	<b>17:695\$089</b>	<b>37</b>

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Em São José das Itapororocas, diferentemente do ocorrido na Vila da Cachoeira, foi possível conhecer a média da riqueza de todo o período estudado. Entre os anos 1774 e 1780, calculou-se em mais de um conto de réis as fortunas dos produtores de fumo. Nos dez anos seguintes manteve-se próximo o valor médio das fortunas, havendo entre 1791 e 1800 um

sensível aumento. No início do século XIX, a média voltou a cair na primeira década e cresceu nas duas décadas seguintes atingindo, ao fim, o valor médio superior a cinco contos e quinhentos mil réis.

### 1.3.3 A produção de tabaco na freguesia de São Gonçalo dos Campos

São Gonçalo dos Campos se encontrava de distância da Vila da Cachoeira cerca de quatro léguas. Abrangia os povoados de Afligidos, Varge, Jacaré, Sergi, Rio Pindoba, além de outras áreas não identificadas. Como ocorreu em muitas freguesias da região, o cultivo de fumo era realizado pela grande maioria dos seus habitantes, no entanto, engenhos e fazendas de cana-de-açúcar compuseram a paisagem dessa freguesia. Havia, ainda, aqueles cuja atividade econômica era a criação de animais.

O total de fazendas dedicadas ao cultivo do fumo nessa região era de 436, significando 29,65% da produção dos Campos da Cachoeira. Nessa zona predominavam os solos de tipo areia com 65% da totalidade, os salões eram 9%, os de tipo mato 5% e os que tinham mais de um tipo de solo na mesma propriedade eram de 14%, sendo que 7% não apresentaram característica de tipo de terreno. A utilização de esterco de gado, como tem sido uma tendência nas demais localidades, aparece em mais da metade dos casos. Em São Gonçalo dos Campos, os que estercavam eram 58%, alguns estercavam com certa irregularidade, 7%, o número dos que não beneficiavam o solo com esta técnica era de 16%, e em 19% dos casos não foi possível identificar<sup>124</sup>.

Os lavradores dessa freguesia apresentaram as diversificações bem balanceadas. Os que produziam apenas tabaco eram 29% dos proprietários. Como a diversidade produtiva era uma característica do Recôncavo, São Gonçalo não fugiu à regra. Ali 30% conciliou o fumo com a mandioca, enquanto que 14% com a atividade extensiva da criação de gado e 27% diversificavam com as três.

**Tabela 5** – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em São Gonçalo dos Campos 1774-1830

Ano	Monte-mor	Nº de inventários
1774/1780	1:057\$370	1
1781/1790	-	0
1791/1800	1:269\$891	10

<sup>124</sup> Idem.

1801/1810	5:453\$772	21
1811/1820	2:136\$371	18
1821/1830	7:832\$571	17
<b>Total</b>	<b>17:750\$975</b>	<b>67</b>

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Na tabela 5, podemos verificar como se comportou a média do padrão de riqueza dos lavradores de tabaco de acordo com as décadas. Durante o final do século XVIII e o início do XIX, as médias dos monte-mores dos lavradores de tabaco variaram de um conto até quase oito contos de réis. No período inicial, a riqueza passou de um conto e não encontramos inventários na década seguinte. Entre 1791 e 1800, a riqueza ultrapassou um conto e duzentos mil réis, tendo a segunda maior alta nos dez anos iniciais do oitocentos com mais de cinco contos de réis seguido de uma queda no momento seguinte e da maior alta ao término do quadro temporal. Portanto, parece indicar uma flutuação das fortunas.

### 1.3.4 A produção de tabaco na freguesia de São Pedro da Muritiba

A zona de São Pedro da Muritiba localizava-se ao sudoeste da Vila da Cachoeira, suas terras férteis favoreciam o cultivo de muitos produtos. Tornou-se freguesia em 1705, contava com a matriz de São Pedro de Muritiba e outra igreja dedicada ao Senhor do Bonfim<sup>125</sup>. Os lavradores da região plantavam café, frutas e, também em muitos casos, tabaco. “Todos os paroquianos desta freguesia são lavradores de tabaco, e poderiam ser de anil e chá visto que mais de um terço do seu solo é apto para a sua cultura [...]”<sup>126</sup>. Faziam parte da freguesia de Muritiba as povoações de São Félix, São José do Aprã, Bananeiras, Candial, entre outras. As fazendas dessa freguesia somaram 103, ou seja, 7% da totalidade. Ali predominavam os seguintes tipos de solos, o de areia com 66%, os de salões 18%, as propriedades que tinham mais de um tipo de solo eram 8% e não obtivemos informações de 8% das propriedades. Essa foi uma das zonas com maior número de estercagem, 74%, as que não utilizaram do benefício foram 7% e as 19% restantes não forneceram essa informação.

<sup>125</sup> OTT, Carlos. op. cit., p. 66-67.

<sup>126</sup> ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. *Memória: topográfica, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da província da Bahia*. Salvador: Fundação Maria América da Cruz/ IHGB/FCDB, 1998, p. 35.

A grande maioria dos produtores de tabaco da Muritiba combinavam as produções de fumo e mandioca em conjunto com a criação de gado, o que representava 64%, por isso o alto número de proprietários que utilizavam do esterco. Os que produziam tabaco em conjunto com apenas mandioca eram 21%. As propriedades que se dividiam entre o fumo e a criação de gado eram apenas 9% do total e as que plantavam exclusivamente tabaco 6%. Durante as décadas estudadas, 1774-1830, a média dos valores das fortunas sofreram variações, como poderemos ver na tabela 6.

**Tabela 6** – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em São Pedro da Muritiba 1774 a 1830

<b>Ano</b>	<b>Monte-mor</b>	<b>Nº de inventários</b>
1774/1780	-	0
1781/1790	-	0
1791/1800	2:694\$120	7
1801/1810	554\$330	7
1811/1820	3:167634	9
1821/1830	7:586\$571	7
<b>Total</b>	<b>14:002\$655</b>	<b>30</b>

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Em Muritiba, encontramos dados para quatro décadas. Nos períodos iniciais não foram encontrados processos desses lavradores. Os primeiros dados são dos anos de 1791 até 1800, cuja riqueza média superou dois contos de réis caindo a quinhentos mil réis na década seguinte. Entre 1811 a 1820, o valor das fortunas voltou a crescer e nos últimos dez anos a fortuna ultrapassou os sete contos de réis, a maior média de todas as décadas.

### **1.3.5 A produção de tabaco na freguesia de Santo Estevão do Jacuípe**

A freguesia de Santo Estevão do Jacuípe engloba os seguintes povoados: Jacuípe, Cromoati e Jardim. Foi elevada à condição de freguesia de Cachoeira em 1754, seu território, nessa época abrangia vinte léguas de circunferência e situava-se entre os rios Paraguaçu e Jacuípe. O seu limite norte é a Vila da Cachoeira. Nessas áreas haviam 59 fazendas de fumo, número que representava 4% da lavoura de fumo de Cachoeira, sendo que 88% dos lavradores realizavam suas plantações nos solos de areia, 6% usavam diferentes tipos de solo, 2%

plantavam em salões e 4% não foram identificadas. Como já aludimos, a presença do gado voltado para o melhoramento do tabaco foi uma característica de todas as localidades que se dedicavam ao fumo, e em Santo Estevão esse número foi de 64% das propriedades, sendo que 5% esterçavam às vezes, 11% não beneficiavam as suas terras e 20% não apresentaram informações.

As propriedades dedicadas apenas ao cultivo do tabaco em Santo Estevão do Jacuípe chegaram a 33% do total, enquanto as que combinaram com a mandioca foram 11% das terras e com a criação de gado apenas 22%. As propriedades que continham ao mesmo tempo a agricultura de fumo, mandioca e a pecuária representaram 33% do montante. O nível de riqueza dos produtores nessa localidade atingiu 7:586\$571 (sete contos, quinhentos e oitenta e seis mil e quinhentos e setenta e um réis na década de 1810, como podemos ver na tabela 7.

**Tabela 7** – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em Santo Estevão do Jacuípe 1774 a 1830

Ano	Monte-mor	Nº de inventários
1774/1780	-	0
1781/1790	472\$960	1
1791/1800	2:694\$120	2
1801/1810	746\$186	3
1811/1820	-	0
1821/1830	7:586\$571	7
<b>Total</b>	11:499\$837	13

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Em Santo Estevão do Jacuípe, nos decêndios 1774-80 e 1811-20, não existem inventários. Na década de 1780, a média do monte-mor somou quatrocentos e cinquenta mil réis com uma alta que levou a mais de dois contos e quinhentos mil réis na década subsequente. Inicia-se o século XIX com mais de setecentos mil réis, não havendo dados contabilizados para a segunda década do século XIX. Entre 1821 e 1830, a média da riqueza dos lavradores atingiu o valor mais alto na região, subiu para sete contos quinhentos e oitenta e seis mil quinhentos e setenta e um réis.

### 1.3.6 A produção de tabaco na freguesia de Outeiro Redondo

A última freguesia analisada, Outeiro Redondo, abrigava os povoados de Cruz das Almas, Embira, Nossa Senhora do Desterro, São Felipe, Rio Sinunga, além de outras não identificadas. Apuramos 64 propriedades que trabalhavam com o cultivo do fumo, o que representa 5% do total das fazendas produtoras de tabaco nessa região. As que tinham tipo de solo de areia eram 51%, salões 12%, mescladas 10%, as de tipo mato representaram 6% e as não identificadas somaram 21%. Predominaram os lavradores que utilizaram o esterco de gado para tornar os seus fumos de qualidade superior, pois isso influenciava no resultado final do produto. Entre eles, 60% estercorem suas terras cultivadas, enquanto que 28% não fizeram o mesmo procedimento e 12% não deram informações<sup>127</sup>.

As propriedades que se especializaram apenas no cultivo de tabaco em Outeiro Redondo correspondiam a 28,57% do total das fazendas de fumo, enquanto a grande maioria, 71,43% variavam plantando fumo e mandioca. Não constatamos a combinação pecuária com algum tipo de cultura, sendo assim, Outeiro Redondo foi a única freguesia que esse tipo de combinação não aconteceu, fugindo do que era comum nas outras áreas. Por outro lado, verificamos pelo rol que muitos lavradores trataram o solo com o esterco de gado, sendo inclusive maioria entre os lavradores dessa área. Como vimos, foi a única freguesia onde não se deu a conjunção agricultura e criação de gado, foi também a que apresentou as menores fortunas, como se pode observar na tabela 8. Isto demonstra a confirmação da importância da criação de gado para uma maior opulência entre os lavradores de tabaco. O nível médio de riqueza dos produtores nessa localidade pode ser evidenciado na tabela 8 apresentada de acordo com as décadas.

**Tabela 8** – Média do valor da riqueza dos lavradores de tabaco em Outeiro Redondo 1774 a 1830

Ano	Monte-mor	Nº de inventários
1774/1780	2:145\$645	1
1781/1790	-	0
1791/1800	1:046\$135	1
1801/1810	800\$000	1
1811/1820	-	1
1821/1830	1:544\$703	3
<b>Total</b>	<b>5:536\$483</b>	<b>7</b>

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

<sup>127</sup> ARC. Fontes Avulsas: *Rol de lavradores do Recôncavo da Bahia*.

#### 1.4 O ACESSO À TERRA: USO E TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE

O apossamento de chãos cultiváveis por colonos constituía uma decorrência direta do fato de o sistema sesmarial privilegiar os homens de qualidade e/ou de cabedal. Desde a formulação no século XIV, o sistema consagrava a prática, recorrente desde a Reconquista, de tomar a apropriação para o cultivo como elemento criador de direito de propriedade territorial. No já citado estudo sobre a lei fernandina de 1375, Virgínia Rau ressalta que “...em Portugal, nunca se perderia a primitiva lembrança da aquisição de direitos sobre a terra mediante o cultivo, e ela será transmitida de século em século através das sesmarias.”<sup>128</sup>

A ocupação de terras no Brasil, desde o início, teve estreita ligação com o caráter mercantil da ocupação colonial portuguesa na América, conforme ressaltaram Caio Prado Jr. e Fernando Novais<sup>129</sup>. A preocupação em produzir mercadorias de grande aceitação no mercado mundial, com preços competitivos, contribuiu para a forma de ocupação do solo brasileiro. A grande extensão de terras cultivadas, principalmente, por um produto, trabalhada por braços escravos, deu a tônica social dos períodos colonial e imperial. Contudo, no caso do tabaco e de outras lavouras, ou mesmo das criações de gado, visualiza-se um cenário mais abrangente do que aquele produzido pela sociedade açucareira, isto é, havia unidades produtoras menores assentadas ou não no trabalho escravo.

O estabelecimento do estatuto jurídico no Novo Mundo requereu por parte da Coroa Portuguesa, muitas vezes, transpor antigos costumes a uma nova realidade. O solo brasileiro é representativo desse movimento. A concessão de sesmarias foi uma das leis transpostas para o ultramar. Surgida no século XIV para coibir a improdutividade das terras em Portugal, cumpriu o seu objetivo. No Brasil, no entanto, o resultado não foi o mesmo do português. A proporção continental do território, pouco conhecida, contribuiu para a falta de êxito do estatuto luso na América, pois havia sempre novas áreas para ocupar. Além disso, a falta de uma fiscalização, efetiva, por parte do Reino, facilitou o avanço ilegal dos sesmeiros e possibilitou o surgimento de uma nova figura social: o posseiro<sup>130</sup>.

A legislação fundiária aplicada no decorrer de nosso período colonial foi baixada de modo descontínuo, dispersa em um amplo número de avisos, resoluções administrativas legais ensejou uma legislação fragmentada, nem sempre coesa, revogada e reafirmada de tempos em tempos.<sup>131</sup>

<sup>128</sup> NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. *Revista Economia*, São Paulo, v. 7, n. 3, set./dez., 2006, p. 10.

<sup>129</sup> PRADO, Caio. Op. cit.; NOVAIS, Fernando. op. cit.

<sup>130</sup> MOTTA, Márcia Menendes. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. *Lutas & Resistências*, Londrina, v. 1., p. 42-59, set. 2006.

<sup>131</sup> NOZOE, Nelson. op. cit., p. 1.



No século XVIII, com o crescimento da Colônia, o Estado tentou controlar o avanço desmedido das posses, sem êxito. A ocupação irregular crescia, tornava-se cada vez mais frequente e aceita pelos habitantes dos mais diversos rincões do Brasil, sendo praticada, em especial, na pecuária do interior do Nordeste. É bom destacar que a posse teve uma consequência diversa. Dependendo do contexto no qual estava sendo feita, ela poderia ser protagonista de novos latifúndios, como poderia pôr limite aos mesmos<sup>132</sup>.

O início do Império marcou o fim das doações de sesmaria no Brasil. Logo, era necessária a criação, o mais breve possível, de normas que conduzissem a ocupação das áreas do Estado. A partir desse momento ganha força a discussão em torno de um código de leis que pusesse fim ao vácuo legislativo existente por ora<sup>133</sup>.

Nesse primeiro momento, as contribuições de José Bonifácio de Andrada marcaram as discussões em torno do projeto de lei. Ele pretendia que as terras não cultivadas ficassem nas mãos do Estado. Assim, a venda destas poderia contribuir para a importação de imigrantes europeus. A sua proposta, todavia, ia de encontro aos interesses dos latifundiários, tanto sesmeiros, como posseiros, pois ao limitar as terras, estancavam o poder destes proprietários rurais<sup>134</sup>.

Em 1828, sete anos depois do projeto de lei de José Bonifácio, o Padre Antônio Diogo Feijó defende uma nova ideia para ocupação das terras. Assim como seu antecessor, Feijó pretendia dar uma maior possibilidade social de acesso às terras. Estabelecia que cada “cidadão emancipado” recebesse 100 braças, sendo casado mais 100, cada filho possibilitava o acesso a 50 braças, e a cada 5 escravos adquiridos podia-se pleitear mais 100 braças. Para isso, era obrigatório o efetivo cultivo das terras sob ameaça de serem devolvidas ao Estado. Tal qual destacou a historiadora Márcia Motta, as proposições de Feijó não saíram do papel, pela oposição das elites e também pela conjuntura instável que seguiu ao seu projeto: a Regência<sup>135</sup>.

O acesso a terras pelos fumageiros não será apresentado por nós a partir das freguesias, como fizemos no tópico 2 deste capítulo, nós não encontramos informações sobre a questão da posse das terras dos lavradores de tabaco na maioria dos lavradores listados no rol. Contudo, consideramos importante trazer esse problema à baila por que os dados que tivemos acesso mostram como estavam dadas as posses e transmissões das propriedades no caso dos lavradores

---

<sup>132</sup> MOTTA, Márcia Menendes. op. cit.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Idem.

estudados. Dessa forma, recorreremos aos inventários para obtermos essas informações, uma vez que todos os bens pertencentes ao lavrador ou seu cônjuge no momento de sua morte eram listados.

**Tabela 9** – Acesso à terra dos lavradores fumageiros (1774-1830)

Arrendadas	57,5%
Não Arrendadas	42,5%

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Esses resultados obtidos na tabela 9 trazem um recorte similar ao que foi apresentado por Jean Baptiste Nardi, que encontrou 54,9% dos lavradores como arrendatários<sup>136</sup>, a partir de sua amostra com o rol. Das 1.463 fazendas de nossa amostra documental, apenas em 114 há indicação da forma de transmissão de propriedade. Havia variadas formas de aquisição das terras registradas. Compra, dote e herança constituíam os modelos tradicionais nesse processo de aquisição de unidades agrárias. Não apareceu nenhum tipo de doação, como é possível visualizarmos na tabela 10. As esposas foram a maioria que herdaram, seguidas pelos filhos e outros familiares.

**Tabela 10** – Transmissão das propriedades

Herança	74,57%
Compra	24,56%
Dote	0,87%

Fonte: ARC. Documentos Avulsos: *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia (1773-1831)*.

Parte dos estudos trataram os produtores de fumo no Recôncavo colonial e imperial como produtores pobres. Como podemos ver na descrição da *Evolução urbana de Cachoeira – Séculos XIX e XX*, a seguir:

Cultivado, em regra, por agricultores pobres, que desenvolviam, paralelamente ao seu plantio, a cultura de subsistência, com sua produção baseada, fundamentalmente, no trabalho familiar, em áreas de pequena extensão, teve o fumo sua economia dominada pelo capital comercial<sup>137</sup>.

<sup>136</sup> NARDI, Jean B. op. cit., p. 61.

<sup>137</sup> *Evolução Urbana de Cachoeira – Séculos XIX e XX*. op. cit., p. 109.

Esse e outros estudos, contudo, desconsideraram que possuir terra e escravos era um elemento de destaque social na colônia. Aqueles que entre suas posses eram donos destes bens acabavam fazendo parte de uma elite econômica e, além disso, tinham prestígio e honra entre os seus congêneres<sup>138</sup>.

---

<sup>138</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. op. cit., p. 109.

## CAPÍTULO II: OS PRODUTORES E AS FAZENDAS: QUEM ERAM OS FUMAGEIROS E COMO E QUAIS ERAM OS SEUS BENS

Pouco sabemos e poucos documentos nos informam sobre a demografia, como número de indivíduos, cor, estado civil, número de filhos e mesmo sobre dados sociais e econômicos específicos de homens e mulheres livres da sociedade do século XVIII e também do século XIX. O *Rol de fazendas e lavradores da Cachoeira*, conciliado com os inventários, nos oferece essa oportunidade, e oferece diversas e relevantes informações que permitem traçar um perfil demográfico, social e econômico de um importante grupo social da Bahia colonial e da época do Império, os lavradores de tabaco de Cachoeira e suas freguesias.

O *Rol de fazendas e lavradores* oferece informações importantes para traçar um perfil demográfico e social dos lavradores de tabaco em Cachoeira. Entre esses indivíduos havia brancos, pardos, crioulos e pretos forros. Das 1.463 fazendas que analisamos do Rol, mais da metade dos fumageiros eram brancos (as), a nossa amostra apontou para 66%. Os pardos (as) representaram 20%, os classificados como pretos/forros foram 2% dos lavradores listados, assim como os crioulos. Os que não nos forneceram essa informação foram os 10% restante.

Podemos afirmar, assim como já havia sido destacado por Jean Baptiste Nardi, que a maior parte dos lavradores de tabaco eram casados. Do total de nossa amostra, 62% eram casados, 24% eram solteiros e os outros 6% eram viúvos. Além desses, não foi possível identificar o estado civil de 8% dos lavradores. As famílias eram compostas, em sua maioria, por mais de cinco pessoas. Na tabela 11, a partir dos inventários, verificamos que apenas sete dos nossos inventariados não possuíam filhos, outros 34% tiveram entre 1 e 3 filhos, 40% entre quatro e sete filhos, 20% entre oito e dez filhos. Por fim, 6% dos lavradores constituíram uma família com mais de 11 filhos. Havia duas pequenas categorias entre os plantadores de fumo dos “Campos da Cachoeira”, os militares que representavam 3% e os eclesiásticos que somaram um 1% dos ditos plantadores.

**Tabela 11** – Médias de filhos dos lavradores de tabaco (1774-1830)

Número de filhos	%	Nº de inventários
0 – 3	34%	48
4 – 7	40%	56
8 – 10	20%	28

> 11	6%	9
<b>Total</b>	100%	141

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Dessa maneira podemos inferir que os lavradores de tabaco eram principalmente homens casados, brancos e pais em média, de quatro a sete filhos<sup>139</sup>. Mas é importante destacarmos que era possível encontrar variados tamanhos de famílias entre os lavradores de tabaco. Homens e mulheres também viúvos (as) e solteiros (as), pretos (as) forros (as), crioulos (as), sem filhos e com quantidades de filhos que variaram de 1 a 13.

## 2.1 O PERFIL ECONÔMICO

Os lavradores de tabaco dos Campos da Cachoeira não apresentavam um perfil econômico uniforme, houve uma diversificação que pôde ser percebida através de diversos aspectos, como o volume da riqueza e o investimento em determinados bens. Havia lavradores que possuíam terras, outros não as possuíam, arrendatários, alguns tinham um plantel elevado de escravos, enquanto outros apresentaram um número mais modesto. Esses são alguns exemplos que demonstram que não podemos apresentar o perfil econômico do lavrador de tabaco da Cachoeira com características únicas. Os inventários *post-mortem* foram as fontes que nos permitiram refletir que, mesmo sendo uma mesma categoria social, havia uma variedade de aspectos que lhes dava feições diversas. Essa diversidade foi permitida, principalmente, pelas diferentes atividades exercidas, como a pecuária e a produção de alimentos. Utilizei 141 inventários de lavradores de tabaco para a região estudada entre os anos de 1774-1831<sup>140</sup>. Essa amostra me levou a dividir os lavradores em quatro classes: pequenas, médias, grandes e muito grandes que foram estabelecidas pelo número de escravos, pois esse era o mais importante bem e de maior valor que possuíam.

<sup>139</sup> Nardi já havia apresentado esse perfil.

<sup>140</sup> Esse número, como já foi dito na introdução, refere-se aos inventários encontrados no Arquivo Regional da Cachoeira. Apesar de 179 inventários fazerem referências ao tabaco, utilizamos apenas aqueles que nos permitiram afirmar que a atividade era exercida pelo inventariado.

**Tabela 12** – Classificação dos lavradores de tabaco em Cachoeira, 1774-1831

Pequenos	até 5 escravos
Médios	6 a 15 escravos
Grandes	16 a 50 escravos
Muito Grandes	acima de 51 escravos

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

A quantidade de escravos envolvidos nas plantações de tabaco de Cachoeira e suas freguesias foi variada e não era tão pequena quanto se imaginava, e isto foi apontado por B. Barickman<sup>141</sup>. Através das informações relatadas por Antonil de que era necessário um número elevado de pessoas por propriedade para realizar a cultura e manufatura do fumo, Nardi chegou à conclusão de que possivelmente era em torno de doze o total de pessoas trabalhando na lavoura, somando os familiares do proprietário aos trabalhadores escravizados que estavam envolvidos na produção. E, com base no estudo de Schwartz, para a área açucareira da Cachoeira e a quantidade de cativos que essa área ocupava, Nardi acredita que o restante dos cativos estava voltado para a produção de tabaco e que esse número restante deixava em torno de 4 escravos por fazenda. O autor fez esse cálculo com base de que estavam disponíveis 8.500 escravos para a lavoura de fumo e dividiu pelo número de lavradores que aparecem no *Rol*, ou seja, 1.962 lavradores. A partir dos inventários, percebemos que a quantidade de cativos variou bastante, agora ficaremos com a utilização do número de cativos para a divisão do perfil econômico dos fumageiros. No entanto, chamou atenção para o fato de que Schwartz apontou pelo menos quatro lavradores de fumo em Santo Amaro com 77 escravos<sup>142</sup>.

**Pequenos lavradores** – A primeira categoria foi a dos pequenos lavradores, delimitamos pela posse de até cinco escravos. É importante frisarmos que nenhum lavrador de tabaco teve um número inferior a dois escravos. Suas fazendas eram mais modestas e havia nesse grupo muitos arrendatários. Entre os lavradores pesquisados, 18% eram de pequenos fumageiros. Apenas 4 indivíduos desse grupo não tinham nenhuma casa listada nos seus bens, 65% não possuíam terras próprias para plantar, o que demonstra, de fato, que o número de arrendatários era elevado nessa classificação. Nessa categoria, apenas um indivíduo conseguiu ter um pedaço de terra que alcançou a cifra de mais de 1:000\$000 (um conto de réis). As porções de terras desses lavradores variavam entre 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e 900\$000 (novecentos mil réis). Eram produtores, em geral, de tabaco, mandioca e alimentos, apenas um

<sup>141</sup> BARICKMAN. B. J. op. cit., p. 246.

<sup>142</sup> NARDI, Jean Baptiste. op. cit., p. 60-61.

deles era também pecuarista. Em nenhuma das categorias é possível afirmar a quantidade que produziam, uma vez que a nossa fonte utilizada não contém essa informação.

Mostraremos alguns casos possíveis de exemplificar o quadro encontrado nessa categoria. Manuel de Araújo da Conceição teve seu inventário aberto no ano de 1802, era um homem casado e pai de sete filhos. Morava no Sítio da Conceição, em São José das Itaporocas. Esse sítio não aparece descrito em seus bens, o que nos permite pensar que se trata de um arrendatário. Possuía uma casa térrea no valor de 30\$000 (trinta mil réis) e três escravos, um homem e duas mulheres, todos do serviço da enxada para auxílio nas suas produções de fumo e mandioca, esses três cativos somavam o valor de 210\$000 (duzentos e dez mil réis). Tinha um armazém de fazer tabaco coberto de telha avaliado em 60\$000 (sessenta mil réis), valor que ultrapassava o de sua residência.

Por não aparecer instrumentos para a produção de tabaco descritos entre os seus bens como roda de torcer fumo, prensa para a massa, tacho para cozinhar o fumo no mel, banco com acessórios entre outros, acreditamos que a avaliação foi realizada junto com o armazém. Entre os seus bens estavam ainda 9\$200 (nove mil e duzentos réis) voltados para instrumentos na produção de mandioca. Tinha mais de 109\$000 (cento e nove mil réis) em animais como besta, cavalo, gado e potro utilizados no transporte e beneficiamento do tabaco. Conseguiu acumular no período final de sua vida, em bens, o montante de 546\$545 (quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco réis). Além dos investimentos já citados, o restante desse valor estava em ferramentas para a lavoura como enxadas e foices, alguns poucos objetos pessoais, utensílios e móveis do lar, além de dívidas ativas<sup>143</sup>.

Um caso que pode nos demonstrar um pouco da realidade dos 35% entre os pequenos lavradores que tinham uma fazenda ou sítio próprio está Antônio Fernandes de Souza Silva, inventário do ano de 1808. Um homem casado e pai de três filhos que conseguiu somar a quantia de 2:133\$460 (dois contos, cento e trinta e três mil e quatrocentos e sessenta réis.) O fato de possuir uma terra própria demonstra que a acumulação do produtor aumentava. Antônio tinha três imóveis no total, duas casas térreas que somavam 510\$000 (quinhentos e dez mil réis) e as terras da fazenda avaliada em 984\$000 (novecentos e oitenta e quatro mil réis). Contava com três escravos, dois homens e uma mulher que somavam o valor de 280\$000 (duzentos e oitenta mil réis). O fato de ter dois homens elevava o valor comparado ao lavrador citado acima que possuía duas mulheres e um homem.

---

<sup>143</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/79/79/773.

Para a realização da manufatura do tabaco tinha dois armazéns no valor de 52\$000 (cinquenta e dois mil réis) e os instrumentos como prensa de fumo, gangorra para torcer o tabaco e ferro para amassar a mercadoria, todos somavam 9\$680 (nove mil, seiscentos e oitenta réis). Além de tabaco, era produtor de mandioca e de alimentos. Para produzir farinha de mandioca, possuía um armazém de 30\$000 (trinta mil réis), somava ainda uma prensa para a massa da mandioca e uma roda de ralar a mesma no valor total de 8\$500 (oito mil e quinhentos réis). Entre cavadores, machados, foices, ferros, enxadas, tinha investido 2\$160 (dois mil cento e sessenta réis). Não contava com nenhuma dívida ativa, mas diferente do lavrador Manuel de Araújo, citado acima, conseguiu acumular um valor mais significativo em objetos pessoais, móveis e utensílios para o lar<sup>144</sup>.

**Os médios lavradores** – ou seja, os produtores classificados como segunda categoria, conseguiram ter entre 6 e 15 escravos. Esses lavradores representaram 47% da nossa amostra. Nessa classificação, já podemos notar, além da quantidade superior de escravos, outras diferenças da primeira categoria. Primeiro que a quantidade de lavradores não proprietários de terra, fazenda ou sítio, caiu para 42%, um número menor de arrendatários comparado com os pequenos lavradores, aparecendo casos de quatro lavradores que tinham mais de duas fazendas entre as suas propriedades, dois com duas fazendas e dois com três. O valor desse bem não foi muito diferente dos pequenos fumageiros, contudo, aumentou para oito os casos de propriedade que valiam mais de 1:000\$000 (um conto de réis).

A quantidade de casas que lhes pertenciam também foi superior, 98% tinham ao menos uma residência própria e 27% possuíam mais de duas. Nessa categoria, houve aumento de pecuaristas, ou seja, havia muitos lavradores somente de tabaco, os que diversificavam com a mandioca e alimentos, e 13% exerciam também a atividade pecuarista e todos os casos dentro desses 13% tinham mais de 8 escravos. A atividade pecuarista possibilitava o aumento da acumulação financeira dos lavradores de tabaco, mas como a pecuária é uma atividade extensiva podemos afirmar que os cativos desses proprietários eram, na grande maioria, voltados para a lavoura. As funções desses cativos reafirmam essa hipótese, por serem do “serviço da enxada”. Foram raras as presenças de vaqueiros.

Inácio José Pereira Mascarenhas teve seu inventário aberto em 1803, casado e pai de dois filhos. Proprietário de treze escravos, dez homens e três mulheres, que juntos somavam a quantia de 1:510\$000 (um conto, quinhentos e dez mil réis). A casa em que morava era sua e custava 60\$000 (sessenta mil réis), ficava em São Gonçalo dos Campos, na Fazenda Coqueiros

---

<sup>144</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/30/30/308.



e as terras dessa fazenda valia 800\$000 (oitocentos mil réis). Produtor de tabaco, mandioca e alimentos, seu monte-mor atingiu a quantia de 5:648\$223 (cinco contos, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e vinte e três réis). O seu armazém de fabricar tabaco foi avaliado em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e tinha mais 70\$000 (setenta mil réis) em instrumentos para a produção de tabaco e mandioca. Tinha alguns bois de carro, bezerros e cavalos para o transporte e beneficiamento da lavoura. Estavam listados também mais de vinte mil pés de mandioca e um pomar diversificado. Completavam o seu montante, dívidas ativas, objetos pessoais, móveis e utensílios do lar<sup>145</sup>.

Maria Joaquina do Espírito Santo, mulher casada, teve dois filhos e foi inventariada no ano de 1806, era lavradora só de tabaco, no final de sua vida deixou em bens a quantia de 2:318\$080 (três contos, trezentos e dezoito mil e oitenta réis). Possuía onze escravos do “serviço da lavoura”, cinco homens e seis mulheres, todos avaliados em 1:170\$000 (um conto, cento e setenta mil réis). Essa lavradora não tinha terra entre suas posses, provavelmente era arrendatária, porém era proprietária de uma casa de 200\$000 (duzentos mil réis), em São Gonçalo dos Campos. Tinha 10\$000 (dez mil réis) em acessórios para produzir tabaco. Era proprietária de alguns animais que somavam 176\$000 (cento e setenta e seis mil réis), alguns poucos móveis e utensílios do lar<sup>146</sup>.

Os **grandes lavradores** de tabaco – consideramos grandes produtores aqueles que possuíam entre 16 e 50 escravos, equivalendo a 29% da totalidade. Apenas um lavrador desse grupo não possuía casa própria, 65% deles eram donos de mais de duas casas. Essa categoria, comparada com outras já analisadas, conseguiu ter um maior acesso a terras. Apenas 9% eram arrendatários. O valor dessas unidades agrícolas também se mostrou superior mais de 30%, elas ultrapassavam o valor de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). Outra característica desses lavradores foi ter mais de uma fazenda, isto correspondeu a 42% dos lavradores. Além de plantar, mandioca e alimentos, 62% eram criadores de gado *vacum*.

Mariana Pereira da Rocha possuía 38 escravos, 14 homens e 24 mulheres, somaram a quantia de 3:615\$000 (três contos, seiscentos e quinze mil réis). Seu inventário foi aberto no ano de 1807, nesse ano já se encontrava viúva e com cinco filhos. Entre as suas propriedades, além dos escravos, constavam duas moradas de casas térreas, uma delas na Fazenda Jordão na Freguesia de São Pedro da Muritiba, fazenda esta que custava 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis). Nessa fazenda havia um armazém de fabricar tabaco, com telhas e erguida de taipas no valor de 50\$000 (cinquenta mil réis). Entre os instrumentos de produção de tabaco existia

<sup>145</sup> ARC, Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/19/19/196.

<sup>146</sup> ARC, Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/68/68/641.

uma prensa de tabaco em folha e um engenho de torcer fumo. Como se tratava também de um produtor de mandioca, possivelmente para a alimentação familiar e dos escravos, contava com uma casa de fazer farinha no valor de 16\$000 (dezesesseis mil réis) e outros utensílios para produção de farinha. Além de lavradora, Mariana Rocha, era pecuarista. Essas atividades possibilitaram que, ao final de sua vida, ela tivesse acumulado 8:163\$415 (oito contos, cento e sessenta e três mil e quatrocentos e quinze réis) em bens<sup>147</sup>.

Dono de 27 escravos que somavam a quantia de 2:800\$000 (dois contos e oitocentos mil réis), Antonio Dias Velho era um grande lavrador. Era apenas plantador de tabaco e fazia parte dos 9% sem terras próprias, no entanto, contava entre as suas propriedades uma casa na Freguesia de São Gonçalo dos Campos, custando 70\$000 (setenta mil réis). Era solteiro, porém, pai de dois filhos com a escrava Domingas. Das benfeitorias na Fazenda do Bruço, havia uma casa de fabricar fumo no valor de 50\$000 (cinquenta mil réis) e uma dita de fazer farinha com o valor de 16\$000 (dezesesseis mil réis). Contendo instrumentos utilizados na fabricação de tabaco e farinha de mandioca. Os bens eram uma prensa para tabaco em folha, uma dita de mandioca, um engenho de torcer fumo e duas rodas de ralar mandioca, tais como: ferramentas da lavoura como enxadas, foices e machados também foram encontradas. Todos os seus bens somados atingiram a cifra de 3:387\$920 (três contos, novecentos e oitenta e sete mil e novecentos e vinte réis)<sup>148</sup>.

Os **muito grandes lavradores** – a última categoria, a dos muito grandes fumageiros, é formada por aqueles que conseguiram ter mais de 51 escravos. Representava apenas 6% dos lavradores pesquisados, portanto, a categoria formada pelo menor número de indivíduos. O grande diferencial dessa categoria foi o atrelamento do tabaco com a pecuária, também foi nesse grupo que encontramos o maior número que exercia junto ao fumo a criação de gado para venda, 88%. Todos tinham terras e casas próprias, 50% possuía mais de três fazendas, 80% delas valiam por unidades mais de 1:000\$000 (um conto de réis). O muito grande lavrador só apareceu em nossa amostra a partir do ano de 1816, enquanto que as outras categorias encontramos em todo o período anterior.

Antônio José de Souza, inventariado em 1823, lavrava tabaco na Fazenda Taquaris, de sua propriedade, no povoado de Sergi, em São Gonçalo dos Campos. Além dessa, teve outra porção de terra que juntas somavam o valor de 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis). Em imóvel, tinha ainda quatro casas térreas e um sobrado, todos no valor de 2:300\$000 (dois contos e trezentos mil réis). Era proprietário de 58 escravos, 6 voltados para o serviço da casa, dois

<sup>147</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/55/55/532.

<sup>148</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/75/75/719.

carreiros, dois mestres fumeiros, um mestre enrolador, um fumeiro e o restante do serviço da enxada. A pecuária em conjunto com a produção de tabaco lhe deu um monte-mor de 16:804\$039 (dezesseis contos, oitocentos e quatro mil e trinta e nove réis). Constavam nas benfeitorias das suas fazendas dezoito senzalas e um armazém de fabricar tabaco avaliadas em 136\$000 (cento e trinta e seis mil réis). O restante dos seus bens compunha-se de instrumentos para a produção, móveis e utensílios para o lar, joias, dívidas ativas e animais para a pecuária e transporte<sup>149</sup>.

Também inventariada no ano de 1823, d. Ursula Maria das Virgens era a única produtora entre os muito grandes que não possuía ligação com a pecuária. Dona de duas propriedades agrárias, uma a Fazenda Terra Dura, em São Gonçalo dos Campos, onde residia e três casas, todos esses imóveis somavam 3:372\$000 (três contos, trezentos e setenta e dois mil réis). No momento de seu falecimento já era viúva e mãe de 5 filhos. Produtora exclusivamente de tabaco para a comercialização tinha dois armazéns de fazer fumo e instrumentos e ferramentas para a sua produção. Entre as duas fazendas encontravam-se seus 58 escravos, um fumeiro, um carreiro, dois do serviço da casa e o restante do “serviço da enxada”. Também foram listados alimentos como frutas e mandioca para a subsistência. Móveis, utensílios domésticos e dívidas ativas ajudaram a compor o montante de 12:974\$065 (doze contos, novecentos e setenta e quatro mil e sessenta e cinco réis).

**Tabela 13** – Classificação dos lavradores de tabaco por escravos, 1774-1792

<b>Lavradores de Tabaco</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Número Relativo</b>
<b>Pequenos</b>	03	20%
<b>Médios</b>	09	60%
<b>Grandes</b>	03	20%
<b>Muito Grandes</b>	00	0%
<b>Total</b>	15	100%

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Sobre a presença das categorias pequenas, médias, grandes e de muito grandes lavradores de tabaco, é possível realizarmos algumas considerações. Nos primeiros dezoito anos estudados, a maior parte dos lavradores estavam entre os médios, como podemos ver na tabela 13, o que significa que ainda não era possível encontrar com tanta frequência fumageiros/pecuaristas, esses eram 60%. Os 40% restantes estavam divididos entre pequenos e grandes, cada um com 20%.

<sup>149</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/71/71/675.

**Tabela 14** – Valor dos ativos dos lavradores de tabaco, 1774-1792

<b>Ativos</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Imóveis</b>	2:287\$560	12%
<b>Lavoura</b>	457\$600	2%
<b>Animais</b>	1:225\$780	6%
<b>Escravos</b>	12:409\$000	63%
<b>Benfeitorias</b>	739\$000	4%
<b>Instrumentos da produção</b>	182\$080	1%
<b>Ferramentas</b>	52\$680	0%
<b>Objetos pessoais</b>	502\$965	3%
<b>Objetos domésticos</b>	335\$220	2%
<b>Dívidas ativas</b>	1:598\$642	8%
<b>Total</b>	19:790\$527	100%

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

A tabela 14 mostra em quais ativos os lavradores mais investiam. Os principais ativos, entre 1774 e 1792, foram os escravos, que predominaram majoritariamente sobre os outros bens e sozinhos correspondiam a 63%, mais da metade dos bens dos lavradores nesse período. Em segundo lugar, mas longe do bem escravo, vinham os imóveis com 12%. Apesar do empréstimo, uma prática comum nessa categoria agrária, 8% deles tinham dívidas ativas. Animais estavam em quarto lugar entre os investimentos, com 6% seguidos pelas benfeitorias 4%, objetos pessoais 3%, lavouras e objetos domésticos empatados com 2% e instrumentos da produção 1%. O bem ferramenta não apareceu nesse momento.

**Tabela 15** – Classificação dos lavradores de tabaco por escravos, 1793-1811

<b>Lavradores de Tabaco</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Número Relativo</b>
<b>Pequenos</b>	10	17%
<b>Médios</b>	31	52%
<b>Grandes</b>	19	32%
<b>Muito Grandes</b>	00	0%
<b>Total</b>	60	100%

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Entre 1793 e 1811, houve um aumento considerável de inventariados que tinham o tabaco como atividade produtiva, como pode ser visto na tabela 15. O grupo dos médios continuaram sendo a maioria em números absolutos, contudo, houve um leve decréscimo no valor relativo que foi proporcionado pelo pequeno crescimento entre os grandes lavradores. Nesse período ainda não foram encontrados fumageiros com mais de cinquenta escravos em

suas propriedades. O grupo dos pequenos continuou perto da média anterior, dessa vez com 17%.

**Tabela 16** – Valor dos ativos dos lavradores de tabaco, 1793-1811

<b>Ativos</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Imóveis</b>	27:776\$500	19%
<b>Lavoura</b>	2:686\$600	2%
<b>Animais</b>	13:363\$990	9%
<b>Escravos</b>	78:903\$000	55%
<b>Benfeitorias</b>	5:311\$974	4%
<b>Instrumentos da produção</b>	969\$320	1%
<b>Ferramentas</b>	330\$320	0%
<b>Objetos pessoais</b>	2:681\$758	2%
<b>Objetos domésticos</b>	2:369\$220	2%
<b>Dívidas ativas</b>	8:735\$213	6%
<b>Total</b>	143:127\$895	100%

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

No segundo período analisado, entre 1793 e 1811, os escravos continuaram como principal bem entre os lavradores, com 55%, seguidos pelos imóveis que somados obtiveram o valor de 19%. Como houve um aumento entre os grandes proprietários nesses anos, a presença de animais também foi maior, pois havia necessidade de um maior número de animais para atender uma produção maior que carecia conseqüentemente de mais transporte e beneficiamento do tabaco. Esses bens representaram 9% das fortunas dos lavradores de tabaco da Cachoeira e suas freguesias.

As dívidas ativas, mesmo não sendo tão frequentes quando apareciam, tinham valores destacados o que ajudou a aumentar o percentual, chegando a 6%. Foi o caso de d. Mariana Pereira da Rocha, moradora da Fazenda Jordão, na freguesia de São Pedro da Muritiba, viúva e mãe de 5 filhos, proprietária de 38 escravos, integrante dos grandes proprietários. Em dívidas ativas, essa lavradora/pecuarista acumulou 1:895\$234 (um conto, oitocentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e quatro réis), montante maior que os seus imóveis somados em 742\$000 (setecentos e quarenta e dois mil réis)<sup>150</sup>. Os demais bens apresentaram valores menores, benfeitorias 4%, lavouras, objetos pessoais e objetos domésticos 2% cada e instrumentos da produção 1%.

<sup>150</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/55/55/532.

**Tabela 17** – Classificação dos lavradores de tabaco por escravos, 1812-1831

<b>Lavradores de Tabaco</b>	<b>Número Absoluto</b>	<b>Número Relativo</b>
<b>Pequenas</b>	11	17%
<b>Médios</b>	26	39%
<b>Grandes</b>	21	32%
<b>Muito Grandes</b>	08	12%
<b>Total</b>	66	100%

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Nos últimos dezenove anos analisados, encontramos o maior número de fumageiros da amostra documental. Foi também o único período em que apareceram os muito grandes, como pode ser comprovado na tabela 17. Nesse momento, houve uma aproximação entre a quantidade de médios e grandes lavradores de tabaco, o primeiro com 39%, continuava sendo maioria e o segundo com 32% mesma média anterior. Os pequenos lavradores foram os que permaneceram mais estáveis durante todos os anos e repetiram o percentual de 17% anterior.

**Tabela 18** – Valor dos ativos dos lavradores de tabaco, 1812-1831

<b>Ativos</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Imóveis</b>	63:220\$470	20%
<b>Lavoura</b>	6:246\$129	2%
<b>Animais</b>	28:385\$800	9%
<b>Escravos</b>	182:768\$600	57%
<b>Benfeitorias</b>	11:751\$720	4%
<b>Instrumentos da produção</b>	2:508\$980	1%
<b>Ferramentas</b>	506\$360	0%
<b>Objetos pessoais</b>	2:583\$925	1%
<b>Objetos domésticos</b>	3:828\$168	1%
<b>Dívidas ativas</b>	18:388\$948	6%
<b>Total</b>	320:189\$100	100%

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Entre 1812 e 1831, assim como em todos os outros períodos, os escravos ultrapassaram mais da metade do monte-mor atingindo 57%. Apesar de ser nesse período que encontramos o maior número de fumageiros escravistas, o percentual final desse bem nas fortunas não superou a dos momentos anteriores. Os imóveis, mais uma vez, ocuparam o segundo lugar com 20%, assim como os animais apareceram em terceiro com 9% devido, novamente, à presença dos lavradores/pecuaristas. O restante constituiu-se de dívidas ativas com 6%, benfeitorias 4%, lavouras 2% e instrumentos da produção, objetos pessoais e objetos domésticos 1% cada.

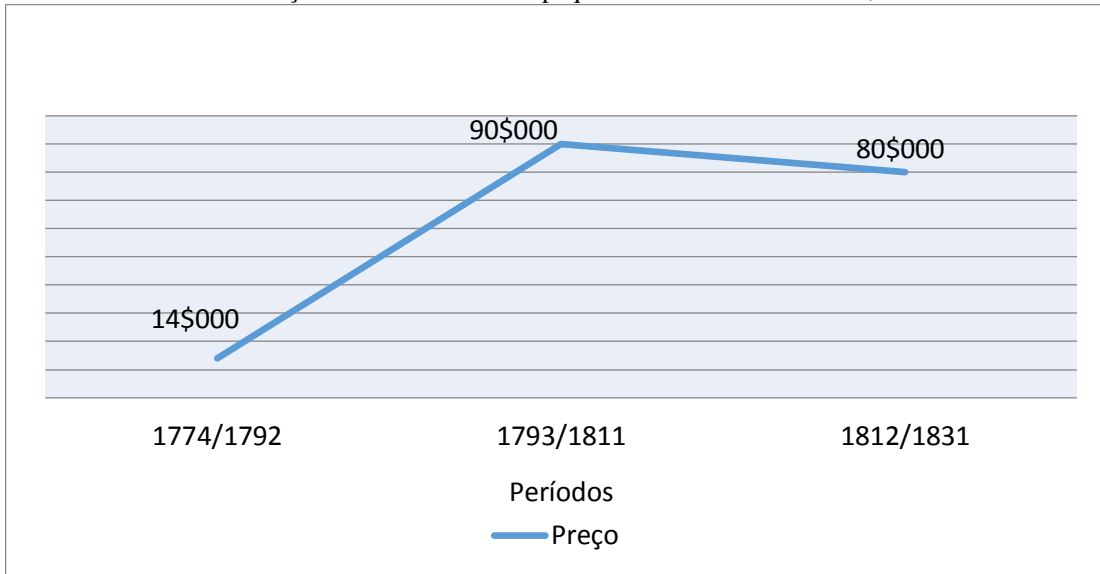
Ao analisarmos as quatro categorias de lavradores de fumo, é notório que a relação com a pecuária permitiu uma maior acumulação em bens. Os escravos eram, sem dúvida, o maior investimento dos lavradores. As casas de fabricar fumo, os armazéns para outras produções, móveis, objetos pessoais, dívidas ativas, nunca chegaram perto da soma dos trabalhadores escravizados, muitas vezes não atingiram nem mesmo o valor de um deles. Era necessário ter mais de um imóvel para atingir ou passar os seus valores. Nas quatro categorias havia montes consideráveis, mesmo na menor categoria, a dos pequenos lavradores, havia escravos, e um imóvel próprio. Ao trabalharmos com 56 anos, de 1774 a 1830, pudemos visualizar algumas transformações dentro das próprias categorias, como aumento do valor dos bens, possibilitadas tanto pela inflação quanto pelo próprio crescimento econômico dos fumageiros. A mudança de aparecimento e frequência de cada grupo também variou durante o espaço temporal. A própria categoria dos muito grandes só se tornou presente, em nossa amostra, a partir do ano de 1816.

## 2.2 LAVRADORES DE TABACO: CASAS, FAZENDAS, ARMAZÉNS E ESCRAVOS

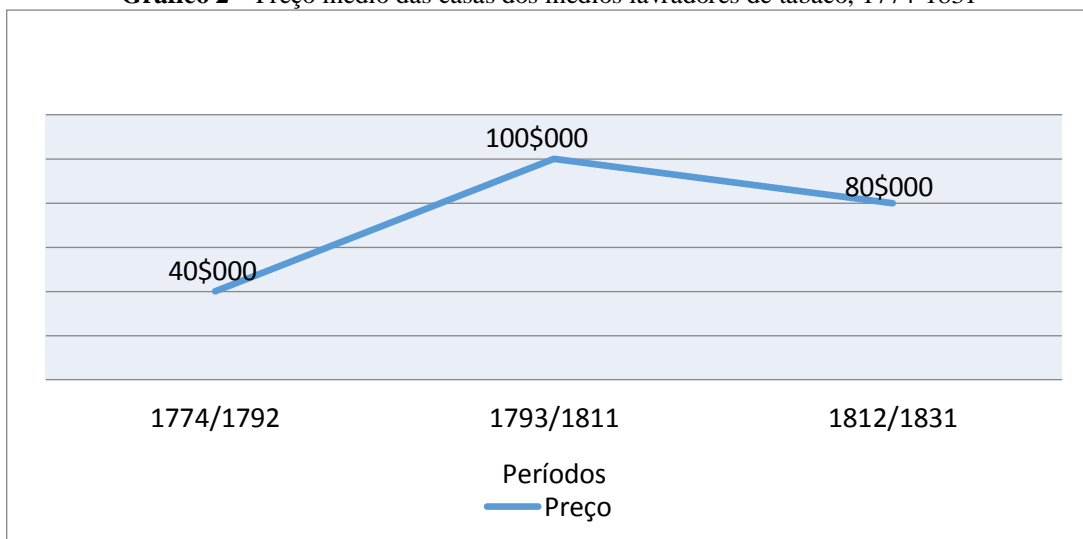
Os valores correspondentes aos bens mais importantes para os fumageiros passaram por modificações durante os anos de 1774 a 1831, tanto variaram no tempo quanto pelas categorias, uma vez que cada grupo acumulou de forma diferente e os próprios preços passaram por inflações. A maior parte dos bens relacionavam-se à produção como terras, escravos e instrumentos agrícolas e do fabrico do fumo e da farinha de mandioca, o que demonstra a importância desses elementos na composição da riqueza dos Cachoeiranos.

A **casa** foi um imóvel presente entre os pertences de praticamente todos os lavradores de tabaco e seus preços variaram no decorrer dos anos estudados e também de acordo com as categorias sociais. O crescimento ou movimentos contrários dos preços das casas dos lavradores de tabaco podem ser conferidos nos gráficos a seguir.

Entre 1774 e 1792, a média do valor da casa dos pequenos lavradores era de 14\$000 (quatorze mil réis). Os lavradores do grupo médio possuíam residências que custavam em média mais do dobro do valor da primeira categoria, 40\$000 (quarenta mil réis), enquanto que as casas dos grandes fumageiros não chegavam a uma diferença tão grande em relação a dos médios, tendo um valor médio de 55\$000 (cinquenta e cinco mil réis). Como podemos ver nos gráficos 1, 2, 3, 4 e 5.

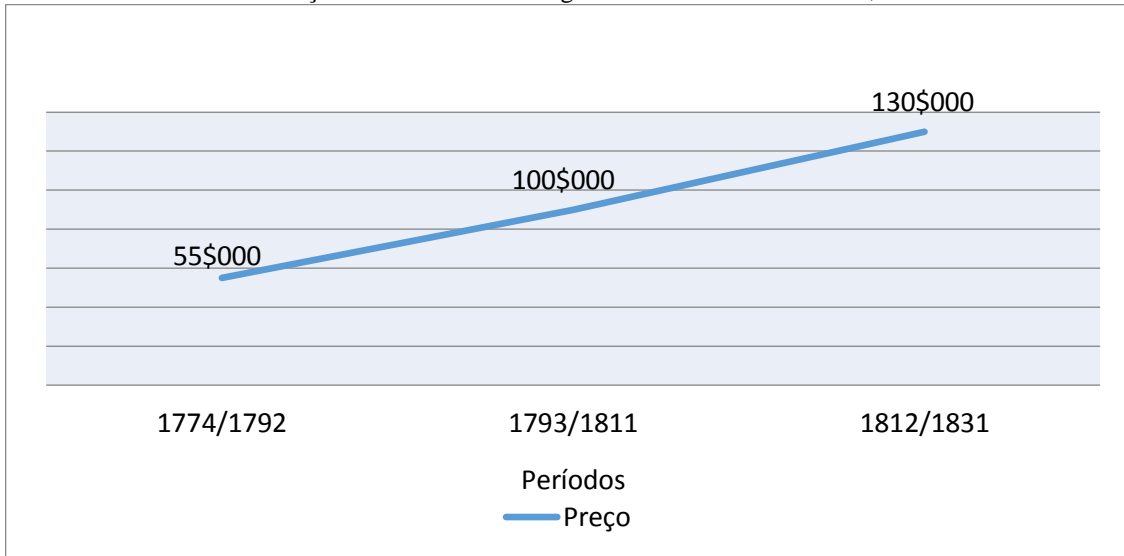
**Gráfico 1** – Preço médio das casas dos pequenos lavradores de tabaco, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

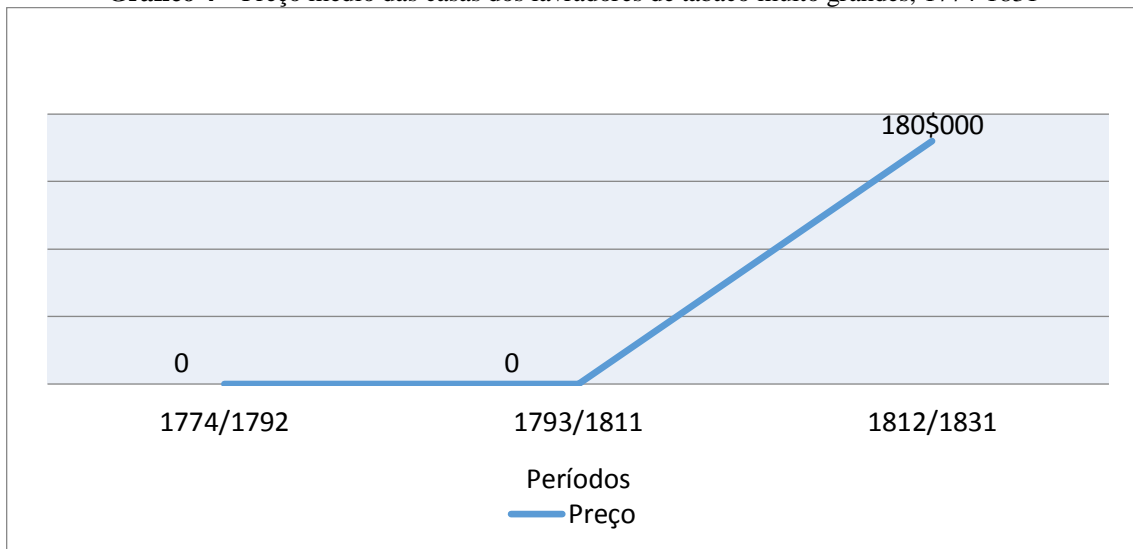
**Gráfico 2** – Preço médio das casas dos médios lavradores de tabaco, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

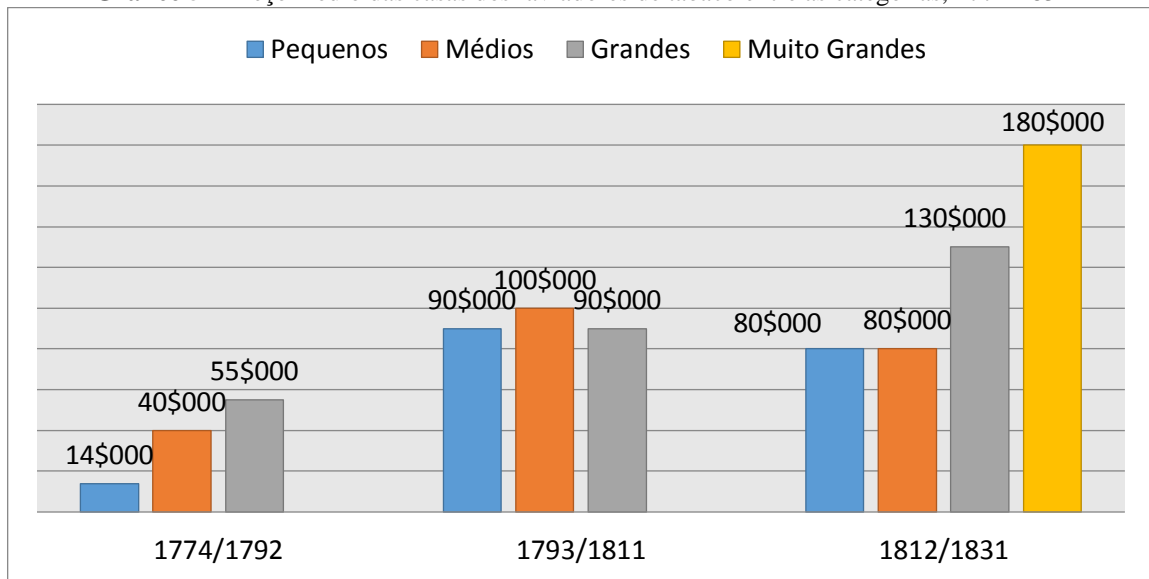


**Gráfico 3** – Preço médio das casas dos grandes lavradores de tabaco, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*

**Gráfico 4** – Preço médio das casas dos lavradores de tabaco muito grandes, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

**Gráfico 5** – Preço médio das casas dos lavradores de tabaco entre as categorias, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Para melhor apreciar essas diferenças, apresentaremos três inventariados. O primeiro deles, Nicolau Teixeira e Adorno, um pequeno lavrador, possuía dois escravos, era casado e pai de três filhos. Produzia tabaco, mandioca e criava 33 cabeças de gado *vacum*. Entre os seus imóveis, encontramos, apenas, uma casa térrea, velha, de morar, localizada na Freguesia de Santo Estevão do Jacuípe custando 8\$000 (oito mil réis)<sup>151</sup>. Um médio lavrador de tabaco pode ser visto no caso de Nazario Soares de Souza, dono de 13 escravos. Sua condição civil era de casado e possuía 8 filhos. Da mesma maneira como aconteceu com Nicolau Adorno, Nazario Soares não foi proprietário de terras. Contudo, entre os seus bens estavam uma casa térrea, localizada na Fazenda do Retiro, Povoados de Afligidos, na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Esse imóvel foi avaliado em 40\$000 (quarenta mil réis)<sup>152</sup>. Francisco Pereira do Amaral, grande lavrador, produtor de tabaco, mandioca, alimentos e criador de gado *vacum*, possuía 33 escravos, cuja maioria dedicava-se aos serviços da lavoura e do fumo. Ao morrer, encontrava-se casado e pai de quatro filhos. Morava na Fazenda Sapucaia de sua propriedade, em São Pedro da Muritiba. Além da dita fazenda era dono de outras duas casas térreas de morar avaliadas, ambas, em 90\$000 (noventa mil réis)<sup>153</sup>.

No segundo momento abarcando os anos 1793 a 1811, conforme os gráficos 1, 2, 3, 4 e 5, verificou-se uma elevação significativa no valor das casas. As dos pequenos proprietários

<sup>151</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/97/97/982.

<sup>152</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/74/74/713.

<sup>153</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/45/45/440.

tiveram um crescimento de 642%. Esse crescimento foi acompanhado pelas categorias. O que percebemos de singular nesse momento foi uma aproximação entre os valores das casas dos pequenos, médios e grandes lavradores de fumo. Os grandes empataram com os pequenos proprietários tendo suas casas custando em torno de 90\$000 (noventa mil réis), outra característica que merece ser destacada é que os médios lavradores conseguiram ter casas com valores mais elevados que os grandes, custando em média de 100\$000 (cem mil réis).

Outro exemplo de um pequeno lavrador de tabaco é o caso de Manoel de Araújo da Conceição proprietário de 3 escravos. Casado e com sete filhos lavrava tabaco e mandioca no Sítio da Conceição, em São José das Itaporocas, onde era arrendatário. Além disso, possuía uma casa térrea no valor de 30\$000 (trinta mil réis)<sup>154</sup>. Dona Maria Damásia do Sacramento e Francisco Brandão, casados, pais de cinco filhos e donos de sete escravos, foram inventariados conjuntamente. Eram proprietários da Fazenda Candeal, em São José das Itaporocas, e de uma casa térrea, na mesma referida propriedade, no valor de 100\$000 (cem mil réis)<sup>155</sup>. Ainda, entre os anos de 1793 e 1811, encontramos como exemplo de um grande lavrador de tabaco, com 27 cativos, Antonio Dias Velho. Era plantador de tabaco e mandioca em terras arrendadas na Fazenda do Bruço, em São Gonçalo dos Campos. Sua moradia valia 70\$000 (setenta mil réis)<sup>156</sup>.

Nos últimos anos, entre 1812 e 1831, as casas dos pequenos e médios proprietários tiveram seus preços menores que o período anterior e apareceram empatados com 80\$000 (oitenta mil réis). O valor das casas dos grandes lavradores alcançou 130\$000 (cento e trinta mil réis). Esse foi o único período em que encontramos os lavradores muito grandes, as suas casas foram avaliadas em torno de 180\$000 (cento e oitenta mil réis).

Nos últimos anos de pesquisa, entre 1812-1831, foi possível destacar alguns lavradores com casas próprias. Antonio Vaz de Almeida era morador no Povoado da Vargem, em São Gonçalo dos Campos, local onde plantava tabaco, mandioca e alimentos. Entre os seus imóveis estavam uma sorte de terras e uma morada de casa, velha, com nove portas e cinco janelas com valor calculado em 60\$000 (sessenta mil réis)<sup>157</sup>. Dono de 13 escravos o que lhe colocava na condição de médio lavrador, José Joaquim Batista, casado e pai de mais de dez filhos, possuía a Fazenda Mangueira em São Pedro da Muritiba local onde habitava e cujo valor da sua casa atingia 80\$000 (oitenta mil réis)<sup>158</sup>.

<sup>154</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/79/79/773.

<sup>155</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/88/88/871.

<sup>156</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/75/75/719.

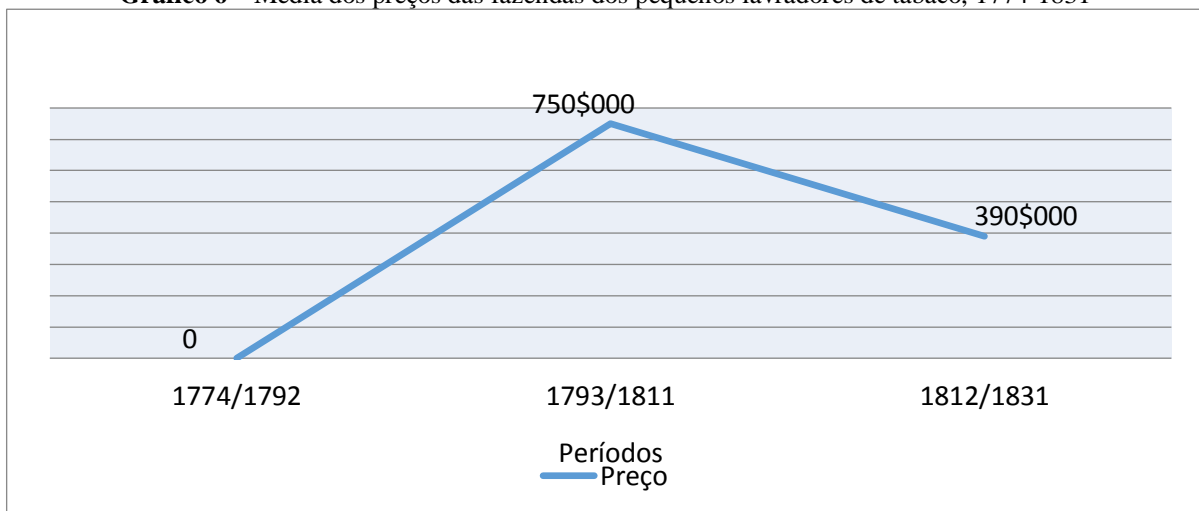
<sup>157</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/65/65/600.

<sup>158</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/59/59/564.

Ana Francisca do Nascimento, pertencente ao grupo dos grandes proprietários, dona de 31 escravos era lavradora e pecuarista na Fazenda Desterro, em São Pedro da Muritiba, local em que tinha além de terras duas casas de morar, que juntas somavam a quantia de 360\$000 (trezentos e sessenta mil réis)<sup>159</sup>. Teotonio Cerqueira, lavrador de tabaco, enquadrado na categoria dos muito grandes, proprietário de mais de 50 escravos, casado e com 12 filhos, residia na Fazenda Candéal em São Gonçalo dos Campos, onde plantava tabaco, mandioca e criava gado *vacum*. Além de possuir cinco sortes de terra, quatro utilizadas em plantações, e uma servia de pasto, era proprietário de sete casas de morar todas avaliadas em 1:367\$000 (um conto, trezentos e sessenta e sete mil réis)<sup>160</sup>.

As **fazendas** também passaram por modificações no que se refere ao seu valor entre os anos de 1774-1831. No período inicial que vai de 1774 a 1792, encontramos apenas duas categorias com terras próprias entre os seus bens, as dos médios e grandes lavradores de tabaco. Uma fazenda dos médios lavradores custava cerca de 140\$000 (cento e quarenta mil réis). As terras dos grandes proprietários tinham médias de preços maiores avaliadas em 190\$000 (cento e noventa mil réis). Como podemos verificar nos gráficos 6, 7, 8, 9 e 10.

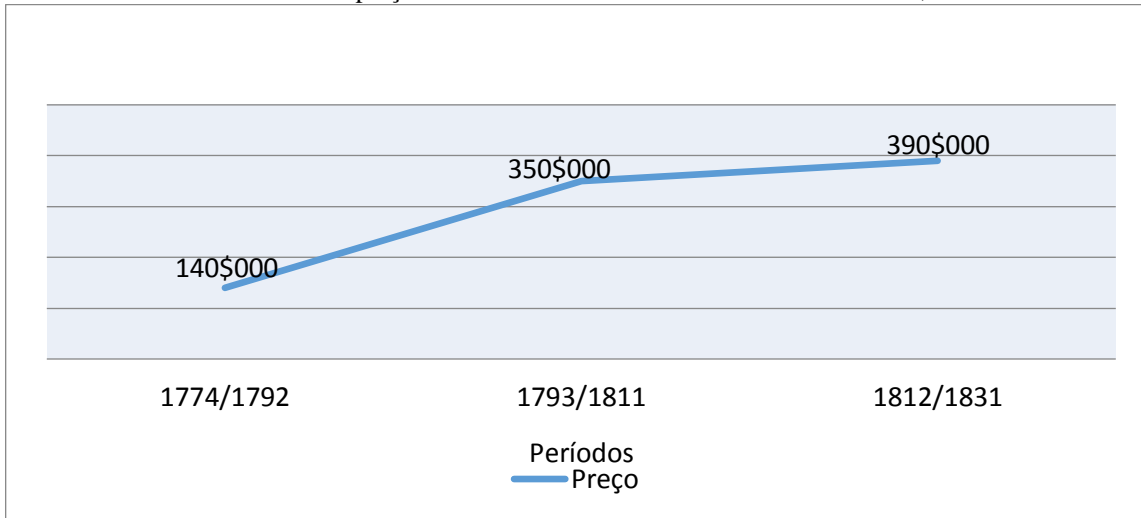
**Gráfico 6** – Média dos preços das fazendas dos pequenos lavradores de tabaco, 1774-1831



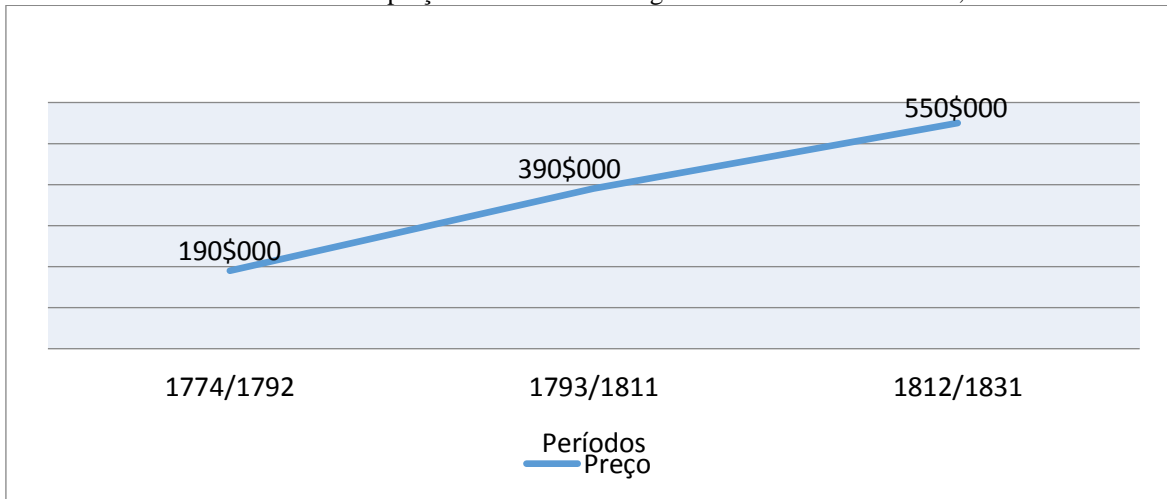
Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

<sup>159</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/50/50/501.

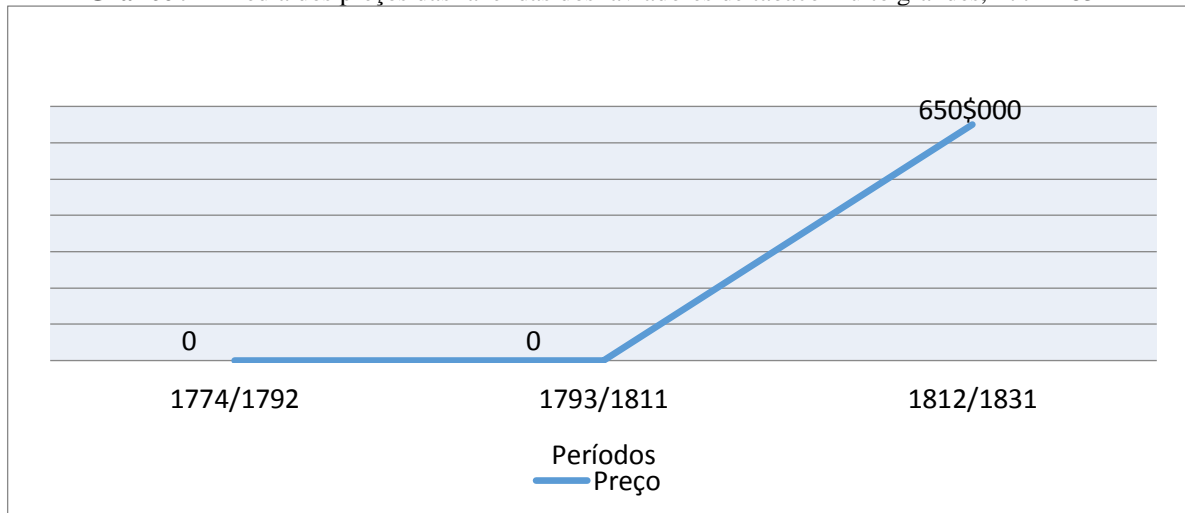
<sup>160</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 02/202/202/2268.

**Gráfico 7** – Média dos preços das fazendas dos médios lavradores de tabaco, 1774-1831

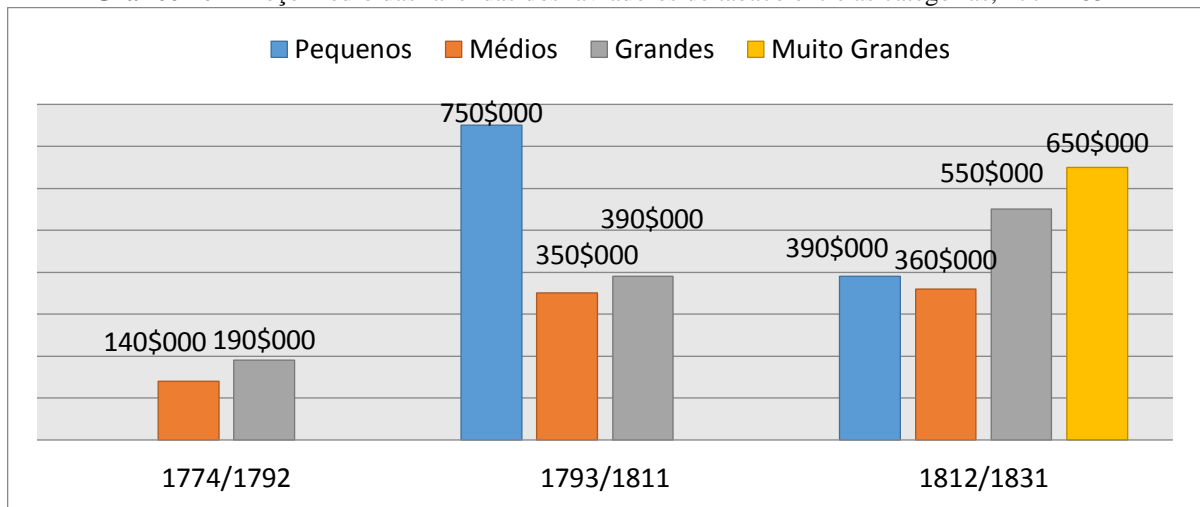
Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

**Gráfico 8** – Média dos preços das fazendas dos grandes lavradores de tabaco, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

**Gráfico 9** – Média dos preços das fazendas dos lavradores de tabaco muito grandes, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

**Gráfico 10** – Preço médio das fazendas dos lavradores de tabaco entre as categorias, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Maximiano Dias Velho, inventariado em 1780, era grande lavrador de tabaco e mandioca na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Possuía as terras do Sítio Poção no valor de 100\$000 (cem mil réis)<sup>161</sup>. Morador na Fazenda Caatinga, Freguesia de São José das Itapororocas, Manoel de Miranda Bezerra, teve seu inventário aberto em 1780, representa um grande lavrador. Era dono de mais de 20 escravos. Entre as suas propriedades estavam três sortes de terras, todas elas avaliadas em 425\$000 (quatrocentos e vinte cinco mil réis)<sup>162</sup>.

Entre 1793 e 1811, um fato nos chamou atenção e merece ser destacado. O valor médio das terras dos pequenos lavradores ultrapassou o valor das terras dos médios e grandes lavradores. Isso se explica pelo fato de que as categorias com maior número de escravos possuíam várias pequenas fazendas com valores também menores, ou seja, possuíam mais terras, porém, divididas em uma maior quantidade de fazendas. Os preços médios das fazendas dos lavradores de fumo podem ser verificados nos gráficos 6, 7, 8, 9 e 10. Aparecem os pequenos lavradores, ausentes no período anterior, as suas terras tinham uma média de preço de 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis). As terras dos médios lavradores foram as únicas que apareceram em todo o período analisado. No segundo momento, isto é, entre os anos de 1793 a 1811, os seus valores médios eram de 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis). As terras dos grandes lavradores passaram por um pequeno aumento custando em média 390\$000 (trezentos e noventa mil réis).

Um pequeno lavrador contribuiu para a média do valor das terras de seu grupo entre os anos de 1793 e 1811, pois Francisco Afonso Ribas, morador na Fazenda Carrapato, na

<sup>161</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/75/75/721

<sup>162</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/78/78/750

Freguesia de São José das Itaporocas, era dono dessa fazenda cujo valor atingiu a cifra de 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis)<sup>163</sup>. Maria Francisca da Trindade, lavradora e pecuarista, na sua Fazenda Caiçara em São Gonçalo dos Campos, era uma média lavradora de fumo com a fazenda avaliada em 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis)<sup>164</sup>. Dona de 30 escravos, o que a colocava como uma grande lavradora de tabaco, Maria Josefa de Almeida também pecuarista, morava na Fazendas das Almas na Freguesia de São Gonçalo dos Campos. Além de possuir uma casa de morada térrea, acumulou três fazendas avaliadas em conjunto por 875\$000 (oitocentos e setenta e cinco mil réis)<sup>165</sup>.

De acordo com os gráficos 6, 7, 8, 9, e 10, os anos finais demonstraram que as terras dos pequenos lavradores caíram de preços médios se comparados aos momentos anteriores. Desceram de 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis), entre 1812 e 1830, para o valor de 390\$000 (trezentos e noventa mil réis). O grupo dos médios lavradores tiveram suas terras avaliadas em torno de 360\$000 (trezentos e sessenta mil réis). O valor das fazendas dos grandes lavradores passou por um crescimento abrupto nesses anos. Foi perceptível o crescimento no sentido ascendente, passando de 390\$000 (trezentos e noventa mil réis), no período inicial, para 550\$000 (quinhentos e cinquenta mil réis) nos últimos anos da pesquisa. Por fim, nesses últimos anos, contamos com a presença de lavradores de tabaco classificados como muito grandes. As suas terras valiam, em média, 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis).

Pequeno lavrador tabaqueiro, Manoel Carvalho Figueiroa, morador na fazenda em São Gonçalo dos Campos, com duas sortes de terras, somou o seu montante total de 910\$000 (novecentos e dez mil réis)<sup>166</sup>. Produtor exclusivamente de tabaco, em São Gonçalo dos Campos, Manoel Cerqueira do Couto, do grupo dos médios plantadores, possuía uma casa, custando 200\$000 (duzentos mil réis) e uma fazenda no valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis)<sup>167</sup>. Dona Antonia Maria de Almeida era uma lavradora e pecuarista da categoria dos grandes. Conseguiu, ao final de sua vida, ter acumulado quatro propriedades de terras, duas que serviam de pasto e outras duas para o plantio, todas juntas atingiram a cifra de 1:690\$000 (um conto, seiscentos e noventa mil réis)<sup>168</sup>. Por fim, o Sargento-mor, Marcos Ribeiro Soares da Rocha, lavrador muito grande, dono de seis fazendas e mais de 50 escravos, utilizados nos plantios do tabaco e da mandioca. Além das seis fazendas que somavam o valor de 4:110\$000

<sup>163</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/26/26/265.

<sup>164</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/75/75/718.

<sup>165</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/76/76/733.

<sup>166</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/68/68/647.

<sup>167</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/67/67/638.

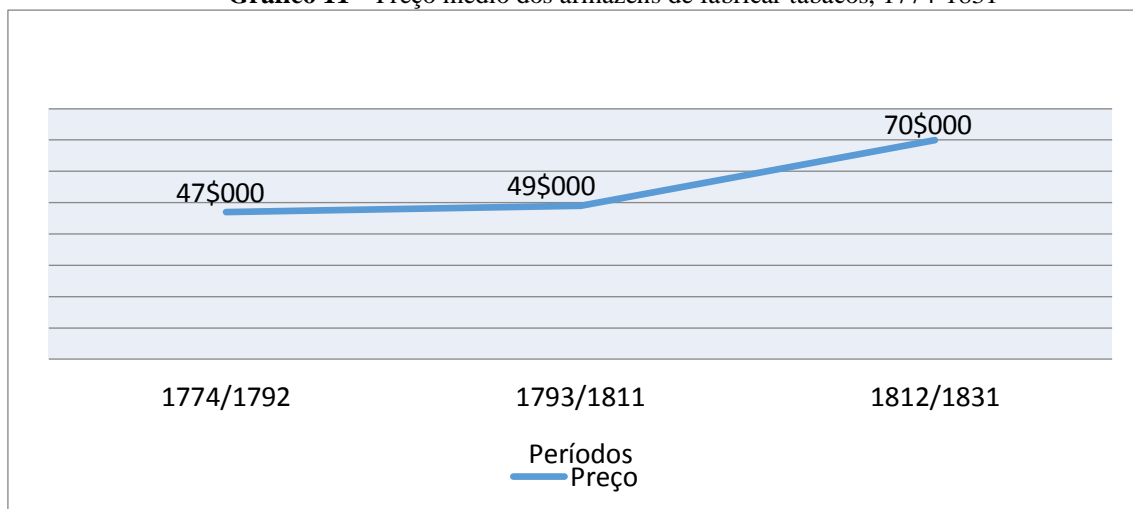
<sup>168</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/01/01/08.

(quatro contos, cento e dez mil réis), possuía cinco casas térrea avaliadas em 480\$000 (quatrocentos e oitenta réis)<sup>169</sup>. Esses casos exemplificam os valores das propriedades de terras dos lavradores de tabaco.

Os **Armazéns de fabricar tabaco**<sup>170</sup> eram uma benfeitoria encontrada em praticamente todas as fazendas de tabaco. Em geral, era uma casa, coberta de palha ou telha, com uma porta e duas janelas. Nesses estabelecimentos se processava o beneficiamento do tabaco e na maior parte das vezes ali se realizava o mecanismo de enrolar o fumo. Nesses armazéns, eram abrigados os instrumentos para a fabricação de tabacos: gamelas de enrolar fumo, engenho ou gangorra de torcer, prensa, assentos com engenhos, tachos para cozinhar o tabaco com melaço de cana-de açúcar e balanças. Tanto os instrumentos quanto os armazéns também sofreram aumentos na média dos seus preços. Como ter um armazém de tabaco era acessível à maioria dos lavradores, não houve grandes diferenças dos tipos de armazéns entre os diferentes produtores pesquisados. O custo, não muito alto, facilitava o acesso a essa estrutura por um grande número de lavradores.

Nos anos iniciais, 1774 a 1792, ter um armazém de fabricar fumo custava em média 47\$000 (quarenta e sete mil réis). A variação entre o primeiro e segundo momento, em relação ao preço médio dos armazéns, foi pequena, passando a 49\$000 (quarenta e nove mil réis). A grande modificação no preço ocorreu nos anos finais, ou seja, de 1811 a 1831, quando essa unidade produtiva passou a custar em média 70\$000 (setenta mil réis). Os preços médios dos armazéns podem ser vistos no gráfico 11.

**Gráfico 11** – Preço médio dos armazéns de fabricar tabacos, 1774-1831



Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

<sup>169</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 02/142/142/1388.

<sup>170</sup> Conservamos a nomenclatura mais frequente encontrada nos inventários no que se refere ao local onde se armazenava e fabricava tabaco.



Manoel Antonio Bastos, pequeno lavrador, teve seu inventário aberto no ano de 1807. Nele estava registrado uma casa de fabricar tabacos de taipa com duas portas, um engenho de torcer fumo e um banco, velho, todos avaliados em 40\$400 (quarenta mil e quatrocentos réis)<sup>171</sup>. Dona Ana da Cruz do Nascimento tinha em sua fazenda duas casas de fazer fumo “de vinte palmos de frente com sete de comprimento” ambas avaliadas em 24\$000 (vinte e quatro mil réis). Morava na Freguesia de São Pedro da Muritiba e seu inventário foi aberto no ano de 1791<sup>172</sup>. Em 1819, a lavradora de tabaco, Francisca Maria da Conceição de Jesus residia na Freguesia de São José das Itaporocacas, era dona de um armazém de fazer tabaco de taipa, coberto com 4.500 telhas, com três janelas e todos os acessórios necessários à fabricação do fumo. Esses bens foram avaliados em 80\$000 (oitenta mil réis)<sup>173</sup>.

É importante frisarmos que alguns lavradores possuíam, ainda, outras casas de fabricar, como casas de fazer farinha e casas de descaroçar algodão, com seus instrumentos de produção, como roda de ralar mandioca, prensa para massa de mandioca e rodas de descaroçar algodão, estas foram as mais comuns. As ferramentas como machados, foices, cavadores, serras e enxadas estavam sempre presentes em seus bens. Nas benfeitorias constavam frequentemente senzalas, a quantidade que variava de acordo com o número de escravos. Era comum os carros de tração normal. Quanto aos valores dos instrumentos para produção, variaram durante os anos, como podemos ver na tabela 19, mas também tinham preços diferentes de acordo com o seu estado de conservação. Na segunda década do século XIX, os instrumentos citados, em bom uso e perfeitas condições custavam em média os valores da tabela abaixo:

**Tabela 19** – Preço médio dos instrumentos, 1820

<b>Instrumentos</b>	<b>Preços</b>
Prensa	30\$000
Engenho de torcer/Gangorra	35\$000
Tacho	10\$000
Gamela	5\$000
Assentos com engenho	20\$000
Balança	15\$000

<sup>171</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/77/77/749.

<sup>172</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/50/50/500.

<sup>173</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/81/81/803.

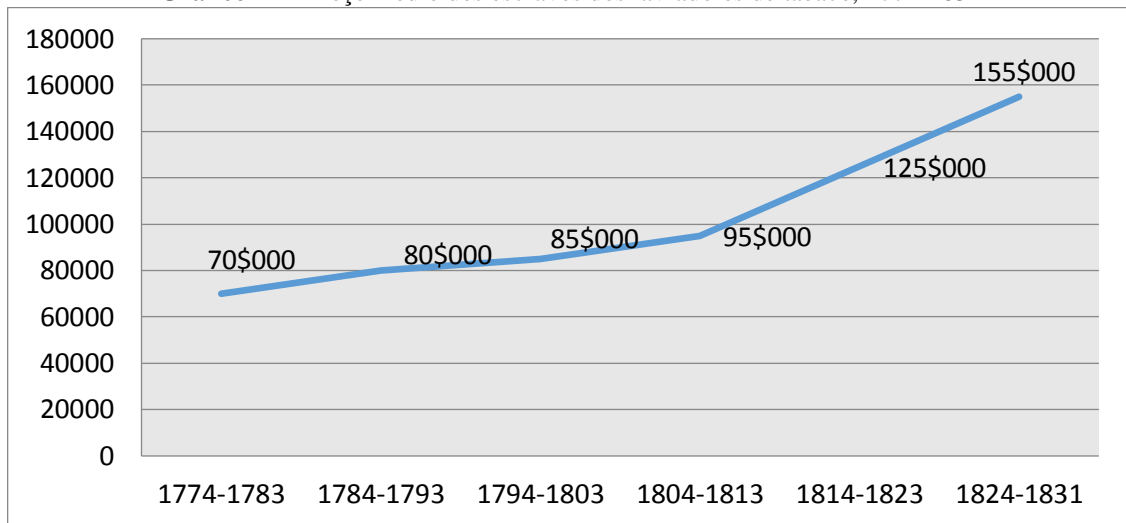
Quanto aos **escravos**, evidenciamos, em páginas anteriores, a importância da utilização da mão de obra escrava nas lavouras de tabaco dos Campos da Cachoeira. Esse foi o bem de mais valor no cômputo geral dos bens dos fumageiros, ultrapassando, muitas vezes os valores de suas casas e terras somados. Barickman destacou a importância que a escravidão teve na vida produtiva desses lavradores e chamou atenção que em alguns casos era em grande escala. Em que pese a historiografia da escravidão no Brasil ter sido uma das áreas com maior número de estudos e com debates decorrentes, nosso interesse aqui não é estudar a escravidão colonial, mas sim contribuir com os estudos da escravidão ligada às questões produtivas, no nosso caso, em específico, à lavoura de tabaco. O uso da mão de obra escrava nas atividades agrícolas coloniais é bastante conhecido. Os escravos no Recôncavo participavam da atividade produtiva e exerciam funções do ganho nas áreas urbanas. Eram essenciais para manter a economia funcionando. A escravidão no Recôncavo foi uma das mais densas no Brasil<sup>174</sup>.

O preço dos escravos dos lavradores de tabaco seguiu uma tendência apontada por Barickman na qual seus valores mantiveram-se abaixo de duzentos mil réis durante as primeiras décadas do século XIX, e isso é possível verificarmos no gráfico 12. Houve um crescimento considerável a partir dos anos de 1820. Entre 1774 e 1783, a média do valor dos escravos dos lavradores de tabaco equivalia a quantia de 70\$000 (setenta mil réis). Na segunda década de nossa análise, houve um leve crescimento passando ao valor de 80\$000 (oitenta mil réis). A elevação entre 1794 e 1803, em valor absoluto, foi a menor encontrada nas décadas estudadas, seu valor médio chegou a 85\$000 (oitenta cinco mil réis).

No decênio seguinte, o valor dos escravos subiu em média para 95\$000 (noventa e cinco mil réis), crescendo mais do que os períodos anteriores. Entre os anos de 1814 a 1823, o valor médio de um escravo se elevou para 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis). Nos anos finais, entre 1824 e 1831, houve mais um grande aumento nos preços dos escravos da lavoura fumageira que atingiu uma média de 155\$000 (cento e cinquenta mil réis). Os preços, como vimos, tenderam a um crescimento contínuo durante o final do século XVIII e as primeiras três décadas do século XIX. Esse aumento prosseguiu, segundo a análise de Barickman, nas décadas posteriores. O preço dos escravos variava, entre outros motivos, pela sua profissão. Os escravos ditos “fumeiros”, “mestre do fumo”, “mestre enrolador” tinham valores mais elevados se comparados aos do “serviço da enxada”.

---

<sup>174</sup> Barickman. B. J. op. cit., p. 216.

**Gráfico 12** – Preço médio dos escravos dos lavradores de tabaco, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

Destacamos no final do século XVIII, entre os lavradores de fumo que possuíam escravos com a profissão de “fumeiro”, Agostinha Fernandes, inventariada em 1794, lavradora e pecuarista. Morava no Sítio do Gravatá, Freguesia de São Pedro da Muritiba. Era proprietária de 15 escravos, onze homens e quatro mulheres, destes, quatro eram crianças. No plantel, encontrava-se Anastácio, mina, do “serviço da enxada”, “fumeiro” e “enrolador” avaliado em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Além desse, Antonio, mina, do “serviço da enxada” e “enrolador” no valor de 130\$000 (cento e trinta mil réis); Antonio, crioulo, do “serviço da enxada” e “fumeiro”, também foi avaliado em 130\$000 (cento e trinta mil réis); José, mina, do “serviço da enxada” e “fumeiro” tendo o valor de 110\$000 (cento e dez mil réis). Encerrava os escravos com especializações ligadas, diretamente, ao tabaco, Gervásio, crioulo, do “serviço da enxada” e “fumeiro” no valor de 100\$000 (cem mil réis). Os outros cativos eram do “serviço da enxada” tendo sido avaliados entre 35\$000 (trinta e cinco mil réis) e 120\$000 (cento e vinte mil réis)<sup>175</sup>.

Em 1802, Pedro Antonio da Fonseca e d. Joaquina Maria dos Prazeres, casados, foram inventariados. Esse casal de lavrador de tabaco e pecuarista residia na Fazenda do Salgado em São Pedro da Muritiba. Era dono de bens cuja soma atingiu a cifra de 7:222\$662 (sete contos, duzentos e vinte dois mil e seiscentos e sessenta e dois réis) desse total 1:760\$000 (um conto, setecentos e sessenta mil réis) correspondia ao valor dos cativos. Havia entre eles Inácio, crioulo, do “serviço da enxada” e “carreiro” avaliado em 140\$000 (cento e quarenta mil réis); Domingos, angola, do “serviço da enxada” e vaqueiro também avaliado em 140\$000 (cento e

<sup>175</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/47/47/469.

quarenta mil réis); Francisco, angola, do “serviço da enxada” e “fumeiro” foi avaliado em 120\$000 (cento e vinte mil réis). Os demais escravos eram do serviço da lavoura ou sua especialização não foi descrita nesse processo. Esses receberam valores entre 30\$000 (trinta mil réis) e 130\$000 (cento e trinta mil réis). Contavam no total 17 cativos sendo, doze homens e cinco mulheres, dos quais eram oito crianças, todas elas nativas<sup>176</sup>.

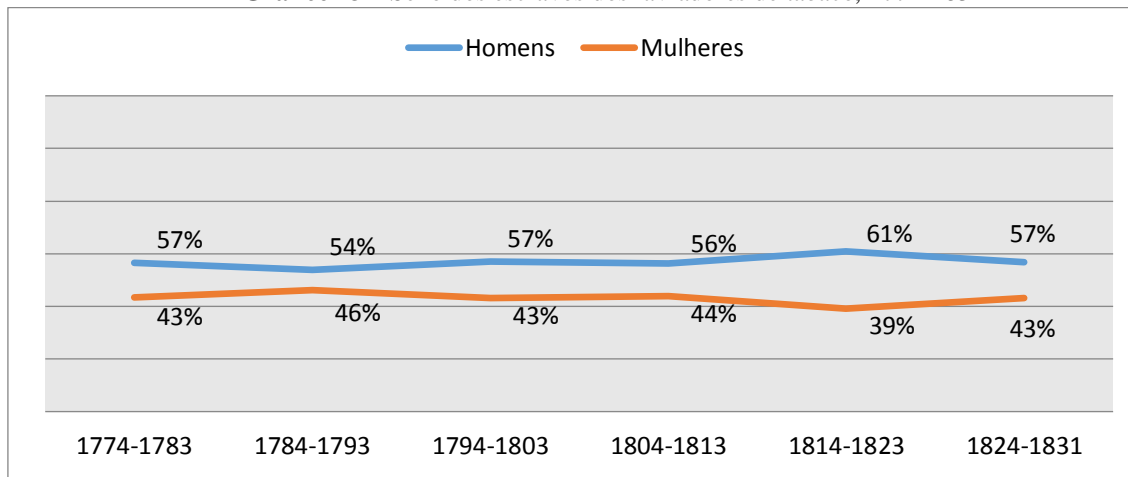
Maria de Sandes da Conceição, moradora na Fazenda Capela de São Vicente, em São José das Itaporocas, teve seu inventário aberto em 1823. Lavradora média, possuía 16 escravos. Dos seus 2:612\$340 (dois contos, seiscentos e doze mil e trezentos e quarenta réis) de monte-mor, 2:160\$000 (dois contos, cento e sessenta mil réis) estavam em escravos. Eram oito homens e oito mulheres, a maioria “moços” e quatro crianças, a de maior idade era Isabel, crioula, doente de cinquenta anos. Formavam o plantel: Margarida, crioula, rendeira e cozinheira avaliada em 180\$000 (cento e oitenta mil réis); Francisco, crioulo, conhecido como “fumeiro”, avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis); Clementino, cabra, exercia as atividades de carreiro, fumeiro e vaqueiro e foi avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis); Vicente, crioulo, ferreiro custava 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis). Os demais eram do “serviço da enxada” e custavam entre 30\$000 (trinta mil réis) e 150\$000 (cento e cinquenta mil réis)<sup>177</sup>.

A maior parte dos escravos das lavouras de tabaco eram homens, já nos anos de 1814 a 1823 superaram em mais de 20% o número das mulheres, como é possível visualizar no gráfico 13. Constatamos a grande presença de crianças e jovens entre esses trabalhadores como já havia sido destacado por Antonil. Segundo ele, muitas crianças eram utilizadas para enrolar e decapar o tabaco, pois essa etapa exigia cuidado. Grande parte dos escravos eram empregados no serviço da lavoura e nos maiores plantéis encontrava-se escravos carreiros, do serviço do lar ou vaqueiros.

---

<sup>176</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/47/47/472.

<sup>177</sup> ARC. Poder Judiciário: *Inventário e Testamentos*. Processo: 01/79/79/776.

**Gráfico 13** – Sexo dos escravos dos lavradores de tabaco, 1774-1831

Fonte: ARC. Inventários *post-mortem*.

\*\*\*

Os “Campos da Cachoeira” era o principal local de produção de fumo no Recôncavo da Bahia. Encontramos as mais diversas etnias de produtores nessa área. Homens e mulheres brancos, pardos, crioulos, pretos forros se dedicavam ao cultivo do tabaco. Havia uma desigualdade entre os lavradores que foi marcada, principalmente, pela diferença na quantidade de escravos destinados às plantações. Alguns lavradores chegaram a apresentar mais de 50 escravos entre as suas propriedades, outros possuíam pequenos plantéis e havia aqueles poucos, cuja presença de escravos não foi detectada.

A junção tabaco/pecuária favoreceu o aumento da posse dos lavradores de tabaco, esses se tornaram os maiores escravistas. Nas quatro categorias classificadas como pequenos, médios, grandes e muito grandes, percebemos que muitos lavradores conseguiram o acesso à terra própria, contudo havia uma quantidade elevada de arrendatários, principalmente, entre os pequenos lavradores.

Os seus bens estavam ligados à produção, além da casa para morar que a maioria conseguiu ter, alguns objetos pessoais como roupas e joias, e utensílios domésticos como móveis, quadros, prataria da casa, entre outros. Os bens que, de fato, predominavam nos inventários dos fumageiros eram os escravos e as terras para a produção, sendo que muitos dos grandes e dos muito grandes lavradores adquiriram mais de uma fazenda. Era também comum os armazéns para produzir o fumo, os instrumentos de trabalho, as ferramentas, animais para o transporte e para a adubagem da lavoura.

Nesse período de 1774 a 1831, está claro que, apesar da inflação ter sido um fator que elevou os preços relacionados aos principais bens de produção, a lavoura do tabaco se expandiu e isso contribuiu para a elevação dos preços e ampliação dos bens dos lavradores. Essa elevação sofreu, ainda, influência do aumento do preço do tabaco no mercado externo.

### CAPÍTULO III: ORGANIZAÇÃO DOS LAVRADORES DE TABACO: OS PEDIDOS DE MELHORIAS

Imaginamos que qualquer produtor passava por questões que causava insatisfações e que percebia a existência de situações que prejudicam as suas produções e, portanto, desejava medidas para obter melhorias. Com os lavradores fumageiros, podemos afirmar que isso aconteceu. A grande questão era conseguir uma via para se fazer ouvir pelo governo português. Não podemos esquecer que se tratava de uma parte longínqua de um Império, onde a distância entre Lisboa, o principal centro de decisão político-administrativo, e as localidades litorâneas brasileiras, e destas para o interior, tornava difícil a comunicação. A maneira utilizada para se fazer ouvir na colônia era conseguir representações através das Câmaras. Charles Boxer percebeu nas Câmaras Municipais um elemento de unidade do Reino, sendo esse órgão capaz de representar os interesses dos colonos<sup>178</sup>. Não foi diferente o que ocorreu com a formação de um grupo de lavradores de fumo no Recôncavo da Bahia, através de uma representação trocaram cartas com os órgãos como a Mesa de Inspeção e representantes da Coroa levantando vários pontos sobre as questões que envolviam os lavradores, como os pagamentos de dízimo, taxas, impostos, transportes, despesas com armazenamento em Salvador, entre outros. Relatar como os lavradores se envolveram com essas questões é o nosso objetivo neste capítulo.

Como os lavradores se fizeram ouvir ou fizeram suas vozes chegarem até a Coroa? Era muito comum na colônia a busca por mercês e honras, os indivíduos prestavam favores e conhecimentos adquiridos, muitas vezes para obter algum tipo de retribuição. A busca por honras, mercês e prestígios, demonstrava um sistema de recompensas pela lealdade prestada à Coroa.

Ronald Raminelli, chamou atenção para a vasta área abrangida pelo Império marítimo português, com uma população diminuta e para os meios e estratégias da Coroa para manter suas possessões. Isso, em conjunto com a diversidade étnica e social, dificultava ainda mais a administração colonial e não havia um sistema de leis específico. As leis eram criadas no reino e, muitas vezes, não se adequavam à heterogeneidade social da colônia. A fim de manter a

---

<sup>178</sup> BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa, Ed. 70, 1993.

unidade, a monarquia, tanto recorria a modelos tradicionais como a controles menos institucionalizados, como o sistema de protetorados e vassalagens<sup>179</sup>.

As primeiras trocas entre vassalos e soberanos ocorreram através de informações, os vassalos percorriam a terra do litoral ao sertão para manter o monarca informado, tanto sobre as áreas férteis como sobre recursos encontrados. Em seus diários, os vassalos faziam anotações quanto à natureza, aos desmandos de poder locais, desvios e contrabandos. A relação suserano x vassalos nos faz entender o vínculo centro x periferia. Esses vassalos contribuía para a manutenção do domínio português. Tanto cargos como títulos e terras serviam para a ascensão social. Em Portugal, assim como na sociedade Castelhana, ambicionavam honras e prestígios. Todos esses laços estabelecidos entre o monarca e seus vassalos forjavam, segundo Raminelli, o próprio Estado Moderno<sup>180</sup>.

No Brasil, o primeiro pedido de mercê, ao rei, veio ao fim da carta de Pero Vaz de Caminha. A descoberta de terras foi uma grande oportunidade para escrever ao rei. A partir desta descoberta, os portugueses iniciaram uma empreitada de “viagens de exploração e comércio para nomear, mapear e localizar reservas de pau-brasil ao longo da costa”. Servir ao rei era um modo de vida para alguns vassalos<sup>181</sup>. Não foram poucos os trabalhos na historiografia que se dedicaram a estudar essa busca por recompensas das mais variadas formas<sup>182</sup>.

É necessário compreendermos esse mecanismo a fim de entendermos os caminhos traçados pelos lavradores de tabaco e para termos conhecimento das suas estratégias para fazer as suas vozes ecoarem até a Coroa. Devemos frisar, contudo, que este trabalho não se trata de um estudo de mercês, mas buscamos compreender o que era esse sistema de mercês, uma vez que foi através desse caminho que os lavradores de tabaco, ao prestar um favor à Coroa buscaram as suas recompensas e emitiram questões e queixas importantes relacionadas às suas dificuldades.

---

<sup>179</sup> RAMINELLI, Ronald. A escrita e a espada em busca de mercê. In: \_\_\_\_\_. *Viagens Ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. p. 17-61.

<sup>180</sup> Idem., p. 17-61.

<sup>181</sup> Idem., p. 17-61.

<sup>182</sup> Para saber mais sobre honras e mercês, ver: OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001; BICALHO, M. Fernanda. *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. *Almanack Braziliense*, São Paulo: USP, n. 2, p. 21-34, nov. 2005.



### 3.1 OS PRIMEIROS SINAIS DE INSATISFAÇÕES: AS QUEIXAS DOS LAVRADORES FUMAGEIROS

Em 1807, os lavradores de tabaco redigiram uma petição às autoridades reais com o objetivo de demonstrar a inconformidade diante de vários acontecimentos que os envolviam e os prejudicavam. Com esse documento, aguardavam algum tipo de providência para que conseguissem melhorar a situação de cobranças de impostos, transportes, situação de armazenamento, o preço do tabaco e outras questões que os levassem a um caminho final: o aumento dos lucros.

Grande parte das queixas dos lavradores estavam relacionadas ao fato de o preço do tabaco não ter acompanhado a inflação ocorrida entre 1751 e 1807, comparado com os preços de outros produtos. No capítulo 2 desta dissertação, fizemos uma pequena análise da alteração nos preços das propriedades e outros bens ocorrida numa parte do mencionado período. O preço do tabaco foi estabelecido de acordo com o Regimento de 1º de abril de 1751. Quando a Mesa de Inspeção foi criada, em 1751, foi estabelecido também o Regimento e os preços do fumo, no entanto, o fumo não tinha uma qualidade como a que já vinha conseguindo ter, e os rolos não eram feitos com tanta refinação como foram se transformando<sup>183</sup>.

Segundo Nardi, existiam, antes de 1698, muitas decisões locais e da metrópole ao mesmo tempo sobre como deveria ser realizado o comércio do tabaco. Essas decisões eram tomadas tanto pela Junta do Tabaco como pelo Rei, o que o levou, em 1699, a mandar redigir um Regimento que compusesse novas leis direcionadas ao comércio do fumo. Em 18 de outubro de 1702, foi realizada uma junção de vários regimentos e leis que resultaram no regimento da Junta da Administração do Tabaco<sup>184</sup>.

A administração do tabaco abrangia então todo o poderio lusitano e a Junta de Lisboa era um conselho e tribunal para o tabaco tão importante quanto o Conselho da Fazenda ou o Conselho Ultramarino. Esta organização – única em seu gênero, não somente em Portugal como no mundo – testemunha o caráter primordial do tabaco para a economia portuguesa e seus domínios.<sup>185</sup>

Em 1751, devido irregularidades com as embarcações e insatisfações envolvendo a forma de arrecadação realizada até o momento, foi elaborado e publicado um novo Regimento a fim de organizar e administrar como deveriam ser realizadas as arrecadações. O Regimento

<sup>183</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Petição dos lavradores de tabaco de Cachoeira*. II - 33, 20, 2.

<sup>184</sup> Nardi, op. cit., p. 84.

<sup>185</sup> Idem., p. 85.

do Tabaco serviu como um corpo de normas com a finalidade de organizar a cadeia que envolvia esse gênero. Em outras palavras, procurava trazer normas para a produção, embarque, armazenamento e comércio do tabaco. As principais regras desse Regimento foram listadas em sete capítulos, como podemos ver os seus principais pontos listados abaixo:

#### Capítulo I<sup>186</sup>:

Nesse capítulo, ficaram estabelecidas as taxas alfandegárias.

Cada arroba de Tabaco pagará em tudo por Direitos de entrada, e sahida, para o meu Erariomil seiscentos e setenta e cinco réis e meio, a saber: na entrada mil e duzentos réis para a Alfandega do Tabaco; duzentos réis para Alfandega do assucar; cento e dez réis para o Comboy, que até agora se achava a cargos dos donos dos Navios; trinta réis para o Consulado; doze réis para as obras; oito réis, e tres quartos mais para o Comboy; substituidos no lugar dos cem réis, que até agora se pagou por cada rolo; e por sahida cincoenta réis, ficando abolidos os cem réis que até agora se pagavão por arroba, imaginando-se sómente seis arrobas em cada rolo; sessenta e quatro réis de Consulado, abolindo-se os cento e vinte e oito réis, que até agora se pagavão ao dito respeito; e tres quartos de real de Portagem: que tudo junto faz completa a soma dos ditos mil seiscentos e setenta e cinco réis e meio, acima declarados.<sup>187</sup>

Ficava determinado, ainda:

[...] cada arroba de Tabaco, que entrar na Alfandega, e della sahir, pagará mais de salarios ás companhias, que costumão conduzir este genero; a saber: desde o Barco até o Armazem cinco réis de entrada, e deste o Armazem até o Barco indo por agoa, ou até a porta indo por terra, cinco réis por sahida [...].<sup>188</sup>

#### Capítulo II:

Os tabacos deveriam ser pesados em arrobas ou arráteis<sup>189</sup>. Essa pesagem deveria por fim às diversas fraudes e problemas comuns na contagem do tabaco. Os funcionários que, comprovadamente, burlavam o sistema adotado seriam punidos com suspensões, podendo ser expulsos das suas funções. No *livro de sahida* seriam computados os dados referentes à entrada e saída de tabacos.

<sup>186</sup> GALVÃO, Antonio José. *Novo Regimento da Alfândega do Tabaco*. Portugal, 1751, 11 p.

<sup>187</sup> GALVÃO, op. cit., p. 2-3.

<sup>188</sup> GALVÃO, op. cit., p. 3.

<sup>189</sup> Arroba @: 32 arráteis ou libras (aproximadamente 14,7 Kg); Arrátel: 12½ onças = 25/32 libras (ibéricas) = 0,3596 kg.

### Capítulo III:

No *livro de sahida*<sup>190</sup>, deveriam conter informações sobre o número das arrobas de tabaco saído e os valores pagos.

### Capítulo IV:

Os Fretes não poderiam ser cobrados em valores maiores que doze réis e meio por cada rolo. Quando o tabaco chegasse ao cais cabia às companhias da Alfândega tirar dos barcos e levar o fumo ao Armazém sem passar por outros lugares. O acondicionamento deveria ser feito numerando e colocando o tabaco no alto. A divisão no armazém deveria respeitar a ordem numérica dos donos.

### Capítulo V:

Os exames para avaliar a qualidade do tabaco podiam ser feitos pelos donos dos gêneros e funcionários do Armazém.

### Capítulo VI:

O Regimento tinha por objetivo incentivar a produção de tabacos e, portanto, auxiliar os lavradores. Nele, estavam contidas algumas normas, específicas:

1 Sendo certo que o Lavrador póde continuar o seu trabalho, senão vender o Tabaco com o lucro necessario para sustentar a lavoura, nem ha de achar quem lhe compre, se o comprador o não tiver a preço, que o possa transportar do Brasil a este Reino, para dele o fazer passar a outros Paizes com o ganho que lhe faça útil a sua extracção: nem esta se poderá conseguir em termos convenientes, se a bondade do genero lhe não assegurar a reputação commua dos que devem gasta-lo: Seu servido prover a estes respeito na maneira seguinte:

2 O Tabaco da primeira folha, vulgarmente chamado de *Escolha de Holanda*, não poderá exceder no Brasil o valor de mil réis por arroba, livres e liquidos para o Lavrador, nem o Tabaco da segunda folha, e da segunda sorte, o preço de novecentos mi réis. Destes dous preços para baixo poderão com tudo ser vendidos os referidos Tabacos, conforme o ajuste e avença das Partes. Porém os vendedores, que excederam os ditos preços, depois de ser passado hum anno, contado do dia da publicação desta Lei nos respectivos Portos do Brasil, pagarão em tresdobro o preço do Tabaco, que houverem vendido por maior preço, a metade para o denunciante e a outra metade para as obras públicas do Estado.

3 Nenhum outro Tabaco, que não seja das referidas duas qualidades, nellas bem fabricado, bom e de receber, depois de passado o referido anno, poderá ser embarcado nos Portos do Brasil para passar a este Reino, debaixo das penas, que ao diante serão estabelecidas. Porém ficará livre aos Lavradores, e compradores do Tabaco inferior, ou da terceira qualidade, poderem gastallona terra, ou embarcallo para a Costa da Africa, como bem lhes parecer, na conformidade do que se acha ordenado pelo

---

<sup>190</sup> Livro que ficava registrado o embarque e desembarque do tabaco, com nomes, preços e datas.

Regimento da Junta da Administração do Tabaco, e pelas ordens do Conselho Ultramarino.

4 E para obviar ao prejudicial engano, com que de certos anos a esta parte se tem achado falsificados os Tabacos que vem a este Reino, tenho resoluto que no Rio de Janeiro, na Bahia, Pernambuco, e no Maranhão, se estabeleção logo quatro Mezas de Inspecção, compostas de Ministros e Pessoas, pagas á custa de Minha fazenda, a nellas se examinarem e qualificarem os Tabacos, que se dirigirem a este Corte, antes de serem embarcados.

5 Todos os Tabacos destinados a embarque para este Reino, serão primeiro apresentados nas referidas Mezas. Os que nellas se acharem taes quaes se houver dito na manifestação que delles se fizer, sem trazerem mistura, nem engano, serão aprovados; marcados com o Sello da Inspecção; serão recolhidos no Armazem da mesma Inspecção, para delle se embarcarem; e serão pela mesma Inspecção dirigidos gratuitamente a Alfandega deste Cidade com a Guia do seu Proprietario, peso, e qualidade. Porém os Tabacos que se acharem ou de qualidade diversa daquella com que forão manifestados, ou misturados, ou de inferior qualidade, serão queimados irremissivelmente.

6 E sobre tudo o Provedor da Alfandega desta Cidade com os Officiaes dela, ao tempo em que fizerem os exames que pelas Partes lhe forem requeridos, terão grande cuidado em averiguarem, se os Tabacos que trouxerem as marcas das respectivas Inspecções, são conformes ao que fica assim ordenado. E nos casos em que se acharem o contrario, Me darão conta da falta que houver, para nella prover como for mais conveniente ao bem do Commercio.<sup>191</sup>

## Capítulo VII:

Os preços dos fretes ficaram definidos em, no máximo, trezentos réis a arroba em todos os Portos do Brasil.

Além das reclamações dos preços que podemos conferir acima, como foram taxados pelo Regimento, segundo os lavradores, esses preços estavam desatualizados e nem sempre aplicados esses valores. Os lavradores queixavam-se também dos custos para fazer o tabaco chegar ao Porto, alegavam que os encargos, fretes, alugueis de armazéns estavam muito elevados. Essa questão do frete também foi tratada no Regimento, no capítulo VII. Reclamavam que, até no próprio caminho percorrido nas estradas, eram os próprios fumageiros que faziam os reparos, não havendo uma ajuda para a melhoria das estradas. Havia ainda o pagamento por entrada de cada rolo na Casa da Arrecadação, o que acarretava aumento dos custos<sup>192</sup>.

Uma das obrigações dos lavradores era o pagamento do Dízimo, a décima parte da produção para a Igreja. A forma de cobrança do Dízimo era outro problema. Até 1768, o seu pagamento era realizado em espécie negociado nas casas dos próprios lavradores. O contratador era até esse momento Clemente José da Costa, e a partir desse ano de 1768 estabeleceu-se o pagamento em dinheiro. Os lavradores alegavam que esta regulação não era proporcional devido aos altos custos que vinham tendo<sup>193</sup>.

<sup>191</sup> GALVÃO, op. cit., p. 8-9.

<sup>192</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Petição dos lavradores de tabaco de Cachoeira*. II - 33, 20, 2.

<sup>193</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Petição dos lavradores de tabaco de Cachoeira*. II - 33, 20, 2.

Citavam ainda o fato de só haver um deputado na Mesa de Inspeção para lhes representar e contribuir com o benefício da lavoura. Outra insatisfação dos produtores dizia respeito ao fato de os comerciantes colocarem os preços do produto. Apenas um limitado grupo de lavradores conseguiu viver independente dos negociantes, ou seja, sem lhes dever, por isso não sentiam tais prejuízos e assim conseguiam ajustar preços maiores com os mesmos. Enquanto um número grande de lavradores tinha os negociantes como seus credores e eram obrigados a negociar com esses, sob risco de serem executados<sup>194</sup>.

A Mesa de Inspeção foi criada por Marquês de Pombal e regulamentada pelo Regimento de 1751, estava também amparada por decretos e alvarás do mesmo ano. Era um órgão importante para o governo português na medida em que auxiliava no controle da produção colonial. Possuía a autoridade de, caso necessário, fiscalizar e punir. Um dos assuntos que tratava era a questão do contrabando a fim de evitar prejuízos aos cofres do governo. Desempenhava também a função de inspecionar o produto a fim de garantir a qualidade do tabaco exportado, auxiliava na orientação da produção e de como deveria ser enviado até a Europa. Segundo Idelma Novais, mesmo sendo uma das principais funções da Mesa a de impedir as fraudes e contrabandos, não conseguiu exercer esse total controle, muitas vezes havia a participação de funcionários da própria Mesa envolvidos nessas questões<sup>195</sup>.

As mesas foram instaladas nos locais de produção da colônia: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão. Eram as principais instituições controladoras do tabaco e do açúcar. Essa instituição era responsável pela avaliação da qualidade do tabaco, além das várias outras atribuições. Deveria ser de sua ordem também a aplicação de preços.

Funcionavam ainda como uma alfândega, sendo incumbidas das expedições. Deviam controlar as quantidades, pesar os rolos, registrar, arrecadar os direitos habituais e efetuar o carregamento dos navios da frota com a maior rapidez possível.<sup>196</sup>

No princípio, cada Mesa tinha três inspetores, um presidente escolhido da “nobreza de letras”, um representante dos negociantes e um representante dos produtores que eram eleitos por um ano. O rei era quem dizia quais deveriam ser os seus trabalhos todos os anos. Esses inspetores realizavam ao menos duas reuniões semanais. Havia ainda os oficiais empregados.

---

<sup>194</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Petição dos lavradores de tabaco de Cachoeira*. II - 33, 20, 2.

<sup>195</sup> NOVAIS, Idelma A. Ferreira. A Mesa de Inspeção e o comércio colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH. 27., 2013. Natal-RN, *Anais...* Natal: UFRN, 2013, 16 p.

<sup>196</sup> Nardi, p. 133.

A Mesa da Bahia foi considerada bem-sucedida, comparando com as outras “[...] soube desempenhar o seu papel, assistindo até mesmo a uma ampliação de sua jurisdição”<sup>197</sup>.

*Apesar dessas importantes atribuições, a Mesa de Inspeção da Bahia era um órgão ambíguo na medida em que devia, em numerosos casos, dirigir-se ao Conselho Ultramarino e à Junta do Tabaco para tomar decisões. Era, portanto, uma corte localmente superior, mas não todo-poderosa.*

Em 1757, teve que aumentar o número de inspetores passando a cinco. Além do presidente, os negociantes passaram a eleger dois representantes, os senhores de engenho e os lavradores de tabaco um representante cada. A partir de 1775, a Mesa passou a ter que cumprir ordens da Junta do Comércio de Lisboa perdendo, em parte, a sua autonomia.

Mas esse órgão que deveria organizar a vida do tabaco na colônia nem sempre desempenhou essa função de maneira tranquila. Sempre foi seio de conflitos, desde a sua criação. O seu primeiro presidente, Venceslau Pereira da Silva, já havia desempenhado as funções de juiz de fora de Salvador (1724), Presidente do Senado da Bahia e Juiz do Tribunal da Relação (1741). Era conhecido por estar sempre ao lado dos interesses da Coroa, tinha fama de ser temido pela população e havia muitos que se encontravam em situações de seus opositores<sup>198</sup>.

Dessa maneira, a Mesa já nasceu de maneira conflituosa. Os governadores não aceitaram de boa forma a criação da Mesa, assim como os oficiais da Câmara Municipal, pois esses últimos eram os que antes arbitravam o preço do tabaco. Venceslau tentou criar apenas um armazém, reduzindo a quantidade dos existentes, o que lhe presenteou com mais opositores, os donos dos trapiches e os donos de embarcações. Os lavradores e os senhores de engenhos também se opunham ao presidente da Mesa<sup>199</sup>.

Uma outra situação de grande conflito foi armada em 1760, tendo como lados opostos o guarda-mor do tabaco José Joaquim de Lalanda Barros e os deputados e o primeiro também se opunham ao atual presidente da Mesa, João Bernardo Gonzaga. Obrigava-os a ficar a bordo dos navios “[...] até que as escotilhas fossem fechadas para levar as chaves para a terra [...]”. O guarda-mor que já não estava aceitando tal condição foi expulso da Mesa por não acompanhar os deputados na rua até o prédio de conferência, afirmava não ser sua obrigação. Ao ser expulso, acusou o presidente de desvio de fundos e pagamentos de propinas. O presidente, por sua vez,

---

<sup>197</sup> Nardi, p. 132-133.

<sup>198</sup> Nardi, p. 144-145.

<sup>199</sup> Nardi, p. 141-142.

além de ter se defendido, fez novas acusações ao guarda-mor, entre elas estava a de permitir pessoas estranhas entrando nos navios que iam para a Costa da Mina e desrespeito aos deputados. “José Joaquim de Lalanda Barros ficou preso de 17 a 21 de abril de 1761 e acabou seu ofício em 2 de agosto de 1761, mas como não quis deixar o ofício foi novamente encarcerado”<sup>200</sup>.

Era comum a existência de outros conflitos envolvendo a Mesa. Entre as principais desavenças com os lavradores de tabaco estava o fato de que ela não exercia o seu dever de estabelecer os preços, o que levava a permanência de preços sempre baixos. Em 7 de julho de 1818, as Mesas perderam lugar para o Consulado do Rio de Janeiro e por uma administração específica para a arrecadação das taxas alfandegárias<sup>201</sup>. Em 5 de novembro de 1827, a Mesa foi extinta<sup>202</sup>.

A Casa da Arrecadação do Tabaco da Bahia também gerava desconforto aos lavradores. O tamanho da Casa, segundo eles, era pequeno e não propício à quantidade de rolos que chegavam a Salvador. A sua localização à borda do mar no período de inverno, justamente no tempo das safras, não ajudava na conservação do produto que ficava nas embarcações à espera do descarregamento. Era demorada a recepção dos gêneros. Muitas embarcações saíam com rolos com as capas podres o que lhes gerava muito prejuízo, pois a negociação só era realizada diretamente para o momento da saída do produto da Casa da Arrecadação. Desejavam o Trapiche do Barnabé, que ficava na marinha da Bahia, pertencente a José Pires de Carvalho e outros herdeiros. Na concepção dos lavradores, o Trapiche conseguiria receber uma quantidade de tabaco mais elevada, além de ter também espaço para se fazer o exame e separação do tabaco<sup>203</sup>.

Havia também descontentamentos quanto à ordem de 1807 da Mesa de Inspeção às Câmaras para não permitirem a saída de cargas de embarcações dos Portos de origem, antes de 20 de janeiro. Os lavradores afirmavam já haver tabacos curados, enrolados e prontos nos Portos em novembro e dezembro na Vila da Cachoeira, local de onde saía tabaco para a Casa de Arrecadação. Desta maneira, as embarcações que saíam do Porto da dita Vila, em 20 de janeiro, chegavam depois das que saíam dos Portos das Vilas de Maragogipe, Santo Amaro da Purificação, São Francisco e outras, pois tinham navegação melhor que Cachoeira, além das distâncias serem menores<sup>204</sup>.

---

<sup>200</sup> Nardi, p. 141-142.

<sup>201</sup> Nardi, p. 144-145 e 188.

<sup>202</sup> Idelma, p. 1.

<sup>203</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Petição dos lavradores de tabaco de Cachoeira*. II - 33, 20, 2.

<sup>204</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Petição dos lavradores de tabaco de Cachoeira*. II - 33, 20, 2.

Entre pequenas e grandes queixas, foram listadas um total de 21 itens por parte dos lavradores, todos pretendiam facilitar a ampliação de seus lucros que consideravam muito baixos se comparados aos que obtinham os lavradores de cana. Abaixo apresentamos um quadro resumido dos pedidos dos lavradores.

**Quadro 1** – Pedidos da Petição dos lavradores de tabaco do Recôncavo da Bahia, em 1807

1º) Reajuste nos preços do tabaco que haviam sido regulados no regimento de 1751.
2º) Gastos exorbitantes dos acessórios, encargos, conduções, fretes, aluguéis de armazéns, e reparos de caminhos.
3º) Mudanças na maneira de agir da Mesa de Inspeção.
4º) Insatisfação com a forma de pagamento do Dízimo.
5º) Reclamação por haver na Mesa de Inspeção apenas um deputado e por considerarem esse despreparado para a sua atribuição.
6º) Descontentamento com o fato de serem os comerciantes, que mais se interessam nesse ramo, os que abrem o preço sem o consentimento e a aprovação dos lavradores.
7º) O fato de durante três anos esses mesmos comerciantes não abrirem o preço do referido gênero, senão depois de o terem carregado e de receberem notícias do preço da renda dele feita em Lisboa.
8º) Que os prejuízos não recaem sobre o limitado número dos lavradores que vivem independente dos negociantes e sim dos que se valem dos negociantes enquanto seus credores.
9º) Que os lavradores não podem lidar diretamente com negociantes, seus credores, pois seriam logo executados perseguidos.
10º) A Casa da Arrecadação da Bahia é incômoda e insuficiente.
11º) Situação desprivilegiada de localização dessa mesma Casa.
12º) Pelo motivo listado acima, sofrem os lavradores do tabaco considerável prejuízo na demora da recepção deste gênero.
13º) Que, no ano de 1807, a Mesa da Inspeção, as câmaras e seus Presidentes das Vilas, de cujos Portos se embarcam os tabacos, não permitiram saírem deles embarcações de cargas do mesmo gênero antes do dia 20 de janeiro.
14º) Reclamaram o fato de, nos meses de novembro e dezembro, já terem muitos tabacos curados, enrolados, e postos nos portos do seu embarque, principalmente, no da Vila da Cachoeira, local que se exporta a maior parte dos rolos que entram na Casa da Arrecadação. Não poderiam ficar retidos até o dia 20 de janeiro, pois ficariam expostos às enchentes e inundações do rio.
15º) Saindo o tabaco do Porto da Vila da Cachoeira, no dia 20 de janeiro, mais de sessenta embarcações carregadas do tabaco chegavam ao destino depois do tabaco de outras áreas e os tabacos dos Campos da Cachoeira sendo de melhor qualidade saíam prejudicados.



16º) Mesmo os preços do açúcar sendo taxados se vendiam a vontade dos seus donos, ajustando-o como lhes convém sem sofrerem.
17º) O Dízimo não era cobrado pelo preço do Regimento, mas pelos maiores preços que corriam na praça.
18º) Em 1751, quando foi criada a Mesa da Arrecadação da Cidade da Bahia, se estabeleceu pelo seu Regimento os preços do tabaco, contudo a lavoura desse gênero não era apurada como hoje, nem as arrobas então se faziam com a perfeição com que se fazem presentemente.
19º) Desejo pelo Trapiche Barnabé como local para recebimento do tabaco.
20º) O Trapiche Barnabé oferecia melhor localização e melhor estrutura.
21º) E, por todos esses motivos, os lavradores encontravam-se bastante desanimados a seguirem na atividade.

### 3.2 O BLOQUEIO CONTINENTAL E A AJUDA FINANCEIRA DOS FUMAGEIROS À COROA PORTUGUESA

A conjuntura econômica entre fins do século XVIII e início do século XIX foi marcada por um momento de expansão dos mercados na Europa Ocidental e Central. Na relação entre Portugal e Brasil, pode-se dizer que foi o açúcar o grande promotor dos avanços econômicos portugueses até meados do século XVIII. Com a baixa no preço do açúcar e a crise na extração aurífera, Portugal não conseguia mais controlar os déficits na balança comercial. No entanto, muito influenciado pelas exportações da colônia brasileira, Portugal retomou uma expansão na passagem dos séculos XVIII e XIX. As dificuldades impostas pelo Bloqueio Continental permitiram a ampliação dos produtos coloniais em mercados mais fechados da Europa<sup>205</sup>.

As guerras da Revolução Francesa e do Império Napoleônico coincidiram com a alta de preços na Europa. O Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte favoreceu e ampliou os conflitos europeus. Esse bloqueio dava continuidade à política econômica praticada pela França, na qual buscava-se alimentar a indústria com matérias-primas e ampliar a venda de produtos coloniais. Napoleão procurou impor à Europa as diretrizes pautadas pelos franceses. Esse movimento acirrou as tensões entre os franceses e ingleses. Na periferia desses conflitos, os países neutros sofriam ataque de ambas as partes, isto é, da França e da Inglaterra.

<sup>205</sup> ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 115-120.

A fuga da família real se inseriu nesse momento conturbado. O movimento de mudança da conjuntura europeia afetou os preços dos produtos coloniais<sup>206</sup>.

As disputas entre os ingleses e franceses têm uma origem muito anterior aos eventos consequentes do Bloqueio Continental em 1806. Era um duelo de dois impérios e estava em jogo a liderança política e econômica global. A Batalha de Trafalgar, em 1805, marca o acirramento das forças dos ingleses e franceses. A vitória dos ingleses impôs uma série de dificuldades à economia e interesse dos franceses. “Não poderiam receber provisões por via marítima, comboiar seus navios mercantes, manter contatos com as colônias, receber e reexportar seus produtos”. Essas imposições inglesas levaram Napoleão a organizar seu exército e tentar conter a ofensiva inglesa bloqueando o mercado europeu às mercadorias britânicas. Dessa maneira, decretou o Bloqueio Continental, em 1806. Esse bloqueio se inseria nas práticas de políticas econômicas da época<sup>207</sup>.

A Inglaterra com a dificuldade de encontrar mercado consumidor dos seus produtos em seu continente passou a investir em exportações para as colônias ibéricas. Essa medida visava dar vazão aos produtos industriais ingleses e coibir um colapso generalizado na economia. Nesse sentido, o reino português na América é um lugar estratégico para as aspirações britânicas. “Em 1806, diante da ameaça feita por Napoleão de tomar posse de Portugal, os ingleses ofereceram a seus aliados dez mil soldados para fazer frente ao perigo iminente, prontamente recusado pelos portugueses”<sup>208</sup>.

Percebendo a situação de instabilidade vivida pela Coroa portuguesa com a transferência da sua corte para o Brasil em 1808, um grupo de 138 lavradores de tabaco organizaram-se propondo doar voluntariamente à Coroa portuguesa uma determinada quantia que variou entre \$200 (duzentos réis) e 1\$000 (mil réis) por cada rolo de fumo aprovado ou refugado. O documento que registra o acordo e o nome dos lavradores foi confeccionado e assinado no ano de 1809. Nele, afirmavam que as doações teriam início no primeiro dia desse ano e se comprometeram continuar com essa ação até o final dos conflitos vividos por Portugal. Segundo os lavradores, a intenção era ajudar a restituir o trono português<sup>209</sup>. Pelas cartas trocadas entre os representantes dos lavradores e o governo, verificamos que as doações não ficaram apenas na promessa, elas de fato, foram concretizadas, pois os plantadores buscaram suas recompensas

---

<sup>206</sup> Idem. p. 336-338.

<sup>207</sup> Idem. p. 19-20

<sup>208</sup> Idem. p. 22-24.

<sup>209</sup> ARC. Documentos avulsos: *Lista de enroladores de tabaco de 1809*.

após o ato de ajuda à Coroa e lembraram o quanto contribuíram nos momentos difíceis através dos donativos. Podemos constatar a lista completa dos doadores no quadro a seguir.

**Quadro 2** – Relação de doadores da *Lista de enroladores de 1809*

<b>Nome dos ofertantes</b>	<b>Numeração<sup>210</sup></b>	<b>Qt. Aprovado</b>	<b>Qt. Refugado</b>
1 Antônio João Belas	1561	1\$000	\$200
2 Antônio Lopes de Faria	174	\$600	\$200
3 Antônio de Castro Lima	60	\$600	\$200
4 Antônio José Álvares Bastos	391	\$600	-----
5 Antônio José de Souza Lopes e seu filho Manoel Nepomuceno de Souza Lopes	134	\$600	-----
6 Antônio João Coutinho	1539	\$600	-----
7 Antônio Pires Gomes	1569	\$640	\$200
8 Antônio Gonçalves Braga	260	\$640	\$200
9 Antônio Rodrigues Vieira	547	\$600	\$200
10 Antônio Ribeiro Barbosa	152	\$500	-----
11 Antônio Félix de Souza Estrela	636	\$200	\$200
12 André de Souza Estrela	250	\$600	\$200
13 Antônio Pereira do espírito Santo	1908	\$600	\$200
14 Antônio José Pinto de Souza	883	\$600	-----
15 Bento José Fróes Lopes	408	\$600	\$200
16 Carlos Joaquim de Magalhães Sirqueira	1829	\$400	\$100
17 Domingos Rodrigues Vieira	1652	\$600	\$200
18 Domingos Ferreira da Silva	1716	\$500	-----
19 Padre Domingos Teixeira de Abreu	165	\$300	-----
20 Francisco José da Silva e Almeida	157	1\$000	-----
21 Francisco José de Barros	1250	\$600	-----
22 Francisco Antônio Fróes Pereira	62	\$600	-----
23 Padre Félix Pereira da Rocha	1931	\$600	-----
24 Francisco Lopes Faria	1859	\$600	-----
25 Francisco José de Meireles	380	\$600	-----
26 Francisco José das Neves Pereira	6	1\$000	-----
27 Francisco José de Souza Rodrigues	512	1\$000	-----
28 Francisco Alves Franco	228	1\$000	-----
29 Francisco Pereira Marques	327	\$500	-----
30 Francisco Gonçalves Carvalho	306	\$600	-----
31 Padre Francisco José Álvares Ferreira	1964	\$600	-----
32 Francisco de Almeida e Vasconcelos	9	\$600	-----
33 Felipe de Oliveira Santos	658	1\$000	-----
34 Felipe S. Thiago da Motta	1803	1\$000	-----
35 Francisco Xavier Dantas	877	\$600	-----
36 Padre Francisco de Sirqueira	149	\$640	-----
37 Francisco Correia de Andrade	76	\$300	-----

<sup>210</sup> Essa numeração é a mesma da identificação do lavrador no *Rol* (“censo” dos lavradores) em que cada lavrador recebia uma numeração.

38 Francisco Freire de Alves	854	\$320	-----
39 Francisco Pereira Nunes	1934	\$600	-----
40 Francisco Moreira de Freitas	663	\$500	\$200
41 Félix Carvalho de Souza	776	\$500	-----
42 Padre Gonçalo de Cirqueira Couto	208	\$500	-----
43 Gonçalo Marinho Falcão	972	\$320	-----
44 Gabriel Pereira de Brito	1682	\$600	-----
45 João José da Silva e Azevedo	1313	1\$000	\$200
46 João Domingues Raposo	1612	\$600	\$200
47 José G. Moncorvo	20	\$600	\$200
48 José Coelho de Oliveira	88	\$600	\$200
49 João Batista de Araújo	1375	\$600	\$200
50 Jerônimo José Alberras na folha de Antônio Teixeira de Freitas	?	\$600	-----
51 José Ferreira da Silva Macedo Conceição, Cia Cruz	475	\$500	-----
52 Jerônimo Ferreira da Silva Machado	450	\$500	-----
53 José Pereira Marques	122	\$500	-----
54 Padre João Cirqueira do Couto	191	\$600	-----
55 José Pedreira do Couto	678	\$500	-----
56 José Pedreira de Oliveira	1705	\$500	-----
57 José da Silva Malta	1704	\$600	-----
58 Jamario Pereira Mascarenhas	887	\$500	-----
59 João Peixoto de Miranda Veras	1730	\$400	-----
60 Ignácia Maria de Jesus	4	1\$000	\$200
61 Joaquim de Oliveira Costa	1405	1\$000	\$100
62 João Alexandre de Souza	1789	!\$000	-----
63 Ignácio José dos santos	77	1\$000	\$100
64 Joaquim do Rego Pinto	406	\$800	\$200
65 João Damasceno Barboza	197	\$600	\$200
66 José Álvares de Oliveira	1768	\$500	-----
67 Joaquim Machado da Silva	552	\$500	-----
68 José Gomes da Costa	429	\$300	-----
69 João Machado da Silva	1644	\$300	-----
70 José de Oliveira Lopes	173	\$300	-----
71 José Álvares Franco	1776	\$500	-----
72 José Dias Torres	661	\$500	-----
73 João Venceslau Ferreira	538	\$300	-----
74 José Pinheiro Álvares Souza	136	\$600	-----
75 José Moreira Paim	442	\$600	-----
76 José Joaquim de Amorim	820	\$600	\$200
77 José Lourenço de Mello	1547	\$600	\$200
78 João Ferreira da Silva Machado	1253	\$600	\$200
79 José Vicente Lobato	1203	\$800	\$200
80 Coronel José Pereira Brandão	355	\$600	\$200
81 José Tavares de Oliveira	1738	\$600	\$200
82 José Moreira Guimarães	1999	\$600	-----
83 Januário José Pereira Mascarenhas	565	\$500	-----

84 Joaquim Gonçalves da Silva	1814	\$500	-----
85 João Batista da Cunha Coutinho	695	\$500	-----
86 Luís Pedreira Lopa	1316	\$500	-----
87 Luís Correia da Silva	305	\$600	-----
88 Luís Lopes da Silva	464	\$600	-----
89 Luís Antônio Bastos	578	\$600	-----
90 Manoel Vieira Tosta	72	1\$000	\$200
91 Manoel da Mota Azevedo	488	1\$000	\$200
92 Manoel José Faria	154	\$600	\$200
93 Marcos Ribeiro Soares da Rocha Manoel José Coelho	505	\$600	\$200
94 Manoel José Coelho	4056	\$600	-----
95 Manoel Muniz de Carvalho	4005	\$600	-----
96 Manoel Domingues Gonçalves Cruz	366	\$500	\$200
97 Manoel Bernardo Ferreira	158	\$500	\$200
98 Manoel José Ferreira S. Tiago	1356	\$500	-----
99 Manoel Muniz Souto	161	1\$000	-----
100 Manoel Pedreira do Couto	148	1\$000	-----
101 Manoel Moreira de Freitas Nogueira	1260	\$500	-----
102 Manoel José Serra	1766	\$500	-----
103 Manoel de Oliveira Lomba	708	\$600	-----
104 Manoel Gomes dos Santos Boifas, na folha de Francisco José Rodrigues de Macedo	1153	\$600 \$500	-----
105 Marcelino Muniz Bastos	?	\$400	-----
106 Manoel Pinto de Azevedo	416	\$500\$	\$200
107 Miguel Froiz Pereira	889	\$640	\$200
108 Manoel Coelho	177	\$640	\$200
109 Manoel Froiz Pereira	889	\$600	\$200
110 Martinho Sueiro Ribeiro	539	\$800	\$200
111 Manoel Pacheco Antunes	788	\$800	-----
112 Manoel Álvares Franco	399	\$300	-----
113 Manoel Ferreira Porto	145	\$300	-----
114 Mathias Geraldo de Siqueira	596	\$320	-----
115 Manoel Siqueira da Costa	1710	\$300	-----
116 Manoel José Machado	210	\$300	-----
117 Manoel Pereira de Sampaio	1954	\$300	-----
118 Manoel Borges Falcão	150	\$500	-----
119 Manoel Jorge Soares	688	\$600	\$200
120 Manoel Jorge Siqueira	1992	\$600	\$200
121 Manoel José de Lemos	841	\$600	\$200
122 Manoel Carvalho de Figueiredo	580	\$500	-----
123 Manoel de Oliveira Vale	1349	\$600	\$200
124 Pedro Moreira Daltro	395	\$500	-----
125 Poncianno Pereira Nunes	1934	\$600	\$200
126 Thomé Ferreira de Oliveira	1802	1\$000	-----
127 Theotônio Siqueira do Couto	1783	\$500	-----
128 Tomas de Aquino Barbosa	563	\$800	\$200

129 Thomé de Freitas Almeida	997	\$200	-----
130 Vicente Ferreira Serra	1912	\$400	\$200
131 Vicente Lopes de Araújo	1152 ou 1752	\$600	\$200
132 Vicente Ferreira Mascarenhas	725	\$500	-----

Fonte: ARC. *Lista de enroladores de tabaco de 1809.*

### 3.3 A VOZ COLONIAL: O PEDIDO DE MELHORIAS DOS LAVRADORES

[...] os suplicantes acabam de oferecer a Vossa Alteza Real durante a guerra um voluntário donativo que Vossa Alteza Real houve por bem de aceitar-lhes.<sup>211</sup>

Se as doações realizadas pelos plantadores de fumo tiveram início no dia 1º de janeiro de 1809, não esperaram muito para começarem os pedidos de retribuições. Em 26 de abril de 1809, enviaram uma representação através da Câmara à Alteza Real apontando as suas necessidades e relatando o quanto estava difícil viver dessa cultura pelas tamanhas desvantagens. Relatavam que a Câmara já havia apontado e reconhecido o quanto era urgente as suas causas<sup>212</sup>.

Reclamavam pelo fato de que a agricultura sendo um manancial da riqueza nacional merecia mais atenção. Apresentaram as reclamações já realizadas no ano de 1807<sup>213</sup> e enfatizaram que continuavam, nesses anos, com os mesmos problemas e dificuldades, apesar de se tratarem dos mesmos pedidos ampliaram as suas justificativas. Entre eles, o que parecia ser de maior proeminência seria a Coroa tomar providência com relação à Mesa da Inspeção, um órgão que segundo eles deveria ajudar a elevar a prosperidade da produção, mas impunha muitas dificuldades<sup>214</sup>.

O Regimento foi novamente citado. Reafirmaram o fato de considerar antieconômico e prejudicial manter baixo o valor que recebiam pela mercadoria, uma vez que houve transformações na produção e produto final, tornaram-se especialistas na arte de produzir tabaco de boa qualidade, em suas análises. A forma de cobrança do Dízimo, assim como as diversas despesas com carros e fretes eram desproporcionais ao que conseguiam obter de

<sup>211</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Representação dos plantadores de tabaco da Cachoeira, apresentando a S.R.A. as necessidades dessa cultura [...].* II - 33, 20, 24.

<sup>212</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Representação dos plantadores de tabaco da Cachoeira, apresentando a S.R.A. as necessidades dessa cultura [...].* II - 33, 20, 24.

<sup>213</sup> Já tratado neste capítulo.

<sup>214</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Representação dos plantadores de tabaco da Cachoeira, apresentando a S.R.A. as necessidades dessa cultura [...].* II - 33, 20, 24.

retorno na produção. Pediram a criação do cargo de um Deputado Inspetor, pois o inspetor que se encontrava para o recebimento do produto nada mais fazia além do derramamento dos fardos reais, participando poucas vezes das sessões realizadas pela Mesa.

Os lavradores denunciaram que, em 1806, os comerciantes que mais exportaram, venderam na Metrópole o tabaco a 12\$400 (doze mil e quatrocentos réis) por @. Sendo que nesse mesmo ano os comerciantes baianos abriram o preço em uma sessão da Mesa num valor bastante baixo, 1\$300 (mil e trezentos réis) por @. A Mesa que presenciou tudo, ao invés de cumprir o seu papel de abrir os preços, se absteve calando-se.

Essa situação conflituosa entre a Mesa de Inspeção da Bahia e os lavradores de tabaco já vinha se desenrolando, pelos mesmos motivos, há anos atrás. Nardi relata que, em 1755-56, os lavradores revoltaram-se pela Mesa de Inspeção ter favorecido os baixos preços do tabaco, o que permitiu que os negociantes agissem da maneira que achassem adequado. Enquanto os lavradores pediam que os preços fossem estabelecidos de acordo com o adequado pela lei, os negociantes apontavam a brecha que o regimento lhes permitia preços menores<sup>215</sup>.

Mudança da Casa de Arrecadação permanecia sendo um problema no ponto de vista dos lavradores. “[...] é um armazém úmido e acanhado para uma safra que chega a trinta mil rolos além da pequenez do edifício tem a grande inconveniente das descargas, por ser sobre uma praia que na vazante fica a seco [...]”. Afirmavam sofrer com as avarias que o produto acabava tendo, os barcos acabavam ficando carregados e esperando haver espaço para despacharem o fumo, uma vez que o espaço não era suficiente para o recebimento de todo o tabaco, as embarcações acabavam ficando esperando entre quarenta e sessenta dias até haver espaço. Essa situação prejudicava também os donos dos navios. Mais uma vez apontavam o Trapiche Barnabé como a possível solução. Pediam um lugar que fosse de fácil desembarque, com bastante espaço para receber o fumo que vinha do Recôncavo, que não deteriorassem os barcos.

Existiam seis trapiches em 1697 em Salvador, desses três eram para o fumo. “No trapiche de Domingos Pires de Carvalho procedia-se à pesagem dos rolos para o cálculo dos direitos já existentes, o de Julião de Souza servia para enrolar o fumo que chegava em bolas ou pau, o de Maciel Brito era apenas utilizado como depósito”<sup>216</sup>. Em 1699, escolheram o trapiche de Domingos Pires de Carvalho para servir de alfândega devido a sua localização no centro da cidade baixa, por ser grande e ter boa estrutura.

Esse trapiche foi ampliado em 1751 para recebimento dos rolos destinados à Costa da Mina. Como recompensa, a Junta do Tabaco, em 1770, concedeu ao neto de Domingos Pires

---

<sup>215</sup> Nardi, op. cit. p. 145.

<sup>216</sup> Idem, p. 98.

de Carvalho, José Pires de Carvalho e Albuquerque, o privilégio de ser o único trapiche servindo a alfândega do tabaco na Bahia<sup>217</sup>.

Este monopólio explicava-se pelo fato de que o proprietário pagava todos os encargos concernentes à conservação dos locais, à manutenção, ao salário dos carregadores etc., poupando assim a Fazenda Real dessas despesas. Em troca do qual ele dispunha da renda de diversos direitos pagos pelo fumo no mesmo trapiche.<sup>218</sup>

Não aceitavam o fato de o tabaco da Cachoeira receber preços baixos também por estar chegando depois de outros lugares de produção, uma vez que, com a ordem, não poderiam sair antes do dia 20 de janeiro. Afirmavam que o fumo que chegava primeiro estava também em melhor estado e conseqüentemente recebia os melhores preços. Uma vez que o tabaco de Cachoeira estava chegando mais tarde, esse recebia preços inferiores, pois muitos rolos já se encontravam em situações de comprometimento na qualidade. Os portos que se encontravam mais próximos tinham mais vantagens. Além disso, quando chegavam a Salvador encontravam muitas embarcações no ancoradouro.

[...] que as embarcações da Cachoeira que por mais remotas que pelo custo tortuoso e pedregoso de seu rio são as ultimas que chegam, e logo as últimas que descarregam: e como o tabaco que primeiro se desembarca é o primeiro aprovado, e o primeiro aprovado é o que obtém melhor preço, pela concorrência dos compradores, segue-se que o tabaco da Cachoeira bem superior em qualidade, passa a ser inferior e tanto assim que os lavradores dos distritos de Maragogipe, São Francisco e Inhambepe no presente ano tiveram a diferença de quatrocentos e seis réis por arroba e além da procedência em descarga, e da vantagem de preço, que por efeito da ordem da mesa sem eles sobre os suplicantes sucede que os rolos ficam retidos nos armazéns da Cachoeira se o dito dia vinte de janeiro, tempo em que são usuais as inundações que muito bem podem em um momento absorver uma grande parte da colheita, e fruto de tão penosos trabalhos: estes riscos e perigosos são instantes e infalíveis se Vossa Alteza Real não providenciar quanto antes – tal procedimento da mesa de tal sorte deteriorar a lavoura, que arrastará a última ruína.<sup>219</sup>

Os lavradores suplicavam também a remoção da “Taxa do tabaco” de 1º de abril de 1751. Pediam reformas nas tarifas dos fretes e carretos, pois as suas despesas estavam muito elevadas e, como já frisamos, todos os outros problemas levava à diminuição dos lucros. Ao final da carta, afirmavam que esperam receber os benefícios por parte da Alteza Real e desejavam receber os pedidos como mercê. Os lavradores referiam-se à ajuda que prestaram à

---

<sup>217</sup> Idem, p. 97-98.

<sup>218</sup> Idem, p. 98-99.

<sup>219</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Representação dos plantadores de tabaco da Cachoeira, apresentando a S.R.A. as necessidades dessa cultura [...]*. II - 33, 20, 24.



Coroa através de doações no início do ano de 1809, nessa carta pediam benefício para o grupo dos produtores de fumo e donos de embarcações. Buscavam benefícios para o conjunto.

A Mesa de Inspeção não se silenciou diante das queixas expedidas dos fumageiros, emitiu um parecer para a Coroa sobre a representação dos lavradores em fevereiro de 1810. Justificou cada queixa realizada pelos fumageiros e se isentou de qualquer tipo de culpa. Afirmou que o Regimento de 1751 realmente taxou o fumo, contudo os valores já estavam em desuso a bastante tempo, principalmente pelo fato de que o sistema de arrecadação de cobrança da fazenda, o do dízimo, também mudaram. Os preços, segundo a Mesa, eram regulados na praça de acordo com as notícias do mercado europeu. Eram os lavradores e os negociantes que realizavam os acordos no que se referiam aos preços. Segundo a Mesa, não eram todos os lavradores de tabaco dependentes dos negociantes, dessa maneira a queixa tornava-se infundada, eram os que se encontravam isentos que faziam os preços para todos. O que aconteceu em 1806 apontado pelos plantadores de fumo, ano em os preços de venda na Europa foram muito superiores que o valor adquirido na Bahia, foi segundo a Mesa, um caso particular<sup>220</sup>.

Quanto à cobrança do dízimo, a Mesa apontou que foi estabelecido desde 1768 que a cobrança seria em dinheiro. Quanto aos Inspetores, a Mesa afirmava que foi uma decisão Real, através de um Alvará de 15 de julho de 1775, para que fosse a mesa quem elegeisse, e dessa maneira era realizado e diziam escolher “[...] entre os senhores de engenho e lavradores de tabaco aquelas em quem julga concorrerem os requisitos legais [...]”. Não aceitaram nenhuma das reclamações apontadas<sup>221</sup>.

Como vimos, a Mesa de Inspeção desempenhava um importante papel na organização do comércio e saída do tabaco. Costumava passar por conflitos, em geral esses eram internos. Os pedidos de mercês dos lavradores de tabaco deixaram claro que também havia uma situação conflituosa entre os lavradores e a própria Mesa. Segundo os fumageiros, ao se abster de suas funções, a Mesa acabava por favorecer os negociantes. Por outro lado, a Mesa apontou a inexistência de ter ajudado aos comerciantes a manterem os preços injustos para os produtores, uma vez que nem todos os lavradores encontravam-se endividados e nas mãos dos comerciantes, e aceitavam em comum acordo os preços estabelecidos. Para todas as outras queixas que envolviam a Mesa estava contrária as reclamações e pedidos dos lavradores.

---

<sup>220</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Parecer da mesa de inspeção da Bahia sobre a inclusa representação dos lavradores [...]*. II - 33, 19, 26.

<sup>221</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Parecer da mesa de inspeção da Bahia sobre a inclusa representação dos lavradores [...]*. II - 33, 19, 26.

\*\*\*

Os pedidos dos lavradores para a melhoria geral da estrutura quanto à circulação do produto, leva-nos a tecer algumas considerações. O produtor de tabaco não era apenas aquele indivíduo que cultivava as suas terras, produzindo e lidando exclusivamente com os seus trabalhadores e com os mecanismos necessários para a realização do produto final. Ele era, principalmente, essa figura. Mas lidava também com o transporte, com as preocupações de fazer a mercadoria chegar a tempo no Porto. Precisava ainda lidar com o preço, a forma de cobrança do Dízimo. Relacionava-se com os comerciantes, de quem, muitas vezes, se tornava devedor, se sujeitando a aceitar imposições de preços indevidos. Relacionava-se também com o poder administrativo como a Mesa de Inspeção. Lidava com os prejuízos caso a mercadoria ficasse mais do que o tempo previsto armazenada no porto, assim como sofria também a situação de falta de estrutura do armazém.

Claro que obtivemos, principalmente, o olhar do fumageiro sobre a sua situação e, por motivos óbvios, esses indivíduos tentariam a todo custo a melhoria de suas condições. Não nos importamos aqui com a situação final de terem conseguido ou não os seus objetivos, nem mesmo se alguns desses lavradores buscaram individualmente suas recompensas. A nossa intenção foi apontar a existência de uma organização por parte deles enquanto grupo. Percebemos também que conseguiam se comunicar e mesmo que negativamente eram ouvidos e respondidos pela Coroa. Dessa maneira, verificamos as suas diversas nuances enquanto produtor não apenas a relacionada diretamente à produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área que ficou conhecida como os “Campos da Cachoeira”, no Recôncavo da Bahia, foi a região onde se concentrou o maior número de fazendas produtoras de tabaco. Possuía as características geográficas necessárias para o estabelecimento da produção do fumo. O clima quente e úmido, os solos “areiosos” e de salões, a temperatura acima dos 20° C e inferior a 30° C e com a utilização da mão de obra escrava pôde produzir em larga escala para a exportação. Toda essa zona era composta pela Vila de Cachoeira e as freguesias de São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Santo Estevão do Jacuípe e Outeiro Redondo. Produzia além de tabaco, a mandioca, outros gêneros alimentícios e se criava gado.

Os lavradores de tabaco eram, em geral, homens brancos, mas também haviam crioulos, pardos e negros. Os casados eram a maioria e o tamanho das suas famílias variavam bastante, mais de 66% era composta por casais com 4 filhos ou mais. As suas posses variavam de acordo com o número de seus plantéis. Para melhor situá-los, classificamos em quatro categorias: os pequenos fumageiros, eram aqueles que tinham de dois a cinco escravos, os médios lavradores possuíam de seis a quinze cativos, os grandes de dezesseis a cinquenta e os muito grandes os que tiveram mais de cinquenta escravos. A criação de animais para a venda ajudou a composição de uma fortuna maior e permitiu ter mais escravos entre os bens, quanto mais gado o lavrador possuíam maior era o seu monte-mor e mais elevado o número de escravos.

A maioria dos plantadores de fumo tinham terras próprias, os arrendatários estavam, principalmente, entre os pequenos e médios lavradores. Possuíam ao menos uma casa de morar, um armazém de fazer tabaco, instrumentos para a produção, animais para o auxílio da lavoura, mas é importante destacarmos que a maior parte do montante acumulado durante as suas vidas era formada por escravos. Cachoeira, durante o período colonial e início do imperial, firmou-se enquanto principal centro produtor de tabaco para a exportação. E a produção estava profundamente alicerçada no trabalho escravo até a abolição.

Os lavradores, além de cuidarem das questões relacionadas à produção, dedicavam-se também a buscar melhorias para o transporte, o armazenamento do tabaco em Salvador, para as condições físicas da Casa de Arrecadação, os preços colocados, a cobrança de dízimos, as suas relações com os comerciantes e com a Mesa de Inspeção. Demonstramos nesta dissertação que os fumageiros se organizavam formando um grupo com o objetivo de tentar pressionar a atender os seus pedidos. Também com o objetivo de obter favorecimento, prestaram ajuda à Coroa durante o Bloqueio Continental, momento em que Portugal encontrava-se em situação

delicada. Doaram voluntariamente quantias em dinheiro com o intuito de ajudar na recuperação da Coroa. Em seguida, apresentaram pedidos de melhorias e interferência do governo através de cartas e representações da Câmara. Dessa maneira, além da produção, o produtor de fumo lidava ainda com as questões relacionadas à circulação da mercadoria.

## LISTA DE FONTES

### Fonte Impressa:

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Versão PDF.

### Fontes Manuscritas:

#### • Arquivo Regional da Cachoeira

Seção Judiciária: Inventários *post-mortem* – 141 inventários de lavradores de tabaco.

Documentos Avulsos: *Rol de fazendas e lavradores do Recôncavo da Bahia 1774-1799*.

*Lista de enroladores de tabaco de 1809.*

#### • Biblioteca Nacional

Localização	Documento	Data
II- 33, 20, 002	Petição dos lavradores de tabaco de Cachoeira para que lhe fosse permitido justificarem os itens que propõem sobre a desvantagem que havia naquela cultura.	23/06/1807
II- 33, 20, 024	Representação dos plantadores de tabaco da Cachoeira apresentando s S.A.R. as necessidades desta cultura e desvantagens que sofreram, acompanhada de um parecer favorável da câmara daquela Vila.	26/04/1809
II- 33, 17, 007	Parecer a respeito da representação que dirigiram a S.A.R. os plantadores de tabaco, de Cachoeira, queixando-se da cobrança de dízimos.	31/08/1810
II- 33, 19, 026	Parecer da mesa de inspeção da Bahia sobre inclusa representação de lavradores e fabricantes de tabaco da Vila de Cachoeira e dos donos de barcos de transporte do referido gênero e outras representações sobre o mesmo assunto.	1810
II-33, 17,006	Representação dos plantadores de tabaco da Bahia a S.A.R. pedindo a abolição de taxas que pesavam sobre este produto, e solicitando medidas que o favorecessem.	1810

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal, em Juiz de Fora, 1870-1914*. 2001. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. A espacialização da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009. Ouro Preto, *Anais...* Ouro Preto: UFMG, 2009.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. *Memória topográfica, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia*. Salvador: Fundação Maria América da Cruz/IHGB/FCDB, 1998.

ARRUDA, José Jobson. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, p. 3-21, dez. 1988.

\_\_\_\_\_. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008, p.112-113.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. 1812-1884*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, José D'Assunção. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/275/237>>. Acesso em: 20 out. 2013.

\_\_\_\_\_. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História*. São Paulo, n. 11, p. 5-51, jan. 2008.

BICALHO, M. Fernanda. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, São Paulo: USP, n. 2, p. 21-34, nov. 2005.

BLOCH, Marc. *La historia rural francesa: caracteres originales*. Barcelona: Crítica, 1978.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa, Ed. 70, 1993.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 3. ed., 1983.

CHEIS, Maria da Conceição J.F. *O tabaco do Brasil nos quadros da economia portuguesa no séc. XVII*. 1967. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1967.

COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 103-104.

FERLINE, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GALVÃO, Antonio José. *Novo Regimento da Alfândega do Tabaco*. Portugal, 1751, 11 p.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, Região e Globalização*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 63, 1937, p. 75-77.

IPHAN-UFBA (Convênio). *Evolução urbana de Cachoeira – séculos XIX e XX*. Salvador, 1979.

KIRSCHNER, Tereza C. A administração portuguesa no espaço Atlântico: a Mesa de Inspeção da Bahia (1751-1808). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005. Lisboa, *Actas...* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de História de Além-Mar, 2005. 18 p. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza\\_cristina\\_kirschner.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza_cristina_kirschner.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2013.

LAPA, Amaral. Esquema para um estudo do tabaco baiano no período colonial. *Afroasia*, Salvador, n. 6-7, p. 83-85, jun./dez. 1968.

\_\_\_\_\_. *O Antigo Sistema Colonial*. Primeiros vôos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da Agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPES, Gustavo Acioli. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa, um balanço historiográfico. *Saeculum*, João Pessoa, n. 12, p. 22-37, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LUGAR, C. The Portuguese tobacco trade and tobacco growers of Bahia in the late colonial period. In: ALDEN, Dauril; DEAN, Warren (ed.). *Essays concerning the socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Florida: University Press of Florida, 1977, p. 26-70.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador 1760-1808*. 1998. 386 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, Século XIX: uma província Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA, Virilene Cardoso. *Entre a Baía e os Sertões. A dinâmica comercial do Recôncavo baiano: São Félix (1857-1889)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MOTTA, Márcia Menendes. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. *Lutas & Resistências*, Londrina, v. 1., p. 42-59, set. 2006.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 81-86.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 254-255.

NOVAIS, Idelma A. Ferreira. A Mesa de Inspeção e o comércio colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH. 27., 2013. Natal-RN, *Anais...* Natal: UFRN, 2013, 16 p.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. *Revista Economia*, São Paulo, v. 7, n. 3, set./dez. 2006.

NUNES, Francivaldo Alves. Fontes para estudos da História Agrária no Brasil oitocentista: caso dos Autos de Medição de Terra. *Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré*, Sumaré-SP, n. 2, 9. p, 2009. Disponível em:



<[http://www.sumare.edu.br/Arquivos/1/raes/02/raesed02\\_artigo06.pdf](http://www.sumare.edu.br/Arquivos/1/raes/02/raesed02_artigo06.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2013.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX*. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar*. Barcelona: Ariel, 1973.

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888*. v. 1. Salvador: Bigraf, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAMINELLI, Ronald. A escrita e a espada em busca de mercê. In: \_\_\_\_\_. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 17-61.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Ana Paula de Albuquerque. *Produção fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia (1773-1831)*. Relatório de Iniciação Científica: UFRB, 2010.

SZMRECSÁNY, Tamás. *Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da História Econômica*. Unesp: Araraquara, 1999.

UFBA. *Introdução ao Estudo da Evolução Urbana de Cachoeira-Ba*. v. 1, Salvador: UFBA. 1989.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 38-44.